



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL



OTHONIEL CIBIEN DOS SANTOS

**O ESGOTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-
PARTIDÁRIA DA CLASSE TRABALHADORA NO
BRASIL.**

VITÓRIA
Agosto de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**O ESGOTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA
DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política social.

VITÓRIA
Agosto de 2017



O ESGOTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.

OTHONIEL CIBIEN DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política social.

Aprovada em 30/08/2017 por:

Prof.^a Dr.^a Adriana Amaral Ferreira – Orientadora, UFES

Prof.^a Dr.^a Gilsa Helena Barcellos, UFES

Prof. Dr. Henrique Pereira Braga, UFES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Vitória, Agosto de 2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca
Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

Santos, Othoniel Cibien dos, 1968-.

S237e O esgotamento da organização político-partidária da classe
trabalhadora no Brasil / Othoniel Cibien dos Santos. – 2017.
186 f.

Orientador: Adriana Amaral Ferreira Alves.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Estado. 2. Partidos políticos. 3. Trabalhadores. 4.
Capitalismo. 5. Comunismo. I. Alves, Adriana Amaral Ferreira. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos que sempre se puseram à disposição para ajudar-me de alguma forma. Gazu e Apollo, pela paciência em corrigir as montanhas de erros do texto, a Amanda, amiga da pós-graduação de política social da UFES, pelo carinho e dedicação aos nossos temas afins, a Carol, pelas conversas sobre o tema, Robson, que ouvia pacientemente trechos do texto, Francislei, pelo papo sempre atual e a leda pela paciência de deixar o ambiente propício para que eu pudesse desenvolver meu trabalho.

A professora Dr^a Adriana Amaral Ferreira Alves que no período da minha dissertação foi muito mais que orientadora, foi uma amiga que, com toda a paciência que lhe é peculiar, me ajudou demais a chegar até aqui. A professora Dr^a Gilsa Helena Barcellos por ter gentilmente aceito participar da minha defesa de dissertação e ao professor Dr. Henrique Pereira Braga, também por ter aceitado participar desse momento de crescimento intelectual. Aos professores da Pós-Graduação de Política Social da UFES, pela dedicação e socialização de conhecimentos indispensáveis para as práticas emancipatórias.

Obrigado!

DEDICATÓRIA

Aos mestres do cotidiano:

Meu primogênito Kássio, pela generosidade e capacidade de preencher com amor e carinho o longo vazio da paternidade tardia. Juntos encontramos o caminho do respeito, da amizade e do amor. Obrigado por me ensinar a ser generoso.

Meu filho Wendel, pela capacidade e personalidade adaptativa. Em um país distante, se fez um cidadão natural, nas situações adversas conseguiu fazer uma leitura possível e transformá-la em oportunidade. Obrigado por me ensinar a me adaptar melhor as coisas da vida,

Minha filha Aline, pela sua insistência, às vezes extremada, de seguir sua intuição e aprender com os próprios erros. Embora, em alguns momentos eu tentasse dirigir seus passos, ela sempre teve uma resposta adequada para defender seu ponto de vista. Obrigado por me ensinar a defender o que penso.

Minha filha Fernanda, pela sua fragilidade, foi a que me atingiu como um raio no céu azul e me mostrou que o amor é algo incondicional e que, uma vez ativado nunca nos deixa só. É uma energia autônoma que pulsa intensamente e nos fazer sentir a vida. Obrigado por me ensinar a amar.

A Leda, um ser humano que se desenvolve unitariamente. Suas ações transformam o ambiente onde ela convive de uma forma suave, delicada e amorosa, em um lugar de paz. Nas minhas guerras cotidianas ela é camarada e amante. Ela, mas do que ninguém me ensinou a ser paciente, benevolente e mais tranquilo. Obrigado por existir.

Odeio os indiferentes

[...] odeio os indiferentes, também porque me aborrece a sua lamúria de eternos inocentes. Peço contas a cada um deles sobre o modo como desenvolveram função que a vida lhe pôs e lhe põe cotidianamente, do que fez e especialmente do que não fez. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar a minha piedade, que não devo repartir com eles as minhas lágrimas. Sou participante, vivo, sinto já pulsar nas consciências viris da minha gente a atividade da cidade futura que a minha gente vai construindo. E nela a cadeia social não pesa sobre poucos, para ela cada coisa que sucede não se deve ao acaso, à fatalidade, mas à inteligente obra dos cidadãos. Não há nela ninguém que esteja à janela, enquanto os poucos se sacrificam, se esgotam no sacrifício; e aquele que está à janela, de atalaia, quer usufruir o pouco bem que a atividade dos poucos consegue e desafoga a sua desilusão vituperando o sacrificado, o esgotado, porque não consegue o seu intento.

Vivo, sou participante. Por isso odeio o que não participa, odeio os indiferentes.

Antônio Gramsci

RESUMO

Santos, Othoniel Cibien dos. O esgotamento da organização político-partidária da classe trabalhadora no Brasil. Dissertação de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2017.

A presente dissertação tem por objetivo refletir sobre o esgotamento das formas de organização tradicionais das classes trabalhadoras, partidos políticos e sindicatos, que teve nas mássicas manifestações de junho de 2013, conhecida como as jornadas de junho, seu ponto de inflexão. Partimos da ideia de que as manifestações de 2013 representaram uma ruptura política e teórica com as formas, tática e estratégias que os movimentos sociais que brotaram do chão na década de 1970, a saber: movimentos comunitários, Comunidade Eclesial de Base (CEB), o novo sindicalismo, entre outros que, na luta contra o regime militar formaram um partido político de massas, o partido dos trabalhadores (PT), representante da esperança de transformação da sociedade brasileira. Nossa abordagem histórica abarca um longo período de formação da classe trabalhadora e suas formas de organização, bem como, as teorias que as embasaram. Assim como, as transformações do capitalismo atualizou sua base teórica, o liberalismo, também o marxismo foi revisto e atualizado para compreender a nova realidade. Gramsci, ao utilizar o método de Marx para entender a realidade do seu tempo, acabou por atualizá-lo, elevando-o a outro patamar. Suas categorias de análises, como: hegemonia, sociedade civil, Estado ampliado e guerra de posição foram à base teórica para o entendimento da realidade brasileira nas décadas de 1970 e 1980. A experiência de 2013, porém, descartou a construção organizacional anterior, forçando a atualização da teoria revolucionária de Gramsci e do marxismo, para novos patamares de compreensão da realidade contemporânea.

Palavras-Chave: Política, Partido Político, Estado, Classe Trabalhadora, Capitalismo, Marxismo.

ABSTRACT

Santos, Othoniel Cibien dos. The exhaustion of the political-partisan organization of the working class in Brazil. Master's Dissertation, Graduate Program in Social Policy, Federal University of Espírito Santo (UFES), 2017.

This dissertation aims to reflect on the exhaustion of the traditional forms of organization of the working classes, political parties and trade unions, which had its inflection point in the mass demonstrations of June 2013, known as the June days. We start from the idea that the manifestations of 2013 represented a political and theoretical rupture with the forms, tactics and strategies that the social movements that emerged from the ground in the 1970s, namely: community movements, the Ecclesial Base Community (CEB), the new syndicalism, among others that in the struggle against the military regime formed a political party of the masses, the workers' party (PT), representative of the hope of transformation of Brazilian society. Our historical approach encompasses a long period of formation of the working class and its forms of organization, as well as of the theories that support them. Just as, the transformations of capitalism updated its theoretical basis, liberalism, also Marxism was revised and updated, to understand the new reality. Gramsci, using Marx's method to understand the reality of his time, eventually upgraded it, elevating it to another level. His categories of analysis, such as hegemony, civil society, state enlargement and war of position were the theoretical basis for understanding the Brazilian reality in the 1970s and 1980s. The experience of 2013, however, discarded the previous organizational structure, forcing the updating of Gramsci's revolutionary theory and Marxism, to new levels of understanding of contemporary reality.

Keywords: Politics, Political Party, State, Working Class, Capitalism, Marxism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira
ANL - Aliança Nacional Libertadora
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CEPEC - Centro Popular de Estudos Contemporâneos
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CUT - CENTRAL Única dos Trabalhadores
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DRU - Desregulamentação das Receitas da União
ESG - Escola Superior de Guerra
EUA - Estados Unidos da América
FEB - Fundo de Estabilização Fiscal
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIESP - Federação da Indústria do Estado de São Paulo
FIFA - Fédération Internationale de Football Association
FMI - Fundo Monetário Internacional
JK - Juscelino Kubitschek
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MP - Ministério Público
MPL - Movimento Passe Livre
MST - Movimento Sem Terra
NEP - Nova Política Econômica
ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PEI - Política Externa Independente

PF - Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

PIIGS - Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha

PL - Partido Liberal

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPS - Política Nacional de Participação Social

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD - Partido Social Democrata

PSI - Partido Socialista Italiano

PSI - Processo de Substituição de Importação

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN - União Democrática Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviética

Sumário

Epílogo: das experiências teórico-práticas que anunciam o ocaso das organizações de classes tradicionais.	13
Cena XIV: A terra está fértil. O tempo é de expectativas: Da ascensão da burguesia ao poder, e suas promessas de liberdade.	22
Cena XIV. A – Leitura de mesa: entendendo os roteiros: da base teórica que embasou o projeto burguês.	28
Cena XIV. B – Feita a leitura: de volta a ação. Das práticas de resistência, às teorias utópicas.	33
Cena XIII: As flores brotam: o proletariado aparece na ribalta, com seu próprio manifesto.	46
Cena XII: As brumas encobrem as flores: de progressista à conservadora, a reação burguesa, contra o proletariado europeu.	55
Cena XI: Sem as brumas, a essência é revelada: a crítica da sociedade burguesa feita por Karl Marx em: O Capital.	59
Cena X: Aos assaltantes do céu, o inferno de Paris: a condução da República pelo povo de Paris. Enfim a formula de governo encontrada.	80
Cena IX: A realidade mudou. O que fazer?: o capitalismo monopolista e a revisão da obra de Marx.	85
Cena VIII: A terra está arrasada, o tempo é de desilusão: da crise burguesa e suas promessas de liberdade não cumpridas.	92
Cena VII: O palco se dividiu. Acenderam-se refletores vermelhos: da improvável revolução russa e seus rebatimentos no Ocidente.	99
Cena VI: Diário de um detento: Gramsci e uma teoria de revolução para o Ocidente.	105
Cena V: Periferia do Capitalismo: a outra face da moeda. Progresso e riqueza, atraso e pobreza. Centro, periferia.	115
Cena: IV: A impostura dos inclassificáveis: da organização da classe trabalhadora, e a via de modernização pelo alto.	125
Cena III: Aluga-se: da dependência ao capital internacional, e a repressão aos trabalhadores.	131
Cena II Esperando Godot: esperando o Bem-Estar, que não vem e não virá.	140
Cena I: Piquenique no front: da banalidade desesperadora de viver entre a vida e a morte.	153
Prólogo: da esperança do começo da história humana.	169
REFERÊNCIAS	175

Epílogo¹.

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.
 E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
 Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é
 de hábito como coisa natural
 pois em tempo de desordem sangrenta
 de confusão organizada
 de arbitrariedade consciente
 de humanidade desumanizada,
 nada deve parecer natural
 nada deve parecer impossível de mudar
 (Bertold Brecht)

“A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”. Essa afirmação, que abriu o *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 2007, p. 39), tirou a ação histórica do espírito absoluto e a entregou aos homens. Longe de determinar ou enquadrar a história, a concepção materialista colocava em movimento e, portanto, em aberto, a história da humanidade. A revolução enquanto momento catártico, ponto de superação do antigo e instauração do novo, é questão central na dialética marxista. Mais de um século e meio depois do *Manifesto*, com todas as transformações, tanto da prática quanto da teoria, é possível acreditar em uma revolução que emancipe o homem do domínio do capital?

A crise econômica mundial de 2008, as manifestações contra a austeridade neoliberal que tomaram as praças europeias, os movimentos que sacudiram os países árabes – a chamada primavera árabe – e as grandes manifestações de junho de 2013 no Brasil reacenderam o debate sobre os enfrentamentos possíveis contra a barbárie total em que o Capitalismo, em sua fase tardia, colocou a todos. As jornadas de junho de 2013 no Brasil foram o mote de partida para a pesquisa deste tema. Mesmo não significando uma revolução comunista, aquelas manifestações foram concebidas por alguns

Como um terremoto que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. Mas sobretudo, e isso é o mais importante, fez renascer entre nós a utopia (ROLNIK, 2013, p. 8).

¹ A exposição deste trabalho foi feita em sentido inverso. Ao partimos da pré-história da humanidade, percorreremos o roteiro invertido, decrescente, até chegarmos à possibilidade de um princípio de uma história humana. Assim, a introdução foi substituída pelo epílogo; os capítulos, por cenas decrescentes; e as considerações finais, pelo prólogo.

A magnitude e as forma de organização das jornadas de junho surpreenderam a todos: Governo, oposição, sindicatos e acadêmicos. Todos foram dispensados do espetáculo que profanou o roteiro oficial e devolveu aos homens o que havia sido deles separado, ou seja, o direito de se revoltarem e fazerem história². Os sacerdotes do rito democrático, líderes partidários, tentaram colocar-se à frente do movimento profano. Foram expulsos do templo pagão, como vendilhões do deus mercado³. Logo em seguida, os representantes sindicais tentaram organizar seu próprio culto, mas o comparecimento dos fiéis foi um fiasco. Os representantes políticos – não importava se de direita ou esquerda – mais os representantes sindicais não eram bem-vindos à festa popular⁴.

Para os intelectuais⁵, as manifestações de junho tratavam de um revigoramento da política em novo patamar. Mas a receita para lidar com o fenômeno era construir a participação desses movimentos novos, por dentro do velho tecido pobre e podre, que o havia asfixiado; em uma palavra: participação democrática. A presidente tentou, mas era impossível servir a dois senhores⁶. Ficando no meio termo, tornou-se insossa e foi vomitada da boca do deus mercado⁷. A chance para os conservadores havia chegado, e a classe média permaneceu nas ruas até o golpe que tirou do poder um representante legitimamente eleito.

As jornadas de junho começaram no dia 06, com o protesto dos estudantes contra os aumentos das passagens impostas pelo péssimo transporte coletivo de São Paulo e se estenderam para todo o país, com uma ampla pauta de reivindicações. Nas duas semanas intensas em que o movimento permaneceu nas ruas, houve vitórias expressivas em relação aos preços das passagens e promessas de várias ações voltadas ao aumento da participação popular, principalmente uma reforma

²Referência a Giorgio Agamben (2007).

³Referência à cena em que Jesus expulsa os comerciantes do templo, descrita em Mt 21: 12 (BÍBLIA, 1993), por quererem negociar em local sagrado. Nas manifestações em questão, políticos e sindicalistas foram hostilizados pelos manifestantes, que não queriam ser representados por esses atores.

⁴Em meio às comemorações da redução das tarifas, partidos e sindicatos tentaram participar das manifestações e foram hostilizados e expulsos do movimento. Sobre isso, cf. Arruda (2013).

⁵No percurso de nossa pesquisa, analisaremos os debates em torno das manifestações de junho, tanto por intelectuais da esquerda quanto da direita.

⁶Como veremos, a presidente Dilma tentou uma aproximação com os movimentos populares, mas as condições objetivas para a virada à direita já estavam dadas, e sua movimentação não resultou em fortalecimento político.

⁷Referência ao livro de Ap 3: 16 (BÍBLIA, 1993).

política que trouxesse de volta a participação direta da população. Os manifestantes voltaram às suas casas, mas avisaram que estariam de prontidão, caso fosse necessário retornar às ruas⁸. Ficou nítido para as autoridades que Samba, Telenovela e Futebol – considerados o STF do povo – não eram os guardiões da paz e do conformismo da população. A opulência e o luxo das arenas inúteis feitas no padrão Fifa⁹ contrastava com os péssimos serviços que o Estado oferecia à população. Não eram os R\$ 0,20¹⁰ a razão dos protestos; eles foram o estopim, que foi aceso pela violência sanguinária da repressão militar e incendiou o país¹¹.

As questões explicativas para as jornadas de junho estavam longe de uma versão acabada. *Seriam elas uma articulação da direita para desestabilizar o governo? Ou seria o pacto da coalizão partidária que desde a década de 1990 relegou a participação popular às urnas? Ou ainda o próprio desenvolvimento econômico do povo que o impelia a exigir melhores condições sociais? Ou a própria estrutura econômica brasileira da fase que deteriorava e asfixiava principalmente os jovens que, agora, desiludidos com o futuro que não vinha, decidiam protestar?* Tudo isso era aventado pelo governo e povoava minha cabeça quando caminhava em meio da multidão.

Impossível não comparar junho de 2013 com os movimentos pela democratização do país do início dos anos 1980, dos quais também participei. Ambos foram fatos históricos que marcaram a vida nacional e a mudaram de alguma forma. Entre eles, havia nexos e rupturas, que me instigaram a investigar. Minha hipótese é que as jornadas de junho de 2013 colocaram em xeque o produto histórico que os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 haviam produzido, bem como a base teórica que os embasava; no caso brasileiro, a teoria em questão foi a de Antônio Gramsci. As manifestações de 2013 sinalizaram o esgotamento das formas tradicionais de organização da classe trabalhadora, sindicatos e partidos políticos,

⁸No dia 17 de junho, quando se anunciou do recuo das tarifas, o Movimento Passe Livre (MPL), em meio a milhares de manifestantes, prometeu continuar a luta.

⁹De acordo com a Lei 12.663 de 2012 (BRASIL, 2012), a Federação Internacional de Futebol (Fifa) ficaria encarregada da organização do evento, e a União garantiria a segurança do mesmo. Como a Federação tem sede na Suíça, surgiu o bordão popular. 'Padrão Fifa', reivindicando o mesmo padrão para os serviços públicos.

¹⁰No início de Junho de 2013, próximo à Copa das Confederações, o governo autorizou o aumento das tarifas dos transportes públicos. Estranhamente transferido de janeiro para o mês do evento internacional. De início, os protestos começaram contestando esse aumento, mas se transformaram em algo bem mais amplo, como veremos.

¹¹Para Rui Braga (2015), a repressão policial dispensada aos estudantes do MPL desencadeou uma adesão maior ao movimento geral de protesto.

que eram próprias de uma fase do Capitalismo industrial em vias de enfraquecimento e superação.

Se essa hipótese se confirmar, além de reforçar os prognósticos dos anos 1970 sobre a desagregação do mundo do trabalho com a crise estrutural do Capitalismo, coloca as instituições capitalistas de consenso, os sindicatos e o parlamento no mesmo processo de corrosão, abrindo possibilidades de barbárie inauditas ou de transformações emancipatórias. Para tanto se fez necessária uma análise histórica que contemplasse a formação do sistema de produção burguês e, por conseguinte, a organização do proletariado moderno e as teorias que serviram de base para a conservação do sistema quanto às que propuseram uma transformação da sociedade. Sendo assim, uma abordagem particular da história brasileira não conseguiria atingir nosso objetivo geral, que é refletir sobre a teoria de Gramsci, a crise estrutural do sistema capitalista e o esgotamento do projeto político partidário da esquerda no Brasil, tendo o Partido dos Trabalhadores (PT) como instrumento catalizador desse projeto, para entendermos como se organizou politicamente a classe trabalhadora, a partir da redemocratização do país.

Para tanto se fazem necessários estes procedimentos: analisar a formação e o desenvolvimento capitalista mundial e seus reflexos no desenvolvimento retardatário do nosso Capitalismo dependente; verificar as ações dos movimentos sindicais da década de 1970, para entendermos a organização econômica corporativa da classe trabalhadora no Brasil; e examinar a formação do PT, como estágio que supera o momento puramente econômico, para elevá-lo a um patamar superior, ético-político, que busca a absorção do Estado na sociedade civil. Busca-se entender como se deu o desenvolvimento desse partido representante daqueles movimentos, até a sua chegada ao poder, e como esse ciclo parece ter-se esgotado a partir de 2013.

Sobre a dinâmica da exposição

Nossa formação como historiador, assistente social e ator de teatro compôs as nossas bases teórico-práticas. A partir da afirmação de Marx, de que a sociedade

burguesa é a pré-história da humanidade, veja-se como Lukács (1978, p. 1-2) assim a sintetizou:

A libertação do Capitalismo significa a libertação do domínio da economia. A civilização cria, assim, o domínio humano sobre a natureza; mas, como consequência, o homem cai sob o domínio desses meios que haviam dado a possibilidade de dominar a natureza. O capitalismo assinala o ponto culminante desse domínio. No Capitalismo, não existe classe que, por sua posição produtiva, esteja voltada à criação da cultura. À destruição do Capitalismo, a sociedade comunista altera a questão justamente neste ponto. Ela quer criar uma organização social na qual se destina a cada um esse modo de vida que na época pré-capitalista somente as classes dominantes podiam levar. Com isso começa a história da humanidade. Da mesma maneira que a história, no seu velho significado, começou com a civilização e a luta do homem com a natureza pertence a época “pré-histórica”, assim o historiador do futuro começará a verdadeira história da humanidade com o comunismo desenvolvido. Do domínio da civilização significará a segunda época “pré-histórica”.

Partindo daí, tentamos traçar o roteiro inacabado do drama da sociedade burguesa. Para isso, utilizamo-nos do mesmo artifício do Ocidente cristão, que contou o tempo antigo de forma decrescente até chegar ao advento em que o espírito se torna história.

Em nosso roteiro, o Primeiro Ato contempla a instauração da sociedade burguesa e do Capitalismo (1789-1914). Nesse longo percurso histórico, avaliamos as vias de desenvolvimento da modernidade, enfatizando a via inglesa – a Revolução Industrial –, e a vereda da Revolução francesa. A primeira, econômica; e a segunda, política; uma e outra embasadas respectivamente pelo Liberalismo clássico e pelo Iluminismo.

Buscou-se, por meio da leitura das obras de Marx e Engels (2009a; 2007), entender a superação do Socialismo utópico, para se chegar a uma concepção materialista da história, ao Socialismo científico. Nas análises históricas de Marx (2012; 2008; 2011) sobre as lutas de classe que sacudiram a França até a derrota da Comuna de Paris, e na principal obra do autor, *O capital*, Marx (2013) expôs brilhantemente o funcionamento da sociedade mercantil burguesa, com suas formas reificadas de relações humanas e personificadas nas analogias das coisas.

Abordamos as mudanças estruturais pelas quais passaram o Capitalismo, da sua forma concorrencial para os monopólios; e as mudanças acarretadas por elas, tanto nas práticas como na teoria de ambos os lados. Demos um tratamento especial ao

debate sobre a revisão teórica de Marx na Segunda Internacional, Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo entre outros, às mudanças sobre o caminho da revolução, à integração de parte da classe trabalhadora dentro do sistema político e econômico burguês, à defesa da manutenção do Estado e à dissolução da Internacional, após o início da Primeira Guerra Mundial em 1914.

No Segundo Ato (1914-2017), vislumbramos o mundo destruído pela guerra imperialista e a vitória da revolução bolchevique na Rússia; e também o fracasso do Ocidente em fazer a revolução; o enfraquecimento dos partidos socialistas; e o fortalecimento do novo partido revolucionário russo. Buscamos oferecer uma leitura de Gramsci, desde seus escritos jornalísticos de agitação política até o Gramsci do cárcere, que elaborou uma estratégia revolucionária para o Ocidente, tendo no partido político o instrumento que absorveria as demais forças hegemônicas da sociedade civil e as conduziria à revolução.

É do pensamento de Gramsci que partimos para a observação da história brasileira, pois, as análises que ele fez, particularmente da Itália do seu tempo, eram muito semelhantes às dos países periféricos¹². Talvez, por isso a sua teoria fosse tão bem absorvida na América Latina desde a década de 1950¹³.

No Brasil, na década de 1970, segundo Coutinho (1982), “Gramsci era um brasileiro”. Outras qualidades credenciaram-no como intelectual não ortodoxo e original. Gramsci não era uma consciência triste burguesa¹⁴; ele era organicamente da classe trabalhadora. Ele não era de um país protestante, mas, sim, da Itália católica; Gramsci era latino, e veio do meio rural, diferente de todos os grandes pensadores do marxismo. Talvez, esse amalgama de diferenças deu a ele a incrível capacidade de não se deixar engessar por um dogma. Gramsci se manteve ortodoxo ao método de Marx, mas não foi um marxista tradicional. Ele interpretou a realidade do seu tempo, atualizando as categorias existentes e ampliando-as¹⁵.

Estudamos as características nacionais das revoluções pelo alto, pelas acomodações das elites às novas formas de poder, a formação do nosso

¹²A Itália do início do século XX era dependente economicamente das grandes potências. A questão agrária não estava resolvida, bem como sua indústria não era desenvolvida.

¹³Para o itinerário de Gramsci na América Latina, ver Aricó (1988).

¹⁴Referência ao filósofo italiano, Diego Fusaro (2017), que o retirou de Hegel.

¹⁵São vários os exemplos de apropriação de Gramsci. O conceito de revolução passiva, ele o apanha de Vincenzo Cuocco. O de hegemonia, apreende de Lênin. A noção de Sociedade civil, toma-a de Marx, entre outras categorias que ele ampliou e atualizou.

Capitalismo dependente, a condução coercitiva da nossa industrialização, os movimentos sociais que afloraram nas décadas de 1970 e 1980, a crise estrutural do Capitalismo, as reformas do Estado brasileiro ao ideário neoliberal, bem como a chegada do PT ao poder, e seu esgotamento como organização da classe trabalhadora, a partir das manifestações de 2013. Nosso referencial teórico para a discussão nacional partiu de autores como Furtado (1974), Prado Junior (1982; 2013), Fernandes (1976; 1981), Fausto (1995; 2013) entre outros. E, para finalizar, propomos o Prólogo, com as conclusões inconclusivas e possíveis tendências que o cenário mundial e brasileiro nos apresenta nesse momento histórico.

Essa forma de exposição nos parece apropriada, pois entendemos que o início da modernidade trouxe a possibilidade de superação da escassez, mas não rompeu com a realidade fetichista das fases anteriores: dos antigos e medievais, por produtos de sua imaginação: o mito e a religião; e, durante a Idade Moderna, por produtos de suas próprias mãos: a mercadoria. O homem ainda é um agente de uma força estranha a ele. Sua liberdade formal o torna escravo do trabalho assalariado e alienante. Para atingir a plenitude de sua liberdade, no entanto, é necessário um ato revolucionário e, portanto, catártico, um ato histórico pelo qual o homem destrua a dominação da criatura sobre o criador e instaure a história humana.

A partir de Marx e Engels e da tradição marxista, procuramos capturar, de modo aproximativo, a totalidade da realidade com que nos defrontamos. Quando concluirmos esse texto, provavelmente ele já estará ultrapassado, precisando de revisão. Assim, urge a busca incessante de novas interpretações, novas categorias analíticas, mantendo-se fiel ao método e ao compromisso com a transformação social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que procurou apreender parte da tradição marxista e suas categorias analíticas.

“A pesquisa bibliográfica implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Quer dizer que a base da pesquisa tem um sentido central de ideias e práticas que conduzem à escolha e ao estudo cuidadoso de autores e obras que dialogam com o nosso objeto. Longe de ser imparcial, a escolha da bibliografia se coaduna com a visão de mundo deste pesquisador e sua

formação. A atualização da tradição marxista é de suma importância para compreendermos os processos históricos atuais.

O debate sobre as táticas e práticas dos movimentos emancipatórios ganhou dimensão variada e uma gama de categorias e conceitos, que ampliaram o entendimento da realidade e contribuíram para a produção do conhecimento. Ainda segundo Lima e Miotto (2007, p. 40),

o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento, pelo contrário, consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado, que irá gerar uma síntese, o concreto pensado.

Todo o acúmulo teórico produzido pelos autores analisados deverá contribuir para uma crítica contundente à sociedade burguesa, bem como para a atualização e ampliação dessa teoria.

Nossa tarefa consiste em compreender historicamente o desenvolvimento da classe trabalhadora e seu projeto de sociedade. Depois disso, selecionar, apreender e sintetizar o pensamento dos autores que fazem parte do nosso referencial teórico, observando quais as categorias analíticas que ainda dão conta de expor satisfatoriamente a realidade. Ao mesmo tempo, dar novo sentido ou superar categorias que a realidade histórica superou.

Assim, pensamos contribuir para a ampliação do debate crítico, da compreensão da realidade atual, e para o enriquecimento da teoria marxista, enquanto instrumento científico para compreendermos a realidade. Enfim, cogitamos que essa pesquisa possa colaborar para a ampliação do conhecimento e romper com os muros da universidade, servindo à comunidade como instrumento de debate e crítica. Nosso intuito é refletir sobre um problema que se coloca na realidade e provoca o debate e sua resolução.

Esperamos que possamos enriquecer cada vez mais o tema da revolução emancipatória do gênero humano, pois embora a realidade se mostre fracionada, sua totalidade está contida no sistema capitalista mundial e faz parte de sua crise estrutural. As dificuldades crescentes enfrentadas pelo Capitalismo atual de reproduzir suas taxas de lucros no processo de produção empurram-no cada vez mais para um beco sem saída das finanças e faz desse momento histórico o

momento decisivo entre uma alternativa humana e consciente ou a inviabilidade humana definitiva.

PRIMEIRO ATO.

Cena XIV: A terra está fértil. O tempo é de expectativas.

Uma revolução não é um mar de rosas. É uma luta de morte entre o futuro e o passado. (Fidel Castro).

A Idade contemporânea, ou burguesa, teve como marcos inaugurais três grandes eventos históricos: a independência americana, que rompeu com os laços coloniais e abriu caminho para um desenvolvimento autônomo nas Américas. A revolução industrial, econômica, que mudou radicalmente os meios de produção com a inclusão da maquinaria na Inglaterra. E a Revolução francesa¹⁶, ético-político, que suprimiu o antigo regime e decapitou a monarquia.

O segundo ato da modernidade no teatro da história mundial começou, portanto, contra o seu predecessor, o Feudalismo, no último quartel do século XIX, e se estendeu até a Primeira Grande Guerra em 1914. Um longo ato, contraposto ao primeiro, mais intenso e explosivo, que Hobsbawm (2007) denominou de “o breve século XX”¹⁷.

Nessa cena, as luzes do proscênio se dividiram em três direções com mais intensidade. Os atores burgueses, antes meros figurantes, estavam em destaque tanto na França quanto na Inglaterra e nos Estados Unidos da América (EUA). A máquina de fumaça era inglesa;¹⁸ a guilhotina, francesa; e a pele vermelha era americana.¹⁹ As novas relações comerciais e de troca forçaram os grilhões das antigas relações feudais, que foram estilhaçadas. Os antigos atores, os donos da terra, e os príncipes foram substituídos pelos novos dirigentes do comércio e do

¹⁶A revolução francesa foi considerada por muitos historiadores o fato que marcou a passagem à idade contemporânea, por ter sido um ato político dramático e de grande repercussão em todo o mundo, principalmente no continente europeu. No entanto, a revolução francesa, a independência americana e a revolução industrial inglesa, no nosso entendimento, fizeram parte do mesmo projeto de modernização, que se consolidou nesses países por diferentes caminhos.

¹⁷Consideramos a crítica filosófica desse período como parte da revolução burguesa, que teve na Alemanha seus melhores representantes.

¹⁸Referência às enormes quantidades de carvão queimadas nas primeiras fábricas inglesas, que deixavam as cidades cobertas de fuligem (HOBSBAWM, 2007).

¹⁹Referência à expansão norte-americana, que quase extinguiu os índios que habitavam aquela Região.

dinheiro: os burgueses. Mas aqueles não saíram de cena sem antes lutar muito. Economia, política e ideias se misturaram em um frenesi chamado revolução.

Embora os objetivos burgueses fossem a implantação do Capitalismo, a forma de ação dependia do desenvolvimento político e econômico de cada país.

Se a economia do mundo do século XIX foi constituída principalmente sob influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram constituídas fundamentalmente pela revolução francesa [...] a França forneceu o vocábulo e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo [...] a ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas civilizações que até então resistiram às ideias europeias [...] ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massas, e incomparavelmente mais radical do que qualquer levante comparável (HOBSBAWM, 1997, p 7-9).

A possível explicação para tanta radicalidade consistia no fato de que o feudalismo clássico Francês dividia a sociedade em uma rígida hierarquia de Estados, dos quais o primeiro era compreendido pela nobreza; o segundo, pela igreja católica; e o terceiro estado...

... compreendia, confundidos em suas classes, todos os plebeus, 96% da nação. Essa entidade legal dissimulava elementos sociais diversos, cuja ação específica diversificava o curso da revolução. Que a burguesia tenha dirigido a revolução é hoje verdade evidente. Deve-se constatar ainda que não constituía, na sociedade do século XVIII, uma classe homogênea. Algumas de suas frações estavam integradas às estruturas do Antigo Regime, participando em variados graus dos privilégios da classe dominante, quer pela fortuna fundiária e pelos direitos senhoriais, quer por pertencer ao aparelho estatal, quer pela direção das formas tradicionais das finanças e da economia. Elas suportaram em graus diversos a revolução (SOUBOUL, 1989, p. 15).

Essa rígida hierarquia social fez com que a burguesia arrastasse consigo para a cena histórica os diversos estratos do povo que compartilhavam a mesma indignação contra os altos impostos, consequentes da intervenção francesa na independência americana, e a carestia.

A burguesia só se organizava, organizando todo o terceiro estado. Suas reivindicações eram as reivindicações de toda a sociedade. Para conseguir uma unidade nesse estado heterogêneo, era necessário educar as massas. Os filósofos burgueses colocaram as antigas instituições no tribunal da razão, e se condenados, deveriam perecer.

O Iluminismo foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. O movimento iluminista utilizou da razão no combate à fé na Igreja e a ideia de liberdade para combater o poder centralizado da monarquia. Com essa essência, transformou a concepção de homem e de mundo (PACIEVITCH... Acesso em: 15 jun. 2016).

Gramsci (2002, p. 39) vislumbrou nos princípios da revolução francesa, o “primeiro estágio de uma ‘reforma’ intelectual e moral (isto é, ‘religiosa’)²⁰, de alcance popular nacional no mundo moderno”. O raciocínio de Gramsci parece acertado, uma vez que essa revolução “foi a única ecumênica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram” (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

A importância dos intelectuais na difusão dos pensamentos liberais por meio de suas associações para desencadear a revolução foi tamanha, que até certo ponto...

... os filósofos podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela revolução. Ela teria ocorrido sem eles, mas eles, provavelmente, constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo (HOBSBAWM, 1997, p. 18).

O ímpeto que o movimento burguês Frances imprimiu ao terceiro estado muitas vezes lhe escapava ao controle. Isso, pelo fato de que uma vez atingido o objetivo, uma fração de classe se acomodava e se tornava conservadora. No entanto, as outras frações de classes que as acompanhavam queriam seguir adiante, ameaçando ampliar as conquistas que a burguesia defendia como propriedade exclusiva. A debilidade da classe burguesa para interromper o movimento que começou e instaurar novas relações de produção encontrou em Napoleão a solução temporária para sua dominação.²¹ Assim, os levantes continuaram latentes, explodindo aqui e acolá durante quase um século.

Enquanto as ideias francesas se espalhavam pelo continente e o mundo, a Inglaterra conquistava cada vez mais os mercados. O aumento do intercâmbio

²⁰Cabe ressaltar que para Gramsci as ideias são importantes, mas só se materializam quando encontram as massas em movimento. O ambiente de insatisfação popular já estava se processando na França, daí a eficiência da unidade entre a teoria e a prática.

²¹Gramsci (2002) analisou o advento de Napoleão (França) como o de Cesar (Roma). Quando uma classe não impõe e dirige o processo revolucionário, a solução é o da força, geralmente armada. Pode ter havido movimentos bonapartista ou cesaristas, progressivos e regressivos. Mesmo assim, a reação monárquica retomou o controle político da Europa em 1815.

comercial forçava a superação da manufatura, e ela foi superada. Diferente da França, a revolução industrial, a partir de 1870, deu início a um movimento industrial autossustentando.

Para Hobsbawm (2007, p. 53), “poucos refinamentos intelectuais fizeram a revolução industrial”. Sobre essa dinâmica, Gramsci (2001, p. 28) afirmou que na Inglaterra “a burguesia se tornou dominante sem se tornar dirigente, permanecendo a direção intelectual nas mãos da aristocracia” ²². Isso parece verdadeiro, pois o Iluminismo francês era visto com desconfiança na Inglaterra.

Por outro lado, na Inglaterra o fator político já havia sido em parte resolvido, pois a burguesia havia feito suas revoluções pelo menos um século antes, “desde que o Rei José fora julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental” (HOBSBAWM, 2007, p. 54).

Isso levava à outra particularidade da Inglaterra, que a deixava na vanguarda da industrialização. A solução britânica para o problema agrário, singularmente revolucionário, já tinha sido encontrada na prática.

a agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa Era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (HOBSBAWM, 2007, p 54).

Na França no tempo da revolução, os camponeses “eram em geral livres e não raro, proprietários de terras” (HOBSBAWM, 2007, p. 58). O que buscavam era a diminuição tributária do Estado e os dízimos clericais que sobre eles caíam. O isolamento camponês não favorecia uma organização de classe que ampliasse o papel da sociedade civil. Assim, o Estado parecia pairar sobre a sociedade, que Gramsci chamou de sociedade gelatinosa, pouco complexa, em que o Estado é tudo; e a sociedade civil, nada.

²²Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci (1999; 2001; 2017; 2001; 2002, 5v.) refez todo o percurso histórico dos movimentos revolucionários, identificando suas peculiaridades. No caso inglês, por sua posição geográfica e voltado para o comércio marítimo, a junção entre aristocracia guerreira e burguesia comercial favoreceu uma aliança de classes que excluía os camponeses e os transformava em operários na assim chamada acumulação primitiva de capital.

Estudando essas peculiaridades, Fernandes (1981) chamou a revolução industrial de revolução dentro da ordem; e no caso Francês, de revolução contra a ordem. Ou ainda, nos dizeres de Gramsci (2001), a revolução industrial atuou sobre a base econômica estrutural; e a francesa, sobre a superestrutura ético-política. No caso Francês, por seu desenvolvimento, a burguesia precisava aliar-se às outras frações de classes contra a aristocracia e a Igreja: os entraves ao progresso.

Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação, é necessário, inversamente, que o outro estamento seja o estamento do inequívoco da opressão. O significado-negativo universal da nobreza e do clero francês condicionou o significado positivo-universal da burguesia, que se situava imediatamente ao lado deles e os confrontava (MARX, 2010, p. 154).

Na França, por seu desenvolvimento comercial e por sua divisão em estados, as frações burguesas se posicionaram como representantes de quase toda a nação. Para isso, sua base teórica foi a do contrato social, da vontade geral, da democracia. Na França, a teoria “se tornou força material quando se apoderou das massas”; na Inglaterra, “o poder material burguês derrubou o poder material da nobreza” (MARX, 2010 p. 151) ²³. Na França, a luta se travou em torno da superestrutura política e na ação revolucionária do povo, enquanto que na Inglaterra a estrutura econômica foi transformada. Enquanto na França o comando do Estado assumia as mais variadas formas políticas, na Inglaterra “a política estava engatada ao lucro” (HOBBSAWM, 2007, p. 55), independentemente de quem estivesse ao leme do Estado. Enquanto na França a luta para a emancipação política dos povos permitiu o desenvolvimento do pensamento de Rousseau, na Inglaterra a emancipação foi econômica deu as armas teóricas ao pensamento de John Locke e Adam Smith.

Em dado momento, o desenvolvimento das forças produtivas que engendrava formas de pensamento era progressista, pois servia para embasar a luta contra as formas de produção que se desejavam superar. No momento em que se tornavam hegemônico, reforçavam o conservadorismo ao naturalizarem e perpetuarem processos históricos; eram, portanto, mutáveis, na tentativa de desmobilizarem ações contra a ordem. Mas, também, podiam produzir pensamentos críticos que

²³A citação completa seria: “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2010 p. 151). Essa citação e suas implicações para o movimento operário foi retomada e criticada por Lukács (2007) em *História e consciência de classe*.

impulsionassem movimentos de superação de uma ordem social determinada. No período analisado, as ideias dominantes eram o Liberalismo clássico, de Locke e Smith, e o democrático radical, de Rousseau.

Cena XIV. A – Leitura de mesa: entendendo os roteiros.

Nossos atores burgueses se moviam de diferentes maneiras, mas com o mesmo objetivo²⁴. O desenvolvimento de uma nova base produtiva na Inglaterra impele a França a se adequar ao novo padrão, para competir no mercado mundial nascente com o concorrente inglês. Gramsci (2001, p. 27) examinou as revoluções burguesas na Inglaterra, afirmando que já havia uma “fratura entre a igreja e o Estado”. Por outro lado, as cabeças redondas mais progressistas e muitos outros radicais foram liberados, sem humilhações, para fundarem uma nação na América. Por sua condição geográfica, a Inglaterra, assim como Atenas, se dedicou ao comércio. Essa realidade fez nascer a ideologia liberal.

Para os contratualistas²⁵, a organização da sociedade significava a superação do estado de natureza, em que os homens tinham uma liberdade ilimitada. Para Hobbes (2003), essa liberdade trazia insegurança, uma vez que, para defender um bem de desejo, os homens entravam em guerra de todos contra todos, sendo necessário que alienassem sua liberdade para um poder absoluto que impusesse pela força a ordem. Locke (2002, p. 69) se contrapõe a essa visão violenta dos homens em estado de natureza:

O homem nasce com direito à perfeita liberdade e ao gozo ilimitado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, tanto quanto qualquer outro homem ou grupo de homens tem nessa natureza, o direito não só de preservar a sua propriedade, isto é, a vida, a liberdade e as posses, contra os danos e ataques de outros homens, mas, também, de julgar e punir as infrações dessa lei pelos outros, conforme julgar da gravidade da ofensa, até mesmo com a própria morte nos crimes em que o horror da culpa o exija, se assim lhe parecer.

Ainda segundo Locke (2002, p. 69), a propriedade é uma condição natural de todos os indivíduos, pois todos os homens nascem livres, dispõem da sua vida e

²⁴O importante é reter aqui que as duas principais nações da época lutavam pelo controle comercial. Com o desenvolvimento capitalista industrial britânico, a França era obrigada a seguir o caminho industrial, se quisesse continuar uma potência. A luta para se tornar capitalista é a luta pelo progresso das nações.

²⁵O Contratualismo foi “uma escola de pensamento a partir da qual várias interpretações sobre a natureza humana e o surgimento das sociedades civis foram concebidas. Para os contratualistas, o ser humano possuía uma forma de vida anterior à que vivemos hoje em nossas sociedades, um estado em que apenas os instintos e as qualidades intrínsecas ao ser humano serviam de mediadores de nossas ações. Os autores do Contratualismo acreditavam que o Estado civil era uma entidade fabricada, isto é, que não havia surgido gradualmente e de forma espontânea. Tentavam, então, entender em que ponto e em quais circunstâncias essa entidade que regulamentava nossas vidas com leis e regras institucionais foi criada” (RODRIGUES... Acesso em: 22 set. 2017.).

conquistam suas posses por meio dessas condições naturais de liberdade. Para saírem dos inconvenientes do estado de natureza, os homens, em consenso, resolveram constituir uma sociedade política.

Só podemos afirmar que há sociedade política quando cada um dos membros abrir mão do próprio direito natural, transferindo-o à comunidade, em todos os casos passíveis de recurso à proteção da lei por ela estabelecida. E assim, excluído todo julgamento privado de cada cidadão particular, a comunidade torna-se árbitro em virtude de regras fixas estabelecidas, impessoais e iguais para todos; e por meio de homens, a quem a comunidade outorga o poder para execução dessas regras, decide todas as desavenças que possam surgir entre quaisquer membros da sociedade, sobre qualquer assunto de direito, e pune as infrações cometidas com as penalidades estabelecidas pela lei.

Locke (2002) vislumbra nos poderes constituídos, legislativo e judiciário, as bases para o funcionamento da sociedade de homens iguais e livres perante a lei. Essa premissa de igualdade formal é a base de organização política das democracias liberais burguesas modernas. Rousseau (1999, p. 25) propõe um contrato no qual a democracia é ampliada, pois “a passagem do estado de natureza ao estado civil produz no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta o instinto pela justiça e conferindo às suas ações a moralidade que antes lhes faltava”. No entender dos contratualistas, na passagem do estado de natureza para o civil, o homem aliena parte da liberdade que havia no estado de natureza. Se, para Hobbes (2003), essa alienação era total, para Locke (2002) isso tinha a finalidade de garantir a liberdade legalmente, e, para Rousseau (1999, p. 26), era a transformação das posses em propriedade privada.

O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto deseja e pode alcançar, o que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possuir. Para que não haja engano a respeito dessas compensações, importa distinguir entre a liberdade natural, que tem por limites apenas as forças do indivíduo, e a liberdade civil, que é limitada pela vontade geral, e ainda entre a posse, que não passa do efeito da força ou do direito do primeiro ocupante e a propriedade, que só pode fundar-se num título positivo.

A teoria contratualista se contrapunha à visão de mundo religioso feudal, por entender a formação da sociedade como algo histórico, mutável e não imutável e divino. Seja por medo, por proteção da liberdade ou pela liberdade civil e racional, os homens se tornam os autores da história, e, portanto, de todas as instituições de poder. Nenhum governo é eterno. Para Rousseau (1999, p. 107), os governos,

assim como os homens, estavam destinados ao ciclo de ascensão e queda, sendo superado por outro, que teria o mesmo destino.

O corpo político, assim como o corpo humano, começa a morrer desde que nasce e traz em si mesmo as causas de sua destruição. A constituição do homem é obra da natureza, a do Estado é obra da arte. Não depende dos homens o prolongamento de suas vidas, mas deles depende prolongar a do Estado pelo tempo que for possível, dando-lhe a melhor constituição que possa existir.

Sendo a estrutura de uma comunidade uma criação humana, a sociedade civil e suas superestruturas políticas e jurídicas podem ser modificadas pelo povo que constitui esta estrutura social. Formar uma sociedade civil significava abrir mão do estado de natureza. Para Hobbes (2003), a alienação da liberdade natural, outorgando a um só homem o poder absoluto, se devia ao medo da guerra permanente de todos contra todos. Nesse sentido uma monarquia absoluta seria a melhor solução. Para Locke (2002), os homens em liberdade natural não estavam em guerra permanente, mas, sim, se associavam livremente. Dessa associação, surgia a necessidade de preservação da propriedade natural dos homens, ou seja, a vida, a liberdade e as posses. Nesse caso, um Rei acima das leis era inadmissível. O parlamento receberia a outorga para a manutenção da legalidade e proteção da liberdade. Já Rousseau (1999), advogava um Estado em que o soberano era o povo e a lei era o espírito da vontade geral desse soberano.

Do ponto de vista econômico, o sistema capitalista se expandia para todos os países europeus. Em termos políticos, cada país, com suas tradições e hábitos, transitou para a economia de mercado de forma particular. Na Inglaterra, essa transição serviu como modelo clássico para um Capitalismo autônomo. Na França, a transição econômica foi acompanhada por uma transição política mais radical e agitada.

Tanto a economia inglesa como a política francesa irradiavam os sinais da nova ordem social nascente, e faziam os antigos reinos tremerem. Dos roteiros expostos, o Liberalismo de Locke foi a base de sustentação das teorias econômicas de Adam Smith e David Ricardo. A democracia radical de Rousseau (1999) sustentou movimentos de crítica à sociedade burguesa nascente, e o Leviatã de Hobbes (2003) subsistia em muitos reinos e confederações europeias, com sinais claros de enfraquecimento.

Onde quer que disputasse o poder, a burguesia afirmava a sua ideologia da igualdade formal para todos. Tomada em termos gramscianos de instrumento de governo, a divulgação dessa ideologia burguesa de que “todos são iguais perante a lei”, alcançou status de religião no senso comum. Para Gramsci (1999), essa sentença não é uma falsa visão da realidade, pois ela é real para a classe dominante; por isso, ela funciona como seu instrumento que molda e adapta as massas. O roteiro liberal burguês adquiriu legalidade social e controlou o Estado, que protege e assegura o direito de propriedade dos meios de produção. A burguesia inglesa não precisou armar o povo, mantendo o exercício da guerra com a aristocracia.

Na França, as frações burguesas tiveram de enfrentar o poder da aristocracia e da igreja. O roteiro de Rousseau (1999) com a democracia radical encontrou terreno fértil no terceiro estado empobrecido e favoreceu a instauração de uma República laica. O Socialismo utópico francês se alimentou de esperanças fraternais de igualdade e protestou contra os desvios da revolução. Para que a transição ao Capitalismo se completasse, faltava à burguesia industrial francesa subordinar as frações de classes e impor a sua dominação. Na França, o exército era composto pelo povo em armas; esse fato impulsionava o caráter explosivo das revoluções naquele país.

A nova ordem econômica se expandia por toda Europa; as ideias liberais e democráticas se fortaleciam em todo o continente, mesmo com o retorno das monarquias aos seus tronos em 1814, com a derrota de Napoleão. De 1815 a 1830, deu-se o período que Gramsci (1999) chamou de revolução restauração²⁶, em que não havia um retorno ao passado sem alterações fundamentais. De fato, as monarquias já não eram as mesmas, como observa Hobsbawm (2007, p. 146):

[...] os velhos regimes vitoriosos enfrentaram os problemas do estabelecimento e da preservação da paz, que foram particularmente difíceis e perigosos [...] os reis e os estadistas não eram mais sábios nem tampouco mais pacíficos que antes. Mas inquestionavelmente estavam mais assustados.

Com o Capitalismo como realidade posta, todos os países europeus, monárquicos ou não, começaram a lutar para se tornarem industriais e competirem no mercado

²⁶ Conceito atualizado que Gramsci (1999, p. 389) utilizou de Eduard Guinet.

mundial. Uma vez suplantado o capital comercial, não havia retorno. Os reveses políticos e ideológicos foram imensos e a Europa tremeria várias vezes, até a consolidação do Capitalismo e do domínio burguês. Uma vez consolidado o Capitalismo – e o regime liberal burguês –, todos os países europeus entram na competição do mercado, na lógica do valor, sob o risco de não figurarem mais no prosclênio da história.

Cena XIV. B – Feita a leitura: de volta a ação.

O aumento de demanda por mercadorias fez com que a Inglaterra catapultasse seu desenvolvimento industrial com a revolução industrial. Um dos principais motivos para o sucesso da Inglaterra foi que ela “possuía uma economia forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar os mercados de seus competidores” (HOBSBAWM, 2007, p. 57). A conquista comercial ultramarina era vital, pois as colônias produziam o algodão, uma das matérias-primas para a fabricação têxtil:

com isso ele podia ser explorado nas plantações escravista do Sul dos Estados Unidos, a partir de 1790, [que] foram mantidas e aumentadas pelas insaciáveis e vertiginosas demandas das fábricas de Lancashire, às quais forneciam o grosso da sua produção de algodão bruto (HOBSBAWM, 2007, p. 58).

Matéria-prima a preço de sangue negro, produção à base de vida proletária, saques coloniais e violência inauditas: eis a fórmula mágica de acúmulo de capital, parte integrante do motor de partida do sistema capitalista. O aumento vertiginoso da produção baixou o preço da unidade de trabalho, e isso teve consequências importantes. Para se ter uma ideia,

Em 1820, a Europa, mais uma vez aberta às livres importações da ilha, adquiriu 128 milhões de jardas de tecidos de algodão britânicos; a América, fora os EUA, a África e a Ásia adquiriram 80 milhões, mas por volta de 1840 a Europa adquiriu 200 milhões de jardas, enquanto áreas subdesenvolvidas adquiriram 529 milhões (HOBSBAWM, 2007, p. 59).

A alta produtividade do trabalho, tendo na lei do valor o seu regulador, jogou o tempo médio para a produção das mercadorias ao rés do chão. Com isso, seus produtos invadiram não só a Europa, mas, principalmente, os mercados no exterior. A produção industrial inglesa e o barateamento dos produtos forçaram países como a Índia à desindustrialização e a passar de exportador a importador: o Oriente dependente do Ocidente. Quando essa dependência era questionada, os canhões do império faziam o trabalho persuasivo. Os altos lucros auferidos pela indústria inglesa forçavam a procura por novas invenções, novos meios de produção, novas técnicas e organização do trabalho. Tudo isso funcionou como uma engrenagem para o barateamento das mercadorias e altas taxas de lucros.

Exemplo disso foi a exploração do carvão, que na época era a “principal fonte de energia”. Embora com um sistema de extração ainda primitivo, “em 1800, a Grã-Bretanha produziu 10 milhões de toneladas de carvão, ou cerca de 90% da produção mundial”. Embora com deficiências quando ao desenvolvimento rápido e com emprego de invenções tecnológicas, as minas de carvão estimularam “a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia” (HOBSEBWM, 2007, p. 73). A necessidade de levar o produto da extração do carvão dos fundos das minas à superfície logo se transformou em um meio de transporte muito importante: “a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra” (HOBSEBWM, 2007. p. 73). Mais do que qualquer instituição, a ferrovia era o símbolo do progresso.

Nenhuma outra invenção da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular (HOBSEBWM, 2007, p. 72).

Atingindo uma velocidade descomunal de 96 km em 1830, não é de se admirar que para Marx (2012, p. 132) “as revoluções fossem a locomotiva da história”. As ferrovias viraram febre de todas as nações; os investimentos britânicos foram gigantescos, mesmo com um retorno pífio²⁷. O único motivo para investimentos sem uma prospectiva de lucro fácil foi que “nas primeiras duas gerações da revolução industrial as classes ricas acumulavam renda tão rapidamente e em tão grandes quantidades que excediam todas as possibilidades disponíveis de gasto e investimento” (HOBSEBWM, 2007, p. 74).

Tal opulência com certeza não advinha de comprar barato e vender mais caro, pois todas as nações comerciais faziam a mesma operação sem esses lucros exorbitantes.

A fartura era tanta, que o investimento estrangeiro passou a ser considerado como óbvio. Conforme Hobsbawm (2007, p. 82), a todos os países que acenassem sua necessidade de recursos para o desenvolvimento industrial ou de negócios, na Europa ou na América, “o investidor inglês emprestava prontamente”. Os altos lucros da indústria inglesa e a expansão de seu comércio levaram as nações europeias a

²⁷ Não somente pela velocidade e meio de locomoção, a ferrovia baixava os preços das mercadorias que agora viajavam muito mais rápido do que antes. Isso possibilitava maiores oportunidades de mercados, maior lucro e fortalecimento da economia do país.

se industrializarem e tornarem seus produtos competitivos no mercado. Bastava olhar o progresso material da Inglaterra para que as nações do mundo inteiro ficassem com inveja, com exceção “das cidades e do seu proletário mais pobre do que em outros países”.

O que mais impressionava era que a economia inglesa utilizava a força de 1 milhão de cavalos em suas máquinas a vapor, produzia 2 milhões de jardas (aproximadamente 1,800 mil metros) de tecido de algodão por ano em mais de 17 milhões de fusos mecânicos, recolhia quase 50 milhões de toneladas de carvão, exportava 170 milhões de libras esterlinas em mercadorias em um só ano [...] produzia mais da metade do total de lingotes de ferro do mundo economicamente desenvolvido e consumia duas vezes mais por habitante do que o segundo país mais industrializado (a Bélgica), três vezes mais que os EUA, e quatro vezes mais que a França. Seus investimentos nos EUA e na América Latina traziam dividendos e encomendas de todas as partes do mundo. Era, de fato, a oficina do mundo (HOBSBAWM, 2007, p. 82).

A riqueza das classes dominantes inglesas contrastava com a miséria dos seus operários. O sistema capitalista apresentava, já em 1810, uma crise diferente das crises do comércio, que se pensava encontrar em erros de cálculo e oportunidades. Tratava-se de algo novo, de uma lógica contraditória, estrutural do sistema que, uma vez aumentada sua composição orgânica, tendia para uma queda na taxa de lucros, trazendo consigo desemprego e turbulência social. As máquinas pareciam ao operariado o motivo do seu desemprego, como o inimigo a ser destruído.

os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema, destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas, mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores luditas²⁸. porque também eles se viam como vítimas de uma minoria diabólica de inovadores egoístas (HOBSBAWM, 2007, p. 65).

Esse comportamento de parte da classe média era um sintoma também novo. A grande fábrica não só enfraquecia a indústria estrangeira, mas, também, arruinava os competidores nacionais. Pequenos industriais, comerciantes e artesãos, entregues agora aos riscos de um sistema instável, viam-se na eminência de se tornarem proletários. O jacobinismo radical das classes médias francesas nas mãos

²⁸Deriva de Ned Ludd, personagem criado para espalhar o ideal do movimento operário entre os trabalhadores ingleses. Os luditas – que se opunham à industrialização intensa ou às novas tecnologias – eram vinculados ao movimento operário anarcoprimitivista. Os protestos contra as substituições da mão de obra humana pelas máquinas já eram bem conhecidos, mas entre 1811 e 1812, na Inglaterra, os operários luditas ganharam fama significativa, invadindo fábricas e destruindo máquinas, que lhes tiravam seus trabalhos. Os luditas ficaram lembrados como “quebradores de máquinas”.

do proletariado inglês foi ainda mais radical. “A Revolução Francesa deu confiança a essa nova classe; a revolução industrial provocou nela a necessidade de mobilização permanente” (HOBSEBWM, 2007, p. 291).

A crítica da sociedade burguesa com apoio no Socialismo já estava presente na Europa desde aproximadamente 1820²⁹. Tratava-se da tentativa de diminuir as desigualdades, sem romper com o sistema, ou de uma crítica idealista da sociedade burguesa, com vistas em uma sociedade ideal.

Tanto na Inglaterra quanto na França, a discussão intelectual deu lugar ao conceito e à palavra “socialismo”, imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França (como pelos grêmios parisienses de 1832) e em escala bem maior pelos britânicos, que logo teriam Robert Owen como líder de um vasto movimento de massas para o qual ele estava singularmente despreparado (HOBSEBWM, 2007, p. 292).

Tais pensamentos e práticas ficaram conhecidos como Socialismo “utópico”. Para Gramsci, as utopias coincidem com um período de mudanças que alguns já conseguem antever no horizonte, embora muitas vezes, sejam visões distorcidas pela realidade disforme que os circunda. Na França, esses pensamentos já estavam presentes nos primórdios da Revolução. *O manifesto dos iguais* de Babeuf (2006... Acesso em 06 set. 2017)³⁰ declarava: “queremos igualdade efetiva ou a morte”. A República dos iguais, o germe do partido político, já desconfiava que “a igualdade nunca foi mais que uma bela e estéril ficção da lei” (BABEUF, 2006... Acesso em 06 set. 2017).

Embora não conclame uma classe social específica com a missão histórica de transformação, a radicalidade de Babeuf (2006... Acesso em 06 set. 2017) demonstra sua indignação com a retórica burguesa de liberdade e igualdade. Seu manifesto, seu repúdio, era contra uma minoria que nada fazia, e que vivia da exploração da maioria empobrecida³¹. Depois dele, o nobre Saint-Simon (1760-1825) sonhava uma sociedade em que se associasse para o progresso geral, sem,

²⁹Tanto Hobsbawm quanto Gramsci analisaram o caráter linguístico das revoluções. Para Gramsci (2001, p. 227), a linguagem traduz uma visão de mundo. Uma nova sociedade, um novo sistema de produção engendra uma nova linguagem adaptada a esse novo estágio civilizatório.

³⁰O manifesto Babeuf (2006... Acesso em 06 set. 2017) foi escrito em 1796. Não há nele referências ao termo classes sociais, e, sim, ricos e pobres. Esse manifesto conclamava o povo a acabar com as injustiças.

³¹A resistência desse período espelha a difícil adaptação forçada das sociedades pré-capitalistas ao novo modo de produção e reprodução da vida em sociedade. A classe operária ainda estava formada.

com isso, precisar de uma revolução violenta. Fourier (apud Barros 2001), por sua vez, idealizou um lugar onde a liberdade e cooperação fossem a base da nova sociedade. Seus Falanstérios³² nunca saíram do papel. Coube a Proudhon (1809-1865) e Blanqui (1805-1881) ideias e ações para novas relações sociais.

Proudhon, citado por Teotônio Simões (1999), se considerava anarquista³³. A associação deveria ser voluntária e sem governo. O Estado deveria ser abolido imediatamente e a sociedade seria dos pequenos proprietários, com bancos e cooperativas. Suas ideias exerceram uma grande influência na França e fora dela, tendo em Bakunin³⁴ seu discípulo ilustre. Como veremos, as ideias anarquistas se contrapuseram às ideias Marxistas, disputaram a adesão do proletariado em todo o mundo e foram alvo de concorrência dentro da Primeira Internacional, em 1864.³⁵

Blanqui (apud MOREIRA, 2012a) era o retrato do revolucionário do Século XIX; passou grande parte da vida na prisão, e, quando livre, estava na ação. Foi responsável por formar inúmeras associações clandestinas e jornais, incentivando e participando de levantes. Mesmo se autoproclamando comunista, Blanqui não acreditava...

... que a revolução fosse dirigida por um partido de massas, e, sim, por uma minoria consciente de revolucionários que orientaria os trabalhadores em suas associações, conduzindo-os aos caminhos revolucionários, implantando a ditadura que constituía a base para a nova sociedade comunista (MOREIRA, 2012a, s/p).

Blanqui emprega o termo ditadura revolucionária, que se difere da ditadura do proletariado, proposta mais tarde por Marx e Engels. Blanqui não concebia a história como resultado da luta de classes, base da teoria social de Marx e Engels

³²Comunidades idealizadas que consistiam em grandes construções comunais e que refletiam uma organização harmônica e descentralizada onde cada trabalhava de conformidade com suas paixões e vocações (BARROS, 2001).

³³Entendemos por anarquismo a definição dada por Teotônio Simões (1999), para quem o anarquismo é um movimento que luta por uma sociedade em que ninguém tenha poder sobre ninguém. Por isso, os anarquistas não acreditam em democracia representativa nem em parlamentos nem em eleições para representantes. Para eles, legisladores e governantes só têm um interesse: manter o poder para eles mesmos..

³⁴Mikhail A. Bakunin (1814-1876) foi um revolucionário russo que contribuiu, determinantemente, em teoria e prática, para o desenvolvimento do anarquismo na Europa ocidental e que teve influência nos rumos do movimento dos trabalhadores em nível mundial.

³⁵Pierre Joseph Proudhon (Besançon, 15 jan. 1809 — Passy, 19 Jan. 1865), filósofo político e econômico francês, foi membro do Parlamento Francês. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo e também o primeiro a se autoproclamar anarquista, até então um termo considerado pejorativo entre os revolucionários.

(BOTTOMORE, 2012). Os reflexos políticos turbulentos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo na França possibilitaram aos vários setores sociais colocarem em reivindicações nas práticas e ações políticas condizentes com a visão de mundo que lhes pertenciam. Talvez, por isso o período que vai da restauração, 1815 a 1871, com a derrota da Comuna, é de guerra civil latente e várias frações das classes burguesas se revezavam no comando do Estado.

Na Inglaterra, a industrialização havia impulsionado a maior organização do proletariado e, por sua vez, a resistência da classe trabalhadora e projetos de justiça social dentro do próprio sistema capitalista. Owen (1771-1858) pôde desenvolver uma ação prática dentro do novo aparato produtivo da fábrica: as cooperativas.

Embora fracassado, o experimento serviu para sinalizar que era possível a coexistência harmônica entre burgueses e proletários, com produtividade e lucros. A lógica implacável da produção em larga escala, que implicava a maior produtividade, maior taxa de mais-valia e, por conseguinte, aumento na composição orgânica do capital e suas contradições, inviabilizou as tentativas de Owen. Em princípios de 1830, a lógica do valor já predominava no continente europeu

O ano de 1830 aparece com proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia (HOBBSAWM, 2007, p. 162).

A estrutura econômica do modo de produção capitalista, que tinha na Inglaterra seu modelo clássico, se irradiou pelo continente. Mas na luta política contra o feudalismo na França, o modelo clássico, o jacobinismo³⁶ foi exportado para todos os países em que as forças reacionárias emperravam o avanço da sociedade competitiva burguesa. Esse foi o modelo de toda a elite ilustrada que combatia o atraso do antigo regime.

³⁶O Jacobinismo foi o termo ligado a uma prática política inicialmente difundida na década revolucionária da França de fins do século XVIII, entre 1789 e 1799. Esse termo se referia aos jacobinos, os membros de um clube formado em 1789, que atuaram como um partido político durante o processo revolucionário. Os jacobinos receberam esse nome pelo fato de seu clube, o Clube Bretão, e, depois, a Sociedade dos Amigos da Constituição, reunirem-se no convento dos dominicanos, ou *jacobins*, na rua Saint-Honoré, em Paris. Formados por homens oriundos da pequena burguesia urbana, os jacobinos ficaram reconhecidos na história principalmente por seu republicanismo radical e também pelo papel centralizador desempenhado pelo Estado no processo revolucionário (JACOBINISMO... Acesso em: 15 ago. 2017).

Todos os revolucionários consideravam-se, com justiça, pequenas elites de emancipados e progressistas atuando entre – e para eventual benefício de – uma vasta e inerte massa do povo ignorante e iludido, que sem dúvida receberia com alegria a libertação quando ela chegasse, mas da qual não se podia esperar que tomasse parte em sua preparação (HOBSEBAWM 2007, p.166).

Os grupos revolucionários que se inspiravam na revolução francesa buscavam liberdade de associação e livre pensamento, ideais burgueses mais radicais que eram proibidos em grande parte da Europa aristocrática. Impossibilitados de se associarem legalmente, esses grupos formavam irmandades insurrecionais. Várias dessas se formaram e combateram os resquícios do antigo regime, tornando-se um espectro, um fantasma, que rondava toda a Europa; e até o czar tentava exorcizá-lo.

As mais conhecidas, por serem as mais internacionais, eram os “bons primos” ou *i carbonari*. [Estes] descendiam de lojas maçônicas na França por oficiais antibonapartistas em serviço na Itália, tomando forma no Sul desse país [...] [e] os *dezembristas*, que fizeram a primeira insurreição moderna na história da Rússia em 1825, nos levantes da Grécia e na Polônia (HOBSEBAWM 2007, p. 167).

Mesmo sendo brutalmente perseguidas, essas irmandades continuaram a se propagar por toda Europa. Movimentos como jovem Itália, jovem Polônia, Jovem Suíça, Jovem Alemanha, jovem França etc. mostravam a vitalidade dos princípios da revolução francesa, que se enraizaram no continente, fazendo nascer um sentimento de libertação nacional. “Cada um deles tendia agora a justificar sua preocupação primordial com sua própria nação através da adoção do papel de Messias de todos” (HOBSEBAUM, 2007)³⁷. O desenvolvimento do Capitalismo forjava, no âmbito político, uma identidade nacional, que tendia a unificar vários reinos e principados em nações unitárias. Exemplos desse processo foram a unificação alemã e italiana, que atingiram seu objetivo na década de 1870.

Se a Inglaterra produziu a revolução industrial – e a França, a revolução social –, a Alemanha fez a “revolução filosófica”. Dentre os mais importantes filósofos da época, Hegel (1770-1831) foi o mais proeminente. Herdeiro da tradicional escola idealista alemã, ele conseguiu lançar as bases para uma compreensão da realidade como totalidade, pelo método dialético de conhecimento. Em *Princípios da filosofia*

³⁷Hobsbawm (2007) analisa o fenômeno de forma pormenorizada.

do direito (1820), Hegel formulou um sistema de conhecimento unitário da realidade cuja base era a razão. Para o filósofo alemão,

com efeito, em sua mais concreta significação, a forma é a razão como conhecimento conceitual e o conteúdo é a razão como essência substancial da realidade moral e também natural; a identidade consciente do conteúdo e da forma é a ideia filosófica (HEGEL, 1997, p.XXXVIII).

Partindo da premissa filosófica, o Estado aparece como uma síntese superior de legalidade. As singularidades dos indivíduos, que se fortalecem nas associações da sociedade civil, encontram no direito e no Estado sua universalidade racional. O Estado aparece como produto do desenvolvimento do espírito absoluto. Depois de sua morte, seus epígonos dividiram-se. A corrente dos jovens hegelianos de esquerda centrou sua crítica na religião cristã, base de sustentação ideológica dos impérios europeus. Um dos autores mais proeminentes dessa corrente era Feuerbach. Marx se aproximou dessa corrente, e foi profundamente influenciado pelo materialismo de Feuerbach, mas fez seu próprio percurso, centrando sua crítica nos *princípios da filosofia do direito* de Hegel, para mais tarde o superar. Criticando os pressupostos de Hegel, ele amadurece a crítica que faria mais tarde ao próprio Feuerbach. A partir dessa constatação, Marx (2010, p. 30) inverte o raciocínio de Hegel sobre o Estado, propondo que:

A divisão do Estado em família e sociedade civil é ideal, isto é, necessária, pertence à essência do Estado; família e sociedade civil são partes reais do Estado, existências espirituais reais da vontade; elas são os modos de existências do Estado; família e sociedade civil se fazem, a si mesmas, Estado. Elas são a força motriz. Segundo Hegel, ao contrário, elas são produzidas pela ideia real.

Marx invertia assim a dialética hegeliana, esboçando o que viria a se tornar sua visão materialista do mundo. O Capitalismo era fruto do desenvolvimento histórico das forças produtivas; sua consolidação econômica era a consolidação política do seu agente, a burguesia, sobre a aristocracia feudal. Como filósofo, Marx (2010, p. 157) depositou no proletariado moderno a missão de emancipação humana.

A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é seu coração. A filosofia não pode ser efetivada sem a supressão (*aufhebung*) do proletariado, o proletariado não pode se supressumir sem a efetivação da filosofia.

Marx continuava fortemente marcado pela filosofia. A virada definitiva para a economia política se fortaleceu quando entrou em contato com um texto escrito por Engels. O encontro pessoal dos dois revolucionários aconteceu em Paris, um ano mais tarde, em 1845. A partir dessa data, seguiram unidos até a morte de Marx em 1883. Juntos produziram uma ciência socialista, que se configurou no marxismo. Depois de 1845, a teoria comunista foi composta a quatro mãos. A importância de Engels para o desenvolvimento teórico de Marx e do marxismo não pode ser desprezado. Para Paulo Netto (2004, p. 39),

O jovem Engels movimenta-se para a perspectiva operário-revolucionária a partir da sua experiência direta na sociedade capitalista constituída, da sua análise da organização econômica e social que lhe é própria. Quanto a Marx, a sua evolução no sentido da mesma postura é prioritariamente mediada pelas instâncias da reflexão filosófica; somente quando começa a compreender que a filosofia enquanto tal é impotente para transformar a realidade, ele se volta para uma alternativa metafilosófica – e o proletariado a que se refere, em 1844, não é ainda a classe operária histórica e real que Engels já conhece bem.

Desse encontro entre a filosofia e a economia política, nasceu um roteiro histórico que tinha no proletariado moderno o sujeito coletivo capaz de transformar a realidade e superar o sistema de exploração burguês. Juntos, eles fizeram a crítica a toda *A ideologia alemã* e a crítica a Feuerbach (MARX; ENGELS, 2009)³⁸. Criticado o idealismo, estavam lançadas as bases para uma concepção materialista da história, seu movimento e a sua base transformadora: o trabalho.

a estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; [...] desses indivíduos, não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem material, realmente, como atuam, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade (MARX; ENGELS, 2009, p. 30).

O desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das relações sociais que forjam as superestruturas jurídicas e políticas é um processo histórico e, portanto, mutável. E “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2009, p.32). Era preciso avaliar as relações sociais entre os homens reais para se chegar ao conhecimento da realidade, para transformá-la, pois, a “libertação” de uma classe “é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo nível da

³⁸ *A Ideologia alemã* só foi publicada em 1932.

indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio” (MARX; ENGELS, 2009, p. 35-36). O proletariado aparece como o sujeito histórico da transformação, uma vez que produz a riqueza³⁹ sem dela participar. Sua emancipação é a emancipação de toda a humanidade.

Mas essa transformação se daria na mudança estrutural da produção e suas relações, que transformariam toda a superestrutura. Nesse caso, a manutenção do Estado, significaria a manutenção das classes sociais e, portanto, da exploração.

Daqui, resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc. não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas das diferentes classes entre si (MARX; ENGELS, 2009, p. 47-48).

Uma revolução comunista deveria destruir o Estado, uma vez que ele representa, justamente, a divisão da sociedade em classes. Para os autores, a revolução se daria no verdadeiro palco da história, na estrutura produtiva da sociedade.

A forma de intercâmbio requerida pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos até os nossos dias, e que por sua vez as requer, é a sociedade civil. [...] essa sociedade civil é o verdadeiro lar e teatro de toda a história (MARX; ENGELS, 2009, p. 52-53).

As relações de produção e de troca se efetivam na sociedade civil, da qual brotam as ideias e as instituições que a conservam. Na sociedade burguesa, ela desenvolve-se uma forma de Estado particular.

A sociedade civil como tal apenas se desenvolve com a burguesia; a organização social se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura. [...] pela emancipação da sociedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses (MARX; ENGELS, 2009, p. 110-112).

Essas afirmações são de extrema importância para entendermos o que se passou com o movimento operário, quando este foi integrado ao estado ampliado burguês.

³⁹Por riqueza, está-se pensando na sociedade burguesa na qual, segundo Marx e Engels (2009), a riqueza aparece em forma de mercadorias. Para os autores de *A ideologia alemã*, a riqueza do homem está em sua liberdade de ser, de manhã, um pescador; e, à tarde e a noite, um crítico literário; portanto, a riqueza do homem está no desenvolvimento dos seus sentidos e no controle consciente do seu tempo e da sua importância perante a sociedade.

Os autores imaginavam que a revolução comunista viria da imposição de uma complexa divisão do trabalho, que reduzia o homem a um apêndice da maquinaria nascente.

A atividade não é dividida voluntariamente, mas, sim, naturalmente; a própria ação do homem se torna para este um poder alienado e a ele oposto, que o subjuga, em vez de ser ele a dominá-la. A alienação deveria se tornar um poder insuportável, isto é, um poder contra o qual se faça uma revolução; é necessário que tenha criado uma grande massa da humanidade absolutamente “destituída de propriedade e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento” (MARX; ENGELS, 2009, p. 48-51).

O sistema de produção burguês engendrava riqueza e cultura para poucos; e miséria, alienação e exploração, para todos os trabalhadores. A expansão desse sistema contraditório em nível global produziria uma revolução mundial.

Em todos os povos ao mesmo tempo (concorrência geral), tornando todos eles dependentes das revoluções uns dos outros e, por fim, colocando indivíduos empiricamente universais, indivíduos histórico-mundiais, no lugar de indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo apenas poderia existir como algo local; 2) os poderes do intercâmbio não teriam eles próprios podido desenvolver-se como poderes universais, e por isso insuportáveis, e teriam permanecido “circunstâncias” de superstição locais; 3) todo alargamento do intercâmbio superaria o comunismo local (MARX; ENGELS, 2009, p. 51).

Por isso, a revolução comunista se diferenciava de todas as demais. Ela não era de uma classe; era da humanidade contra a exploração, contra os privilégios, contra a alienação. E deveria ser levada a cabo por aquelas classes que...

... têm de suportar todos os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta e que, expulsas da sociedade, são forçadas ao mais decidido antagonismo a todas as outras classes; uma classe que constitui a maioria dos membros da sociedade e da qual deriva uma consciência sobre a necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, a qual, evidentemente, também pode se formar no seio das outras classes por meio da observação (MARX; ENGELS; 2009, p. 56).

As condições para a revolução já estavam dadas pelas condições de miséria explícitas das classes trabalhadoras. A revolução comunista era a solução para a emancipação humana dessa condição pois...

... Em todas as revoluções anteriores, o modo da atividade permaneceu sempre intocado e foi só uma questão de uma outra distribuição dessa atividade, de uma nova repartição do trabalho a outras pessoas. Ao passo que a revolução comunista se dirige contra o modo da atividade até os nossos dias, elimina o trabalho e supera o domínio de todas as classes,

suprimindo as próprias classes, porque é realizada pela classe que na sociedade não vale como uma classe, não é reconhecida como uma classe, é a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc. no seio da sociedade atual (MARX; ENGELS, 2009, p.56-57).

Eliminar o trabalho alienado, com fins diferentes das necessidades dos próprios homens, e possibilitar o desenvolvimento do ser humano enquanto ser livre: eis uma nova formação social só poderia ser um ato revolucionário e consciente de uma classe que, ao mesmo tempo em que era produto dessa sociedade, se transformava na sua negação e superação. O processo revolucionário seria o mecanismo prático no qual o proletariado produziria a sua consciência.

Tanto para a produção massiva dessa consciência comunista quanto para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens, que só pode processar-se num movimento prático, numa revolução; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe dominante de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas, também, porque a classe que a derruba, só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação de sociedade (MARX; ENGELS, 2009, p. 56-57).

Revolução assumia um duplo papel: a superação das relações de produção e de propriedade das sociedades divididas em classes, portanto, uma revolução material, econômica, e a superação política da classe dominante que quer conservar o modo de produção existente. Os anos de 1845/46 marcaram para os autores a superação da filosofia idealista alemã, bem como o Socialismo utópico Francês. As *teses sobre Feuerbach*, e a crítica a Proudhon – em *A miséria da filosofia* – fecham esse percurso teórico.

A descrição feita por Engels (1975) em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* se estende para além dos contatos de Marx com a realidade prática da classe trabalhadora em seu deslocamento forçado, da França para Bélgica, Inglaterra, de volta à Bélgica, depois à França e à Alemanha e, finalmente, à Inglaterra, onde se fixou definitivamente. A aproximação com a Liga dos Justos (MOREIRA, 2014a)⁴⁰ e o espectro comunista que rondava a Europa anunciavam a

⁴⁰Fundada por exilados alemães que se estabeleceram em Paris. Na França, a Liga adotou as ideias utópicas, conspirativas e igualitaristas de Saint-Simon, Fourier, Babeuf, Blanqui, Cabet e Proudhon. Na Suíça, predominaram as ideias de Weitling. Já em Londres, apesar da influência de Owen, a Liga teve contato com uma heterogeneidade de ideias expressas nas trade-Union, no movimento cartista e nas concepções de vários operários fabris e exilados políticos de diversos países europeus. Para mais informações, ver Moreira (2012a).

primavera dos povos, que teve como expressão teórica um panfleto aberto e declarado dos objetivos da classe trabalhadora, *O Manifesto comunista* (MARX; ENGELS [1948], 2007).

Escrito no final de 1847, editado em fevereiro do ano seguinte, o *Manifesto* nasce junto com os movimentos sociais que sacudiram o continente europeu; foi o documento que expressava na teoria as lutas de classes que estavam se desenvolvendo nas fábricas, nos clubes, nas irmandades e ligas, e finalmente ganhou as ruas e se mostrou à superfície. As classes dominantes tremeram, o sangue operário jorrou, mas teve sua condição de classe reconhecida.

Cena XIII: As flores brotam⁴¹.

Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas
jamais conseguirão deter a primavera inteira. (Che
Guevara).

Esta cena marca o surgimento de um novo sujeito coletivo que ainda trazia consigo vícios das figurações passadas, mas já esboçava uma atuação original. A partir de 1848, mesmo que não o soubessem, suas atividades eram sempre vistas como comunistas. Entre 1830 a 1848, as monarquias se enfraqueceram diante do poder burguês e este foi acompanhado pela organização da classe trabalhadora. Trabalhadores e burgueses marcharam juntos contra o antigo regime, mas a classe trabalhadora já possuía suas próprias reivindicações. A consolidação do sistema capitalista e do mundo burguês foi acompanhada por sua negação.

No prólogo da edição portuguesa da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Hobsbawm (1975, p. 7) descreve o panorama social dos grandes centros industriais europeus.

Por volta de 1830, era claro aos olhos de qualquer observador inteligente que nas regiões econômicas avançadas da Europa se colocavam problemas completamente novos. Não se tratava somente dos «pobres», mas de uma classe sem precedentes na história, o proletariado (HOBSBAWM, 1975, p.7).

A riqueza promovida pelo progresso burguês era tão verdadeira para os capitalistas quanto a quantidade de miséria em que estavam inseridos os trabalhadores.

Tratava-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do Capitalismo em seu estágio industrial concorrencial [...] se não era inédita a desigualdade entre várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p. 42).

⁴¹Referência às revoluções que se estenderam por toda a Europa a partir de 1848 e que ficaram conhecidas como primavera dos povos.

Pela primeira vez na história, havia a possibilidade de acabar com a escassez por meio do incrível desenvolvimento das forças produtivas. Também pela primeira vez uma classe inteira padecia de uma miséria extrema, ao mesmo tempo em que produzia toda a riqueza social. Essa contradição insolúvel, esse antagonismo de classe, se fortaleceu. O que era um murmúrio contido, explosivo aqui e acolá, um espectro disforme, agora se mostrava por inteiro como classe, tendo no manifesto seu roteiro de ação. Independente da maturidade política e econômica e do entendimento de uma teoria econômica dos autores, o *Manifesto* sinalizava o princípio de uma concepção materialista da história e o agente de sua transformação: o proletariado moderno.

Engels (1975) havia escrito *Princípios do comunismo*, em que condensou algumas noções dos fundamentos políticos norteadores da condução social da classe trabalhadora. Marx e Engels ([1948], 2007) deram um novo trato ao texto citado e formulam o mundialmente conhecido texto do *Manifesto comunista*. É sem dúvida um dos textos políticos mais belos e lidos da história. Nele, os autores fizeram do proletariado a encarnação do fantasma que rondava a Europa e que fazia tremer as classes dominantes. O comunismo apareceu como um resultado da luta de classes, um estágio superior em que o homem livre e consciente controlaria a produção material, tendo como fim a satisfação das necessidades humanas.

Essa afirmação dos autores resume um longo percurso intelectual e a ruptura com o idealismo filosófico alemão, bem como a ruptura com o Socialismo utópico francês. Aumento da população, propriedade privada, trabalho alienado, divisão social do trabalho, antagonismos de classe, expansão e declínio de um modo de produção e a formação de uma nova ordem social, tudo isso são processos históricos, impulsionados pelas contradições entre o modo de produção e as relações sociais que dele emerge.

A ordem burguesa aparece no texto como fruto do desenvolvimento comercial, que surge no seio do antigo regime, provocando uma mudança na base de produção e

fortalecendo as cidades em detrimento das autarquias rurais dos feudos⁴². As bases materiais com que a burguesia se fortaleceu, portanto, são históricas e mutáveis.

Os autores do *Manifesto*, além de examinarem, de forma clara, todo o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas que forneceram as bases para o fortalecimento das relações de troca burguesas, também analisaram os motivos de suas crises⁴³.

Nessas crises, surge uma epidemia que, em todas as épocas antigas, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução [...] as forças produtivas à disposição da sociedade não mais tendem a fomentar o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa [...] as condições da sociedade burguesa são estreitas demais para abranger toda a riqueza que criou (MARX; ENGELS, 2007, p. 17).

O capital precisava expandir-se constantemente. Tal exigência obrigava o seu agente, a burguesia, a buscar soluções para a crise. Assim ela...

... tenta conquistar novos mercados e busca uma exploração mais completa dos antigos. Ou seja, pavimentando o caminho para crises mais extensas e mais destrutivas e diminuindo os meios pelos quais previnem-se crises. As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo voltam-se contra a própria burguesia. Mas ela não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar essas armas: a classe trabalhadora moderna, o proletariado (MARX; ENGELS, 2007, p. 17).

As crises do sistema capitalista imprimem uma dinâmica incessante de produção de valor, e com ela a procura de mais trabalho para explorar, mais miséria, alienação e mais contradições. Por isso,

a sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, é como um bruxo que não controla os poderes do outro mundo por ele conjurado com seus feitiços [...]. Na mesma medida em que a burguesia, isto é, o capital, se desenvolve, também o proletariado se desenvolve. A classe trabalhadora moderna desenvolve-se: uma classe de trabalhadores, que vive somente enquanto encontra trabalho e que só encontra trabalho enquanto o seu labor aumenta o capital [...]. O que a burguesia, portanto, produz acima de tudo, são seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (MARX; ENGELS, 2007, p. 16-20).

⁴²No *Manifesto*, os autores afirmam que a burguesia subjulgou o país às leis das cidades. Criou cidades enormes; aumentou em grande escala a população urbana, se comparada à rural e, assim, resgatou uma considerável parte da população da idiotia da vida rural (MARX; ENGELS, 2007, p. 15).

⁴³Para saber mais sobre o processo histórico de formação e consolidação da burguesia, ver Marx e Engels (2007, p.11-16).

Como um programa partidário, os autores traçam as diretrizes pelas quais os comunistas deveriam seguir. Destaca-se o caráter internacional que o movimento proletário deveria assumir.

[...] nas lutas nacionais de proletários de países diferentes, eles ressaltam e apresentam os interesses comuns de todo o proletariado, independente de nacionalidade; nos vários estágios de desenvolvimento que a classe trabalhadora atravessa em sua luta contra a burguesia, eles representam sempre o interesse do movimento como um todo (MARX; ENGELS, 2007, p. 24-5).

Embora o *Manifesto comunista* aparecesse como um programa político radical da classe trabalhadora, “suas reivindicações são reformistas⁴⁴”. As dez reivindicações expostas no *Manifesto* atestavam esse caráter⁴⁵. A precipitação da revolução impôs a ação revolucionária de Marx e Engels.

o comitê central da liga comunista se transferiu de Londres para Bruxelas para ficar mais perto dos acontecimentos de Paris. Marx organizou sua própria infiltração na Alemanha. Em vez de uma legião de combatentes, seus homens seriam propagandistas. Voltariam sem fanfarras, em pequenos grupos ou sozinhos, e plantariam as sementes do comunismo calmamente em meio à confederação (GABRIEL, 2013, p. 16)⁴⁶.

Sendo conhecedor do caráter conservador do seu país, Marx evitou um confronto direto, preferindo a direção de um jornal em Colônia, com perfil democrático e não comunista, já que “a democracia era uma ideologia com maior potencial imediato” (GABRIEL, 2013, p. 03). Marx conhecia a formação do proletariado alemão. Seria mais proveitoso um apoio aos liberais do que à aristocracia conservadora. Ele estava usando o jornal para educar os menos progressistas, informando sobre o estado das coisas, preparando o caminho para as tarefas futuras. Esse se mostrou o melhor caminho, pois as classes conservadoras temiam uma ação explosiva das classes subalternas⁴⁷.

Em Paris, o proletariado era sufocado violentamente. Os números foram assustadores e revoltantes. Marx dedicou as páginas do seu jornal aos mártires de

⁴⁴Diferente do Marx de *O capital* e também da crítica ao programa de gotha, demonstrava que toda a transformação social seria vã se não chegasse a abolir a troca mercantil. Ver Jappe (2006, p. 17).

⁴⁵Conferir também Marx e Engels (2007, p. 34).

⁴⁶Houve discussões entre os membros da liga, outros alemães no exílio e Marx, sobre como deveriam proceder com relação aos movimentos que estavam se processando na Alemanha. Para se aprofundar no assunto, ver Gabriel (2013, p. 15-20).

⁴⁷A tradição aristocrática fazia com que a burguesia temesse a incorporação política das classes subalternas. A partir de 1848, essa absorção foi praticada, por meio da educação das massas, inculcando-lhe os deveres morais e diminuindo sua ação explosiva.

Paris. Colocando de forma dramática a derradeira separação da sociedade francesa entre trabalhadores e proprietários, previa a vitória final incontestável dos primeiros. Seus artigos pró-proletários despertaram os ressentimentos dos seus acionistas, a classe média, que desertou do apoio financeiro, colocando o jornal em dificuldades. Enquanto pode, ele disparou artilharia pesada contra o Estado Prussiano, contra os impostos, entre outros artigos que o colocaram como inimigo do Estado, tendo de comparecer várias vezes a tribunais que o acusavam de subversão.

No último número do jornal, ele informava aos assinantes que “a pena teve de se submeter ao sabre” (GABRIEL, 2013, p.14). Os canhões da reação haviam aniquilado o proletariado da França, Alemanha, Hungria. Marx e Engels se separaram. Engels partiu para Suíça; Marx e família voltaram à França, e depois se fixaram definitivamente em Londres. Embora furioso com a carnificina e denunciando o que podia do seu jornal, Marx acabou por compreender que

Um homem e uma barricada eram impotentes contra um Rei e seu exército. Aqueles que trabalham e lutam com as próprias mãos não podem vencer, apenas por meio de conflitos armados, militares bem treinados e bem equipados, bem treinados e apoiados pela riqueza do Estado e de homens de posses (GABRIEL, 2013, p. 4).

Ele compreendeu também que embora a indústria moderna houvesse aumentado em número e em força o proletariado, faltava-lhe organização, faltava-lhe atingir a consciência de classe⁴⁸. Era necessária uma unidade entre teoria e prática, entre razão, coração e vontade, entre a filosofia e o proletariado, capaz de superar as especulações idealistas dos alemães, o Socialismo utópico francês e o liberalismo econômico inglês.

Marx se dedicou de corpo e alma para construir e provar na prática a efetividade das suas descobertas. O *Manifesto* inaugura, em termos de publicação, o percurso desse gigantesco esforço teórico, físico, psicológico e afetivo, que começou em 1843 e o consumiu durante toda a vida.

Ainda acreditando que uma revolução era eminente, Marx chegou a Londres e logo começou a organizar um jornal no qual pudesse divulgar e denunciar as mazelas do Capitalismo.

⁴⁸Como constata Lênin (1917), o proletariado sente a opressão que se abate sobre ele, mas é por meio da teoria revolucionária que ele compreende o mecanismo dessa opressão.

Era necessário consolidar a sua teoria da história enquanto luta de classes, e a França parecia lhe fornecer os subsídios materiais para a verificação dessa teoria⁴⁹. Aproveitando essa peculiaridade francesa, Marx (2012; 2008) avaliou o período que abarcava a revolução de 1848 até o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1852, em dois escritos distintos: *As lutas de classes na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Marx havia descoberto a grande lei da marcha da história. A lei segundo a qual todas as lutas históricas, que se processem no domínio político, religioso, filosófico, quer em qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas expressão mais ou menos clara de lutas entre essas classes; são, por seu turno, condicionadas pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente (MARX, 2008, p. 18).

O Marx que escreveu as obras históricas era um comunista convicto. Suas experiências na Alemanha tiraram-lhe a ilusão de que o proletariado poderia se impor enquanto classe a reboque da pequena burguesia⁵⁰. Se isso acontecesse, seria temporário e logo o proletariado deveria se organizar para a superação do Capitalismo. Na introdução de: *As lutas de classes na França*, ele é categórico ao afirmar que

o que sucumbiu nessas derrotas não foi a revolução. Foram os penduricalhos pré-revolucionários tradicionais, os resultados de relações que ainda não se haviam culminado com antagonismos *agudos de classe* [...] o partido revolucionário ainda não estivera livre antes da Revolução de fevereiro e dos quais se livraria não pela vitória de fevereiro, mas unicamente por força de uma série de derrotas (MARX, 2012, p. 35).

O proletário deveria aprender com a derrota, que não se podia se emancipar se ainda não estivesse totalmente formado enquanto classe para si. A formação do proletariado se consolidou com organização fabril burguesa, no interior do Capitalismo e deveria superá-lo, assim como a burguesia cresceu e se fortaleceu nas entranhas do Feudalismo e depois o superou.

A observação de Marx (2012) em *As lutas de classes na França* compreendeu um período mais longo, desde 1830, e não teve um caráter, revolucionário, mas, sim, o

⁴⁹Engels confirmou a peculiaridade do desenvolvimento político francês: a França era o país onde mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classes foram sempre levadas à decisão final, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processavam essas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomavam os contornos mais nítidos (MARX, 2008).

⁵⁰Nascia aqui a perspectiva de o proletariado se unir ao camponês, deste que fosse o dirigente do movimento.

da luta pelas classes por comandar o Estado⁵¹. A corrupção se espalhou e tomou conta da sociedade, fazendo com que a burguesia industrial e a pequena burguesia protestassem. O povo, também farto dos abusos, estava pronto para se rebelar. Os abalos internos se reforçaram

em virtude de dois acontecimentos econômicos mundiais: a doença da batata inglesa de 1845-1846, que aumentou a intensidade da efervescência do povo. A carestia de 1847 provocou conflitos sangrentos na França e no resto do continente [...] o segundo foi a crise geral do comércio e da indústria inglesa [...]. (MARX, 2012, p. 41-2).

Com base nessas evidências, Marx estava convicto de que a revolução comunista era inevitável. Na revolução de 1848, embora a classe trabalhadora de Paris se colocasse em primeiro plano como partido autônomo, o que se consolidou foi a República e o domínio burguês, “permitindo que todas as classes proprietárias ingressassem ao lado da aristocracia financeira na esfera do poder político” (MARX, 2012, p. 44-5).

A revolução de 1848 foi a consolidação da República burguesa, necessária para que o país pudesse desenvolver-se enquanto capitalista e organizar-se nacionalmente, para competir no mercado mundial. O desenvolvimento capitalista burguês trazia consigo o desenvolvimento da classe operária combatente.

É sob o domínio desta que ele consegue estender sua existência ao plano nacional, tornando-se capaz de conferir à sua revolução uma amplitude nacional, conseguindo criar os modernos meios de produção, cada um deles servindo de meio para a libertação revolucionária (MARX, 2012, p. 47).

O fato de a formação da classe operária ser um produto da indústria moderna levou o marxismo a adotar uma visão etapista e mecânica da história, em que era necessário passar pelo desenvolvimento capitalista para depois fazer a revolução comunista.

Mesmo depois da revolução russa, o movimento operário esteve propenso a se unir à burguesia para a etapa burguesa da revolução em países que ainda não haviam passado pela industrialização. No entanto, como veremos adiante, para Marx, cada

⁵¹Para o autor, em 1830, aproveitando o endividamento do Estado, a fração de classe que assumiu o Estado, foi a dos “banqueiros, os reis da bolsa, os reis das ferrovias, os donos das minas de carvão e de ferro e os donos de florestas em conluio como uma parte da aristocracia proprietária de terras, a assim chamada aristocracia financeira” (MARX, 2012, p. 37).

caso deveria ser analisado de acordo com a realidade histórica e do desenvolvimento das forças produtivas de cada país⁵².

A revolução de 1848 foi a primeira grande batalha entre a burguesia e o proletariado, frontal e diretamente, sem intermediários. “O véu que encobria a república foi rasgado” (MARX, 2012, p. 62).

Em um duelo sangrento com todas as forças armadas burguesas, o proletariado de Paris resistiu por cinco dias. Como sempre, a burguesia usou de métodos cruéis e brutalidade sem igual. “Mais de três mil prisioneiros foram massacrados” (MARX, 2012, p. 64).

A ilusão democrática proletária de compor o governo ao lado da burguesia francesa deixou uma lição para todo o movimento proletário internacional.

Mesmo quando ganhou um ministério para dirigir, este foi minado, forçando os trabalhadores e se rebelar, e uma vez rebelados foram reprimidos e sufocados, postos fora do combate. A conclusão de Marx é que

Uma classe na qual os interesses revolucionários da sociedade se concentram encontra, no momento em que ascende, diretamente em sua própria condição, o conteúdo e o material de sua atividade revolucionária: abater inimigos e adotar medidas exigidas pela necessidade da luta; são as consequências de seus próprios feitos que a impulsionam a prosseguir. Ele não faz investigações teóricas sobre a tarefa que lhe cabe. Contudo, a classe operária francesa ainda não tinha chegado a esse ponto; ela ainda era incapaz de realizar a sua própria revolução (MARX, 2012, p. 47).

A grande burguesia, uma vez no poder, convenceu as classes medias comerciantes de que o problema da má circulação das mercadorias estava na paralisação que a revolução proletária impunha.

As classes médias marcharam junto com a burguesia contra o proletariado e, após o massacre,

reconheceram assustados que, ao abaterem os trabalhadores, estavam se entregando sem resistência nas mãos dos seus credores. Sua bancarrota, que vinha se arrastando cronicamente desde fevereiro e que aparentemente havia sido ignorada, foi exposta publicamente após o mês de junho (MARX, 2012, 71).

⁵²Para o autor, o desenvolvimento da indústria e dos meios de produção capitalistas abririam as possibilidades para a revolução comunistas, pois, “A burguesia industrial pode apenas dominar onde a indústria moderna confere a todas as relações de propriedade a forma que lhe corresponde, e a indústria só é capaz de obter esse poder onde ela tiver conquistado o mercado mundial, porque as fronteiras nacionais não comportam o seu desenvolvimento” (MARX, 2012, p. 47).

Uma vez destruída a resistência proletária, as classes médias e o campesinato se enfraqueceram política e economicamente. As frações de classes burguesas se digladiaram e se enfraqueceram mutuamente: ora República, ora assembleia constituinte, ora um presidente e por fim um imperador.

O Estado em bancarrota, primeiro pelas finanças, depois, para se equilibrar, sangrava a burguesia comercial e os camponeses.

A fraqueza das frações burguesas, os ressentimentos da pequena burguesia e do campesinato e a indiferença do proletariado colocaram o poder político da França nas mãos de um só homem: Luís Bonaparte.

Cena XII: As brumas encobrem as flores⁵³.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Karl Marx).

Esta cena mostra que a consolidação do capitalismo nem sempre se apresentou sob a forma clássica da república, e que a burguesia, em alguns momentos, perdeu o comando do executivo momentaneamente, e o Estado caiu nas mãos de um só homem. O Capitalismo continuou avançando, trazendo consigo o proletariado, as classes médias e o campesinato. Se, no início de 1848, o proletariado estava na ribalta, no final de 1851, com as vacilações das frações de classes burguesas, os ressentimentos da pequena burguesia e campesinato, o proletariado estava apático e posto fora de cena. O drama virava farsa⁵⁴. O dia das eleições francesas foi

o dia da insurreição dos agricultores. Foi só a partir desta data que o mês de fevereiro começou a contar para os agricultores franceses. O símbolo que expressou seu ingresso no movimento revolucionário, canhestamente sagaz, ordinariamente ingênuo, grosseiramente sublime, uma superstição calculada, uma burlescaria patética, uma travessura da história mundial, hieróglifo indecifrável ao entendimento dos civilizados – esse símbolo portava inconfundivelmente a fisionomia da classe que, no âmbito da civilização, representa a barbárie (MARX, 2012, p. 79).

Com a conquista do sufrágio, embora a luta continuasse para ver qual a classe ou frações de classe comandaria o executivo, era necessário que o proletariado fizesse aliança com outras classes. Os camponeses, em grande número, apareciam como aliados promissores. Para Marx, os camponeses não representavam seus próprios interesses como classe. Mesmo sendo a maioria da população francesa,

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo [...] na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização

⁵³Referência ao *18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2008).

⁵⁴Para Marx, a farsa estava no fato de que os franceses “não só fizeram a caricatura do velho Napoleão, como geraram o próprio velho Napoleão caricaturado. Tal como deve aparecer necessariamente em meados do século XIX [...] a revolução de fevereiro é escamoteada pelo truque de um trapaceiro” (MARX, 2012, p. 22).

política, nessa exata medida não constituem uma classe [...] a influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete a seu domínio a sociedade (MARX, 2008, p. 116).

A questão agrária e os camponeses foram alvo de debates entre os marxistas e o movimento proletário em geral. Por não conseguirem se representar como classe autônoma, deveriam os camponeses unir-se ao proletariado. Gramsci propôs, na Itália, a formação de um bloco operário camponês, entre cidade e campo, entre o Norte e o Sul, sempre sob a hegemonia da classe operária. Na França, de 1850, essa aliança ainda não havia sido tentada e os camponeses pequenos proprietários esperavam o messias na figura de Bonaparte.

Para esses agricultores, Bonaparte representava o fim do “fisco” imposto pela república. Para o proletariado, Bonaparte significava a deposição de Cavaignac, que havia substituído o “direito ao trabalho” pelo direito a “assistência social”; para o exército, Bonaparte representava o rebaixamento da guarda móvel; para a pequena burguesia, a vitória do devedor sobre o credor.

E, assim, “Bonaparte obteve seis milhões de votos e derrotou Cavaignac, que alcançou apenas um milhão de votos” (MARX, 2012, p. 78). A Revolução de 1848 moveu-se em linha decrescente. Caminhou para o retrocesso⁵⁵.

O enfraquecimento das classes levou um país das dimensões francesas a se apoiar em um oportunista que carregava um nome de símbolo.

A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil (MARX, 2008, p.113).

Quando as classes sociais, ao se enfrentarem, se enfraqueciam mutuamente, a possibilidade de aventureiros se apossarem do poder se torna irresistível.⁵⁶ Marx percebeu que a República burguesa, embora fosse um ambiente seguro para a organização dos trabalhadores, tendia a incorporar parte das suas reivindicações

⁵⁵ Marx (2008, p. 43-44) compara o movimento crescente e progressivo da revolução de 1789 e o movimento decrescente da revolução de 1848.

⁵⁶ Como veremos, essa situação de paralisação das classes, levaram ao fascismo na Itália e ao nazismo na Alemanha. Isso não quer dizer que o Estado se tornasse autônomo, acima das classes. Era apenas uma forma transitória até que uma classe se consolidasse e o substituísse.

dentro da burocracia do Estado, que, para isso, formava um imenso aparato burocrático que envolvia “como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros [...] todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de destruí-la” (MARX, 2012, p. 114)⁵⁷. Depois disso, a cada avanço da sociedade, a cada aumento da divisão do trabalho, também...

... aumentavam os grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para administração do Estado. Todo interesse comum era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como interesse superior, geral, retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, as riquezas nacionais e as universidades da França [...] Os partidos que disputaram o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor (MARX, 2008, 114).

Para além do Poder Executivo que gerenciava os negócios de toda a burguesia, o Estado se ampliava para a formação do consenso. A questão do Estado viria a ser um ponto de fundamental interesse dos movimentos proletários posteriores⁵⁸.

A discussão sobre o Estado e sobre a ditadura do proletariado foram analisados pelos intelectuais marxistas posteriores, principalmente Lênin e Gramsci. O primeiro, defendendo a tese de Estado restrito da força, que seria destruído por um ataque frontal. E o segundo, analisando o Estado ampliado⁵⁹, de coerção e consenso, discutiu a necessidade de uma longa guerra de posição na esfera da sociedade civil: direção intelectual e moral, antes da dominação de fato.

Em *As lutas de classes na França*, Marx analisa um período histórico francês começando monarquia de constitucional de 1830 e as causas políticas, sociais e econômicas que serviram de base para a Revolução de 1848. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisou o desenvolvimento da Revolução que colocou o poder nas mãos de um só homem. Após essas obras citadas, e definitivamente residindo em Londres, “Marx voltou a encontrar tempo para dedicar-se a estudos econômicos e começou com a história econômica dos últimos dez anos” (MARX,

⁵⁷A compreensão de que o Estado só existe para manter pela força a exploração do homem pelo homem e a sociedade dividida em classes reforçam a tese de que a revolução proletária, uma vez que eliminasse as classes, deveria eliminar também o Estado opressor.

⁵⁸Gramsci veio a ser um estudioso arguto da transformação das ações do Estado como arena de conflitos de classe.

⁵⁹O Estado burguês a partir de 1850 procurou incorporar demandas das classes subalternas, que deixaram as revoluções explosivas, abraçando o parlamentarismo burguês. Esse processo se deu por meio da hegemonia burguesa na direção intelectual e moral de toda a sociedade.

2012, p. 11). A partir desses estudos, o autor se qualificou para fazer a crítica da sociedade burguesa e desfazer as brumas que encobriam o entendimento.

Cena XI: Sem as brumas, a essência é revelada.

OS QUE LUTAM

Há homens que lutam um dia: e por isso são muito bons; há outros que lutam um ano; e são melhores; há aqueles que lutam muitos anos; e são muito bons; porém há os que lutam toda a vida; esses são imprescindíveis. (Bertold Brecht).

Esta cena mostra a construção teórica da crítica contundente à sociedade burguesa e a seu funcionamento. Os cenários são o museu de Londres, durante o dia, e uma casa humilde à noite. Um homem barbudo, fumando charutos baratos, escrevia à luz de velas. O caminho era longo, Marx criticava incessantemente seus adversários, tecendo e destecendo o seu próprio raciocínio até a conclusão de uma teoria que pensava revolucionar o mundo.

Vimos que os comunistas se propuseram entrever a marcha do movimento histórico, municiando o movimento proletário de conhecimento teórico para melhor combater o capital. A história das lutas de classes já estava exposta. Faltava conhecer a lógica do funcionamento do sistema capitalista, sua riqueza e sua produção.

Foi com esse intuito que Marx mergulhou nos estudos econômicos, principalmente sobre Smith e Ricardo. O estudo da economia clássica e sua crítica deram a Marx subsídios para a superação de ambos. Segundo Teixeira (2014, p. 33), que investigou a genealogia da mais-valia, Marx concluíra que os economistas clássicos tiveram méritos, pois,

deram o alerta, anunciaram o advento de um novo tempo, porém erraram ao extrapolar para o plano global aquilo que, apesar de ser uma manifestação fenomênica verdadeira, precisava ser articulado dentro de uma totalidade, visando a trazer a essência à tona.

Marx, portanto, retornou a Hegel, tomou dele o conceito de totalidade para criticar a análise da economia burguesa, que insistia analisar categorias isoladas e, do ponto de vista individual, as trocas equivalentes entre eles, ficando, assim, limitados a aparência. Ao se apropriar da categoria de totalidade de Hegel, Marx impôs-lhe uma mudança em sua compreensão. Assim, “se em Hegel quem totaliza é a ideia, a consciência, o espírito, em Marx quem faz a totalização é o ser social,

concretamente, no viver. É no processo mesmo de viver, de experimentar e de interagir, que o ser social transforma o mundo” (TEIXEIRA, 2014. p. 37).

Vimos, assim, que o desenvolvimento intelectual de Marx foi fortalecendo-se em um crescente. Combateu a visão de Estado em Hegel e a alienação religiosa em Feuerbach, que se construíam de cima para baixo, da imaginação para o mundo real. Partindo da sociedade dos homens, das suas relações de troca, de suas relações sociais, ele procurou desvendar o funcionamento dessa sociedade, da sua forma fetichizada, da alienação real do trabalhador no processo de produção e suas relações sociais reificadas.

Embora já em 1859 Marx expusera ao público sua *Contribuição à crítica de economia política*, não havia ainda, de forma acabada, uma exposição da essência da produção capitalista, ou seja, o conhecimento de que no processo de produção da mercadoria se produzia mais valor do que o custo dessa produção. Marx descobriu a mais-valia por meio da qual o capital podia expandir-se a cada novo ciclo produtivo.

Marx precisou de mais oito anos, manuscritos, muito esforço intelectual e muita pesquisa, para poder expor de forma definitiva suas conclusões sobre o funcionamento da sociedade burguesa, ou sociedade capitalista. Todo esse esforço intelectual foi concomitante com uma intensa atividade política e terríveis condições materiais pelas quais passou com a família⁶⁰.

Em 1864, na inauguração da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Londres, Marx fez um balanço geral das causas das derrotas do movimento operário até aquele momento.

Após o fracasso das Revoluções de 1848, todas as organizações partidárias e jornais partidários das classes operárias foram, no Continente, esmagados pela mão de ferro da força, os mais avançados filhos do trabalho fugiram desesperados para a República Transatlântica e os sonhos efêmeros de emancipação desvaneceram-se ante uma época de febre industrial, de marasmo moral e de reação política. A derrota das classes operárias continentais, em parte devido à diplomacia do Governo inglês, agindo, então tal como agora, em solidariedade fraterna com o Gabinete de

⁶⁰A vida de Marx e sua família foi de muitos reveses financeiros. Expulso da Alemanha, depois da França e ainda da Bélgica, a família Marx viveu no subúrbio de Londres até o fim da vida. Marx era um pai amoroso e a perda do seu filho Edgar, em 1855, foi para si um golpe mortal. Em carta a Engels, ele afirma: “já tinha sofrido meu quinhão de má sorte, mas só agora sei o que é a verdadeira infelicidade. Estou arruinado” (GABRIEL, 2010, p. 8).

Sam Petersburgo, cedo espalhou os seus efeitos contagiosos para este lado do Canal. Enquanto a derrota dos seus irmãos continentais desanimou as classes operárias inglesas e quebrou a sua fé na sua própria causa, restaurou para o senhor da terra e para o senhor do dinheiro a sua confiança algo abalada. Retiraram insolentemente concessões já anunciadas. As descobertas de novas terras auríferas conduziram a um imenso êxodo, que deixou um vazio irreparável nas fileiras do proletariado britânico. Outros dos seus membros anteriormente ativos foram apanhados pelo suborno temporário de mais trabalho e salários melhores e tornaram-se «fura-greves políticos» [*political blacks*]. Todos os esforços feitos para manter ou remodelar o Movimento Cartista falharam assinalavelmente; os órgãos de imprensa da classe operária foram morrendo um a um pela apatia das massas e, de fato, nunca antes a classe operária inglesa tinha parecido tão inteiramente reconciliada com um estado de nulidade política. Se, então, não tinha havido qualquer solidariedade de ação entre as classes operárias britânica e continental, havia, para todos os efeitos, uma solidariedade de derrota (MARX, 1982, s/p).

Marx exaltou a aprovação da Lei das dez horas, bem como as cooperativas propostas por Owen, mas advertiu que,

Conquistar poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes operárias. Parecem ter compreendido isto, porque em Inglaterra, Alemanha, Itália e França tiveram lugar renascimentos simultâneos e estão a ser feitos esforços simultâneos para a reorganização política do partido dos operários (MARX, 1982, s/p).

A classe operária tinha em seu favor o fato de ser a maioria. Para Marx, no entanto,

o número só pesa na balança se unido pela combinação e guiado pelo conhecimento. A experiência passada mostrou como a falta de cuidado por esse laço de fraternidade, que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a permanecer firmemente ao lado uns dos outros em toda a sua luta pela emancipação, será castigada pela derrota comum dos seus esforços incoerentes (MARX, 1982, s/p).

Esse pensamento de organização inspirou a abertura da Associação Internacional dos Trabalhadores, que ficou conhecida como a Primeira Internacional. Esse intenso ativismo político era acompanhado pelo crescimento intelectual, que foi coroado em 1867 com a edição do livro I de O capital. A crítica da economia política de Marx é até os dias atuais uma das melhores análises do funcionamento da sociedade capitalista. No prefácio à primeira edição, Marx afirma.

Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas aqui as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação da economia-

social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas (MARX, 2011, p. 18).

Não era sem motivos que o diagnóstico da riqueza da sociedade burguesa começava pela mercadoria. Seu método investigativo partia do concreto, de como aparece na realidade, e ia ao abstrato, sempre retornando ao concreto pensado. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme “coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 157).

A partir daí, Marx abstraiu as relações de produção, distribuição e circulação, chegando à mais simples das categorias de definição: “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2011, p. 57).

Essa capacidade faz da mercadoria um valor de uso. “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca” (MARX, 2013, p. 157). Marx procurou provar que o valor de troca não era algo accidental que variava no espaço e no tempo. Não era um valor intrínseco à mercadoria. Em uma troca simples, uma mercadoria “A” entra em relação de troca com outra “B” qualquer. Mas será que isso poderia ser estendido a vários processos de troca, independentemente do tempo e do espaço?

Para que quantidades diferentes de mercadorias diversas fossem igualadas, ou seja, para que a troca se realizasse, era necessário que os valores de troca fossem iguais, portanto, $A=B$. Ao chegar a esse ponto, Marx se perguntou: “o que diz essa equação?” E chegou a conclusão de que

Algo comum de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes [...] ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de redutível a essa terceira (MARX, 2013, p. 159).

A troca simples entre duas mercadorias, portanto, não era sensível no corpo da mercadoria, do seu valor de uso. “Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos de trabalho” (MARX, 2013, p. 160). Ao se igualarem, na troca mercadorias diversas desapareciam em suas qualidades de valor de uso, restando a quantidade de trabalho, que servia de igualdade na troca. Sendo assim,

O produto não é mais mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 160-61).

O trabalho abstrato como elemento suprassensível ao corpo da mercadoria é o que possibilitava as trocas entre todas as mercadorias, independente da forma, ou do seu valor de uso. Ao partir da relação de valor simples entre duas mercadorias, casaco e linho, Marx desdobrou essas relações com inúmeras mercadorias, e concluiu que

o valor do linho permanece da mesma grandeza, seja ele, representado no casaco, ou café, ou ferro etc., em inúmeras mercadorias diferentes que pertencem aos mais diferentes possuidores. A relação accidental entre dois produtores individuais de mercadorias desaparece. Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca (MARX, 2013, p. 194).

Com isso, Marx provou cientificamente que o valor de troca das mercadorias não era casual, fortuito e accidental. Desdobrada a troca simples, uma mercadoria se destacava das demais como representante geral da grandeza do valor das demais.

A forma equivalente universal é uma forma do valor em geral e pode, portanto, expressar-se em qualquer mercadoria [...] o tipo específico de mercadoria cuja forma natural, a forma de equivalente, se funde socialmente torna-se mercadoria-dinheiro, ou funciona como dinheiro (MARX, 2013, p. 200).

Historicamente, o ouro conquistou esse lugar privilegiado de funcionar como dinheiro. Assim, “A expressão de valor relativa simples de uma mercadoria – por

exemplo, do linho – na mercadoria que funciona como mercadoria-dinheiro⁶¹ – por exemplo, o ouro – é a forma-preço” (MARX, 2013, p. 204).

O duplo caráter que os produtos do trabalho humano adquiriu na sociedade produtora de mercadorias impôs ao próprio trabalho esse caráter duplo quando representado na mercadoria⁶².

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 167)⁶³.

Na sociedade burguesa, o trabalho útil, produtor de valores de uso, também produzia o valor pelo qual as mercadorias se permutavam. Assim,

Todo o trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa propriedade de trabalho igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 172).

Esse duplo caráter que o modo de produção capitalista imprimiu ao trabalho trazia em si uma contradição insuperável. O aumento da produtividade do trabalho não alterava sua força produtiva útil, mas modificava sua grandeza de valor.

Uma quantidade maior de trabalho constitui por si mesma uma maior riqueza material [...]. No entanto, ao aumento da massa da riqueza material pode corresponder uma queda simultânea de sua grandeza de valor. Esse movimento antitético resulta do duplo caráter do trabalho (MARX, 2013, p. 171)⁶⁴.

⁶¹ Analisando o valor de troca das mercarias a partir da troca simples, Marx provou a gênese da forma dinheiro: “seguiu de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro” (MARX, 2013, p. 173).

⁶² Marx (2013) foi o primeiro a demonstrar cientificamente esse duplo caráter do trabalho representado na mercadoria, como ele mesmo afirma ao estudar a questão.

⁶³ O trabalho não é a única fonte de riqueza material. “Subtraindo-se a soma total de todos os diferentes trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., o que resta é um substrato material que existe na natureza sem a interferência humana. Ao produzir, o homem apenas pode proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação, ele é constantemente amparado pelas forças materiais. Portanto, o trabalho não é a única fonte de riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza, como diz William Petty; e a terra é a mãe” (MARX, 2013, p. 167).

⁶⁴ Enquanto o valor de uso de uma mercadoria se expressa no corpo da mesma, “exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural” (MARX, 2013, p. 173). O valor é suprassensível, fantasmagórico.

Essa contradição era a base das crises cíclicas do sistema, que Marx e Engels já haviam anunciado no *Manifesto comunista* e perseguiram esse modo de produção, como veremos⁶⁵.

Após descobrir a regularidade do valor de troca, a gênese e a constituição do dinheiro, Marx desvelou o caráter misterioso que envolve um produto do trabalho no Capitalismo: a mercadoria.

evidentemente ele surge dessa própria forma”. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2013, p. 205-6).

A sociedade burguesa, que se baseia na troca mercantil, acabou por transformar todas as relações sociais na misteriosa forma-mercadoria. Para Marx,

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais [...]. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 207).

⁶⁵No *Manifesto*, os autores afirmam que o resultado das contradições do sistema explode em crises periódicas: “nessas crises, surge uma epidemia que, em todas as épocas antigas, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução. A sociedade se vê, subitamente, de volta a um estado de barbarismo momentâneo. Seria como se uma escassez, uma guerra universal devastadora houvesse cortado o fornecimento de todos os meios de subsistência. A indústria e o comércio parecem ter sido destruídos. Por quê? Porque há civilização em demasia, meios de subsistência em demasia, indústrias em demasia, comércio em demasia. As forças produtivas à disposição da sociedade não mais tendem a fomentar o desenvolvimento das condições da propriedade burguesa. Pelo contrário, tornam-se poderosas demais para estas condições que as restringem” (MARX; ENGELS, 2011, p. 17). Todas as tentativas burguesas para conter as crises acabam produzindo crises ainda maiores.

Por meio da apreciação do mistério da forma-mercadoria, Marx pôs a nu as relações aparentes dessa forma social de produção. Os valores de uso só se tornavam mercadorias se fossem produzidos privadamente, independentes uns dos outros.

O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca [...] as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2013, p. 208).

Era na troca, portanto, na circulação das mercadorias que o desenvolvimento mercantil tomava impulso. Com o dinheiro já constituído, o que servia de medida de valor das mercadorias era “a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho”⁶⁶.

Na forma dinheiro, a mercadoria expressava seu valor por meio do preço⁶⁷. Como valor de uso, o corpo da mercadoria satisfazia uma necessidade. Como valor de troca, ela precisava objetivar a substância de valor que a tornava mensurável com outra mercadoria de mesma grandeza de valor: o trabalho. Assim,

Ouro e prata, tal como surjam das entranhas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo o trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada de suas relações de produção, independentes do seu controle e de sua ação individual e consciente, manifestam-se de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumirem universalmente a forma de mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche dinheiro não é mais do que o enigma fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão (MARX, 2013, p. 228).

A forma preço das mercadorias representava certa quantia de dinheiro, representante da grandeza de valor. No entanto,

A forma-preço permite não apenas a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre a grandeza do valor e preço, isto é, entre a grandeza do valor e sua expressão monetária, mas pode abrigar uma contradição

⁶⁶Para Marx, as mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro. “Ao contrário, é pelo fato de todas as mercadorias, como valores, serem trabalho humano objetivado e, assim, serem, por si mesmas, comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria especial e, desse modo, convertê-la em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro” (MARX, 2013, p. 230).

⁶⁷O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias e, como sua forma de valor em geral, distinto de sua forma corpórea e palpável, portanto, é uma forma apenas ideal ou representada. Mas embora, “apenas o dinheiro representado sirva à função de medida do valor, o preço depende inteiramente do material real do dinheiro” (MARX, 2013, p. 231-2).

qualitativa, de modo que o preço deixe absolutamente de ser expressão do valor da mercadoria (MARX, 2013, p. 239).

Com a consolidação social da forma preço, abriu-se a possibilidade de coisas...

... Que entre si mesmas não são mercadorias, como a consciência, a honra etc. podem ser compradas de seus possuidores com dinheiro, e, mediante seus preços, assumir a forma mercadoria, de modo que uma coisa pode formalmente ter um preço mesmo sem ter valor (MARX, 2013, p. 239).

As contradições internas do modo de produção feudal – com o aumento da população, o desenvolvimento das forças produtivas, expulsão de servos das terras para as cidades – criaram as condições para a sua superação. Os burgos se desenvolveram e o comércio se ampliou sobremaneira com as grandes navegações e os descobrimentos das Américas. Criou-se o mercado mundial⁶⁸. A circulação de mercadoria era, ao mesmo tempo, o fortalecimento do seu meio de troca, o dinheiro. O fortalecer econômico, político e social da burguesia refletiu o enfraquecer geral da aristocracia.

De teor simples descrito por Marx na fórmula M-D-M, a primeira metamorfose da mercadoria M-D apresentava o proprietário da mercadoria como vendedor, transformando-a em dinheiro⁶⁹, para, em seguida, na segunda metamorfose D-M, transformar o dinheiro em mercadoria novamente, portanto, o conteúdo material do processo de troca se expressava em M-M. Uma vez concluído esse processo, a mercadoria saía da circulação para o consumo, enquanto o dinheiro continuava a ocupar sempre um lugar que um valor de uso deixava de ocupar.

Nesse ciclo de troca, a mercadoria retornava ao ponto de partida e o dinheiro se afastava continuamente: “o curso do dinheiro mostra uma repetição monótona do

⁶⁸Para Marx, “o comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (MARX, 2013, p. 289).

⁶⁹Para transformar sua mercadoria em dinheiro, é preciso que a mercadoria seja, sobretudo, valor de uso para o possuidor de dinheiro, de modo que o trabalho nela dispendido esteja incorporado numa forma socialmente útil ou se confirme como elo da divisão social do trabalho. Mas a divisão do trabalho é um organismo natural-espontâneo da produção, cujos fios foram e continuam sendo interligados pelas costas dos produtores de mercadorias [...], o produto satisfaz hoje uma necessidade social. Amanhã é possível que ele seja total ou parcialmente deslocado por outro tipo de produto semelhante (MARX, 2013). Pode ser ainda que o preço de sua mercadoria, pela concorrência, tenha atingido um novo tempo médio de trabalho social, tendo seu preço, geralmente, oscilado para baixo.

mesmo processo” ⁷⁰. A legalidade social da mercadoria-dinheiro tornava possível a moeda como símbolo de valor, o dinheiro como meio de pagamento e o dinheiro mundial.

O dinheiro apareceu como “a primeira forma de manifestação do capital”. A fórmula da circulação se inverteu e se apresentou como D-M-D.

A circulação simples de mercadoria começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação de dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira, o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso interno da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria (MARX, 2013, p. 291-2).

Nesse processo, o ciclo era do dinheiro que por meio da compra se transformava em mercadoria e em seguida por intermédio da venda se transformava em dinheiro acrescido, ou seja, D-M-D'. “O valor se torna, assim, valor em processo e, como tal capital. Ele sai da circulação, torna a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente” (MARX, 2013, p. 298-9). Mas embora na circulação haja uma expansão do dinheiro na segunda metamorfose M-D', “a circulação ou troca de mercadorias não cria valor nenhum”. Com a ampliação do comércio, a burguesia comercial se apropriou da riqueza da nobreza, com a astúcia de comprar barato para vender mais caro.

Para Marx,

É no genuíno capital comercial que a forma D-M-D', comprar para vender mais caro, aparece de modo mais puro. Por outro lado, seu movimento inteiro ocorre no interior da esfera da circulação. Mas é impossível explicar a transformação de dinheiro em capital – isto é, a criação de mais valor – a partir da própria circulação, o capital comercial aparenta ser impossível, uma vez que se baseia nas trocas de equivalentes [...]. o que dissemos sobre o capital comercial vale ainda mais para o capital usurário (MARX, 2013, p. 309).

⁷⁰O dinheiro remove constantemente as mercadorias de circulação, assumindo seus lugares e, assim, distanciando-se do seu próprio ponto de partida. Por essa razão, embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação de mercadorias, é esta última que, ao contrário, aparece simplesmente como resultado do movimento do dinheiro.

O que proporcionou a grande virada e a consolidação do modo de produção capitalista foi a transformação de dinheiro em dinheiro acrescido, ou seja, em capital na esfera da produção. Historicamente, esse salto se deu com a revolução industrial.

Na produção da mercadoria, o possuidor de dinheiro ia ao mercado, comprava uma mercadoria peculiar que, ao ser consumida, produzia valor. “E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho ou força de trabalho”⁷¹. A mercadoria é levada ao mercado pelo seu proprietário. Isso faz do possuidor da força de trabalho um ser livre.

Ele e o possuidor do dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais (MARX, 2013, p. 314).

Sob a estrutura produtiva se ergueu toda uma superestrutura jurídica e política correspondente. Os laços de dependência e privilégios do antigo regime foram abolidos⁷². O proprietário da força de trabalho vendia sua mercadoria no mercado por um período de tempo ao proprietário dos meios de produção, instrumentos de produção e do dinheiro. Transformar a força de trabalho em mercadoria era de suma importância para o capitalista, pois,

para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 314).

O desenvolvimento da forma mercadoria, que encontrava na formação do mercado mundial seu impulso e na burguesia seu agente, enfraqueceu o poder econômico feudal; inundando a Europa com especiarias, ouro e prata, inverteu esse fluxo de

⁷¹Por força de trabalho ou capacidade de trabalho, entendemos o complexo das capacidades físicas que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valor de uso de qualquer tipo (MARX, 2013, p. 312).

⁷²No *Manifesto comunista*, Marx e Engels já haviam sinalizado esse caráter revolucionário da burguesia que “historicamente, teve um papel extremamente revolucionário. Em todas as vezes que chegou ao poder, pôs termo a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Desapiedosamente, rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus “superiores naturais” e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do “pagamento em dinheiro” desprovido de qualquer sentimento” (MARX; ENGELS, 2011, p. 13).

mercadorias do exterior e passou a fabricar mercadorias para inundar os mercados do mundo⁷³. As relações de produção capitalista apareceram, assim, como naturais,

Mas, a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias de um lado, e simples possuidores de suas forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, de destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (MARX, 2013, p.315).

A Inglaterra foi o país onde a revolução econômica se efetivou de forma clássica. Como vimos, a burguesia inglesa comandava a produção sem retirar do comando político a aristocracia, que se atrelou à produção capitalista, possibilitando as condições necessárias para que homens fossem expulsos dos campos, tornando-se “livres”⁷⁴ para serem absorvidos pela indústria nascente. Marx dedica todo um capítulo para analisar essa coerção imposta aos camponeses ingleses, na assim chamada acumulação primitiva de capital.

Sem vínculos naturais, sem meios de produção, fora do campo, esses homens foram sendo forjados como proletários urbanos industriais, tendo de resistir e de se adequar ao novo modo de produção.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 961)⁷⁵.

⁷³O capital industrial subordina o chamado capital comercial, transformando dinheiro em capital na fabricação de mercadorias e possibilitando que o capital se autossustente, num ciclo autônomo de expansão.

⁷⁴Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos e servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção (MARX, 2013, p. 961).

⁷⁵Marx conclui que, “a assim chamada acumulação primitiva de capital não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e o meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2013, p. 961).

Por livrar os trabalhadores do jugo e das arbitrariedades a que estavam submetidos no regime feudal e transformá-los em livres vendedores assalariados, o sistema burguês apareceu

por um lado, como libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa [...], por outro, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos, depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 962)⁷⁶.

Uma vez livre, o trabalhador ia ao mercado vender a sua mercadoria especial, a força de trabalho, que possuía um valor.

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência (MARX, 2013, p. 316-7)⁷⁷.

Alimentação, vestimenta, habitação são a base de manutenção da força de trabalho, assim como sua perpetuação, ou seja, a criação dos filhos, futuros operários. Embora o capital igualasse todos os trabalhos, as execuções mais complexas

⁷⁶Marx afirma que “na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (MARX, 2013, p. 963). Marx descreve todas as legislações sanguinárias que principalmente os Reis ingleses perpetraram contra os camponeses expulsos, condicionando-os, a ferro e fogo, ao novo modo de vida: o burguês (MARX, 2013, p. 980-9).

⁷⁷Para além dessa medida de valor, Marx afirma outras determinantes históricas importantes “Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas, também, depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado” (MARX, 2013, p. 317).

exigiam maior instrução desse trabalhador e por isso uma educação também entrava no cálculo da reprodução dessa mercadoria específica⁷⁸.

Todos os cálculos para a reprodução da força de trabalho chegavam a um patamar mínimo, caso contrário sua manutenção e desenvolvimento se tornavam “precários”⁷⁹. Se o valor da mercadoria força de trabalho foi pago pelo seu preço normal, então onde residia a exploração desse sistema? A observação de Marx mostrou algumas peculiaridades da compra e venda da mercadoria força de trabalho.

O trabalhador, ao vender a sua força de trabalho, primeiro cumpriria uma jornada pré-estabelecida por contrato. “Desse modo, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele a entrega ao consumo do comprador antes de receber o pagamento de seu preço e, com isso, dá um crédito ao capitalista” (MARX, 2013, p. 321).

Com todas as coisas necessárias à produção industrial de mercadorias reduzidas à sua forma monetária, comprada por seu preço integral, o capitalista podia dar início ao consumo dos valores de uso que ele adquiriu. “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais valor” (MARX, 2013, p. 322).

O capitalista, assim, criava, na fábrica, as condições nas quais a força de trabalho, ao entrar em movimento, modificava a natureza e a transformava em um valor de uso. Mas esse ambiente estava longe da esfera da circulação.

já podemos perceber certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* (personagens teatrais); o antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela (MARX, 2013, p. 323)⁸⁰.

⁷⁸Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos, no caso de força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção (MARX, 2013, 319).

⁷⁹Por esse motivo, Marx estudou a compra da mercadoria como tendo seu valor normal, ou seja, como se fosse suficiente para a reprodução da força de trabalho, para demonstrar que mesmo assim a exploração continuava acontecendo.

⁸⁰Ao subordinar o comércio, o sistema industrial só poderia ser compreendido na produção. O erro de muitos analistas do Capitalismo foi de não superarem a aparência da esfera da circulação. Em sua pesquisa, Marx afirmou que, “a esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se

Retiradas da circulação, liberdade e igualdade se transformaram em exploração. A grande indústria as tornou artificiais e voltadas para um fim único – a valorização do capital – um processo que é fundante do próprio homem.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como com uma potência material. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 326/7).

Com o trabalho, o homem se destacou da natureza, controlando-a para um fim desejado e se distinguiu dos demais animais, pois a cada novo processo de trabalho, novas formas e novos objetivos, ele introduziu o processo para satisfazer novas necessidades. O processo não era instintivo, e, sim, teleológico, pois,

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento material; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de submeter sua vontade (MARX, 2013, p. 328).

A cada novo produto do trabalho, havia um novo patamar de entendimento do funcionamento das forças da natureza e da própria natureza do homem, que se modificava, dependendo do grau do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais que elas implicam. Por intermédio do conhecimento e do controle das forças da natureza, o homem desenvolveu meios de trabalho, ou seja, ele criou ferramentas, que desenvolveu a partir do conhecimento adquirido. “O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano” (MARX, 2013, p. 329).

move a compra e a venda [...] é o reino da exclusão da liberdade, da igualdade, da propriedade [...], pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, a força de trabalho, são movidos apenas por seu livre arbítrio. O contrato é o resultado em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Da igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe do que é seu (MARX, 2013, p. 323).

Marx, sendo fiel ao seu método, partiu do trabalho concreto e o elevou ao abstrato, avaliou-o em suas formas simples e retornou ao concreto, com suas múltiplas determinações.

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento material para satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 335).

A partir da chamada revolução neolítica da sedentarização do homem e do desenvolvimento da agricultura, surgiu a propriedade privada, a divisão da sociedade em classes e a possibilidade de exploração do trabalho alheio. Isso acarretou a construção de um aparelho coercitivo, o Estado, e a separação entre o trabalho intelectual do trabalho manual.

Com a divisão da sociedade em classes, a classe dominante controlou o processo de trabalho e se apropriou do produto do trabalho alheio, realizado pela classe produtora. Na sociedade burguesa, essa exploração era escamoteada pela aparência contratual dos proprietários na esfera da circulação, porém,

A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso da sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente (MARX, 2013, p. 337).

O trabalho posto em ação para um fim desejado pelo seu proprietário excluía a participação ativa e transformadora do processo vital do homem com a natureza. No entanto, o processo se realizava da mesma forma, fosse o seu produto propriedade do capitalista ou do trabalhador. O trabalho

tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis, em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho com sua chama, delas se apropria, como se fossem parte do seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções (Marx, 2011a, p. 217).

Mas o que tinha em mente o capitalista ao comprar todas essas coisas para a fabricação de mercadorias? Aparentemente, o produto aparecia exatamente igual aos custos de produção. No produto final, decompondo-se os instrumentos e os meios de produção mais a diária da força de trabalho, não haveria aumento do valor. Assim, “o valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não transformou em capital”⁸¹.

No entanto, o valor de troca da força de trabalho medida pelos meios de subsistência da mesma era de 6 horas diárias, portanto metade de uma jornada inteira que era de 12 horas, mas o seu valor de uso, ou seja, o tempo de que o capitalista dispunha para consumir a força de trabalho era de uma jornada inteira, como firmada no contrato. “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho” (MARX, 2013, p. 347).

Marx expôs de forma clara o processo de exploração e de valorização do capital. O valor de troca da força de trabalho era equivalente a meia jornada de trabalho. A outra metade da jornada ele trabalhava de graça para o capitalista, ou seja, ele produzia valor, expandia o capital. Os valores de uso dos Instrumentos e meios de produção eram consumidos pelo processo de trabalho. Nesse sentido,

O valor dos meios de produção reaparece, assim, no valor do produto, porém não se pode dizer que ele seja reproduzido. O que é produzido é o novo valor de uso, no qual reaparece o antigo valor de troca. Diferente é o que ocorre com o fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação. Enquanto trabalho mediante sua forma orientada para um fim, transfere ao produto o valor dos meios de produção e nele o conserva, cada momento do seu movimento cria valor adicional, valor novo (MARX, 2013, p. 363).

Os meios de produção formavam, assim, o capital fixo, enquanto a força de trabalho, o capital variável⁸². Uma vez posto em movimento, o capital tendia a se autonomizar,

⁸¹Neste exemplo de Marx, 10 Xelins pelo algodão, 2 xelins pelos fusos e 3 xelins pela força de trabalho [...], tais valores estão concentrados, agora, numa única coisa; mas eles já estavam na soma de 15 xelins, antes que se fragmentasse em três compras de mercadorias (MARX, 2013, 345).

⁸²Com essa distinção, Marx chegou à fórmula geral do capital, $C = c + v$, onde c é capital constante, meios de produção e v é o capital variável, força de trabalho. Depois do processo de trabalho, essa fórmula assumiu a seguinte construção: $C' = (c + v) + m$, o produto do processo de trabalho (MARX, 2013, p.368-369).

a se tornar o sujeito da história, subordinando ao seu impulso de expansão os próprios capitalistas.

Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais trabalho vivo. O capital é trabalho morto que, como vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive mais quanto mais trabalho vivo suga (MARX, 2013, p. 391-392).

A luta incessante por mais trabalho e pelo aumento do limite da jornada de trabalho, Marx chamou de mais valor absoluto. Com a chegada da maquinaria e a brutal capacidade de produtividade do trabalho, lutava-se por diminuir o tempo necessário para a manutenção da força de trabalho, para que ele pudesse trabalhar mais tempo de graça para o capitalista dentro de uma jornada normal⁸³. O aumento da produtividade do trabalho consequente da introdução da maquinaria provocou uma diminuição do trabalho vivo, e com ele o desemprego e a revolta dos trabalhadores contra os meios de produção⁸⁴. Revolucionar os meios de produção, baixar os custos da reprodução da força de trabalho e expandir-se sempre passaram a ser a lei geral do sistema capitalista, o capital autômato que controlava toda a sociedade, o sujeito da história.

Como sujeito da história, o capital fez da “produção de mais valor, ou criação de excedente, a lei absoluta desse modo de produção”. A concentração de capital se aliou à sua centralização, criando setor de crédito como arma poderosa da concorrência entre capitalistas⁸⁵. A procura insaciável por mais valor impôs a

⁸³Marx considerou historicamente que, quanto maior fosse o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho, maior teria que ser a jornada de trabalho para a produção do mais valor. Com a revolução industrial, a incorporação da ciência no desenvolvimento dos meios de produção, procurou-se diminuir ou baratear os meios de subsistência, diminuindo o tempo necessário para a produção da força de trabalho, aumentando o tempo de produção de mais valor, mantendo uma jornada de trabalho normal. Do mais valor absoluto, ao mais valor relativo (MARX, 2013, p. 396-464).

⁸⁴Como já vimos aqui, o ludismo na Inglaterra foi resultado dessa introdução da maquinaria pela revolução industrial. Marx e Engels também fizeram menção a esse primeiro ato de revolta dos trabalhadores: “eles não dirigem seus ataques apenas contra as relações burguesas de produção, mas também contra os próprios instrumentos de produção. Eles destroem mercadorias importadas que competem com seu trabalho. Despedaçam máquinas, incendeiam fábricas” (MARX; ENGELS, 2011, p. 19).

⁸⁵Era a concentração de capitais já constituídos, supressão de sua independência individual, expropriação de capitais, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores [...] o sistema de crédito, que em seus primórdios insinuava-se sorrateiramente como modesto auxílio da

concorrência desenfreada entre os capitalistas, que se traduzia no aumento constante do capital fixo em detrimento do capital variável, produzindo um excedente de mão de obra. Assim,

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional, relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (MARX, 2013, p. 857).

A produção de meios de produção mais sofisticados colocava a ciência subordinada ao capital, multiplicando a produtividade de trabalho e diminuindo o número de trabalhadores; isso parecia contraditório para um sistema que consumia e produzia o proletariado.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 358)⁸⁶.

Como vimos, a produção capitalista, primeiro retirava do campo milhares de trabalhadores e os tornavam assalariados para produção de mais valor; depois, com ao aperfeiçoamento da técnica, dispensava parte dessa mesma população, que servia agora como reguladora dos salários e de capital adicional disponível, sedento de exploração para não parecer⁸⁷.

O desenvolvimento autônomo do capital em busca de valorizar-se empurrava a burguesia a trabalhar constantemente para gerar mais valor, impulsionando a revolução constante e sistemática dos meios de produção que oprimiam os trabalhadores.

acumulação [...] se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais (MARX, 2013, p. 851-852).

⁸⁶A população supérflua constitui assim, “um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta” (MARX, 2013, p. 358).

⁸⁷Marx enumera três formas que essa população supérflua adquiriu. A forma flutuante, que habita os centros de indústrias modernas, ora repelidos, ora atraídos para o trabalho dependendo do ciclo da produção. A forma latente, que acontece com os trabalhadores rurais, assim que o modo capitalista domina a agricultura, essa população fica em vias de se transferir para as cidades e engrossar as filas do proletariado urbano. E a estagnada. Formada por uma população ativa do exército de reserva, mas com ocupação totalmente irregular. E abaixo desse nível a esfera do pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 2013, p. 859-874).

Todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradando-o à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo do seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que tal processo se incorpora à ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de jagrená do capital (MARX, 2013, p.876)⁸⁸.

Ao controlar a produção e as relações sociais que dela surgiam, o capital mantinha sob seu controle e equilíbrio o exército industrial de reservas, prendendo, de forma vigorosa, o trabalhador ao capital. Essa dependência,

ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, da escravidão, a ignorância, a brutalidade e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2013, p. 877).

Essa foi lógica mercantil do modo de produção que a burguesia colocou em funcionamento, animando forças que não conseguiam mais controlar: o capital⁸⁹. Como ser autômato, essa força arrastava todos para seu objetivo, que era a criação de mais valor. Ao criar as condições para a superação da escassez, mantendo um estatuto de propriedade privada e relações de produção que impediam a apropriação socializada da produção, ela produziu as condições de sua própria superação; era uma classe que só poderia se emancipar destruindo a forma mercadoria e, com ela, todas as relações de troca e de produção, a propriedade privada e as próprias classes sociais, instaurando uma nova forma social, sem a exploração do homem pelo homem⁹⁰.

⁸⁸Jagrená é uma divindade hindu que conduz um carro de trajetória errática sob cuja rodas os devotos se expõem a serem atropelados, como se lê em nota no fim do livro. Sobre o avanço da maquinaria, ao substituir os músculos dos trabalhadores por movimentos cada vez mais simples, estes são substituídos por mulheres e crianças, cujas forças de trabalho custam menos do que a dos homens (MARX, 2013).

⁸⁹“A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, é como um bruxo que já não controla os poderes do outro mundo por ele conjurado com seus feitiços” (MARX; ENGELS, 2011, p. 16).

⁹⁰“[...] as armas com que a burguesia abateu o Feudalismo, voltaram-se contra a própria burguesia. Mas ela não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar estas armas: a classe trabalhadora, o proletariado” (MARX; ENGELS, 2011, p. 17).

Com a edição do *capital* em 1867,

Marx estava convencido de que, se conseguisse descrever o caminho histórico que levava às condições do meio do século XIX, e assim revelasse os mistérios do capitalismo, poderia oferecer um fundamento teórico sobre o qual construir uma sociedade sem classes (GABRIEL, 2012, p. 4).

Desde 1864, Marx vinha dedicando-se à formação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), juntamente com os trabalhos para a edição do livro I de *O capital*; sua atenção voltou a Paris no início de 1871, quando um novo levante nessa cidade induziu os trabalhadores a assumirem o poder e proclamarem a Comuna.

Cena X: Aos assaltantes do céu, o inferno de Paris.

Olhai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado. (Engels, 1891).

Esta cena mostra o povo de Paris controlando a cidade, proclamando a Comuna e dirigindo os destinos da cidade. Foi uma experiência que deu à República uma constituição social, que instaurou uma ampla democracia e que mostrou como seria o exercício de poder popular do movimento operário.

A fotografia se fez presente e registrou momentos prosaicos dessa façanha libertária⁹¹. O cenário era de guerra. Entre um poderoso exército alemão nos portões da cidade, e os perdedores do exército francês em Versalhes, o povo trabalhador de Paris foi forçado a se colocar como protagonista e a proclamar seu governo: a Comuna.

A Comuna de Paris foi consequência da derrota francesa na guerra franco-prussiana. Era o fim do expansionismo bonapartista, que acirrou o clima de guerra que rondou a Europa entre 1860 e 1870. Vencido Bonaparte em quatro de setembro de 1870, foi proclamada a terceira República francesa, e eleições foram convocadas. No entanto, Paris se recusava à humilhante rendição e se insurgia contra Thiers⁹², eleito em nome dos conservadores para desarmá-la e assinar o tratado de paz.

Em 18 de março de 1871, foi proclamada a Comuna de Paris, “o mais importante evento político da história do movimento operário do século XIX” (MUSTO, 2014, p. 50). Marx observou em tempo real os embates de Paris, publicando sua obra, *A guerra civil na França*, “48 horas após o massacre do movimento” (GONZÁLEZ, 1981, p.22).

⁹¹Em uma obra intitulada *Revoluções*, organizada por Michael Lowy (2009), as fotografias das revoluções trazem um panorama interessante do ambiente onde a história se fazia e se transformava. As fotografias da Comuna demonstram que, embora a liberdade, a flexibilidade, a democracia, fossem a base, a fórmula finalmente encontrada para a dissolução do Estado, não havia a disciplina adequada para enfrentar o exército inimigo.

⁹²Marie Joseph Louis Adolphe Thiers foi um político francês e historiador que serviu como Presidente da França de 1870 até 1873, o primeiro da Terceira República Francesa.

Junto com os trabalhos de organização da Internacional, Marx estudou diariamente os acontecimentos de Paris. Em suas mensagens aos internacionalistas, ele já vinha esclarecendo aos trabalhadores que a guerra franco-prussiana era uma guerra dinástica e que, portanto, o proletariado deveria se posicionar contra a guerra. A rendição e a República dariam ao proletariado o ambiente necessário para se fortalecer.

Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está quase batendo às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses [...] não se devem deixar balançar pelas *souvenirs* [reminiscências] nacionais de 1792 [...]. Eles não têm de recapitular o passado, mas, sim, edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem calma e decididamente as oportunidades da liberdade republicanas para a obra de sua própria organização de classe. Isso lhes dará novos poderes hercúleos para a regeneração da França e para a nossa tarefa comum – a emancipação do trabalho. De seus esforços e sabedoria, depende o destino da República (MARX, 2011b, p. 32)⁹³.

As experiências de Marx na Alemanha o deixaram cético quanto a um assalto frontal ao poder. Mas ao povo de Paris não restava outra alternativa senão lutar contra a humilhação estrangeira, assumir o poder, com a guarda nacional e o povo em armas e a força dos conselhos pelo curto período de 71 dias. Marx exaltou todas as ações tomadas pela Comuna:

o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado. A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento (MARX, 2011b, p. 68).

E não parou por aí:

⁹³ A maior humilhação que a França poderia enfrentar era a de que o exército prussiano exigisse das forças reacionárias a entrega de Paris pacificada. Ou seja, o inimigo exigiu que o massacre de Paris fosse perpetrado pela própria França. Era preciso que os franceses matassem seus filhos para poderem assinar o já humilhante tratado de Paz de Versalhes. Essa humilhação seria devolvida no final da Primeira Guerra Mundial, na própria Versalhes.

Uma vez suprimidos o exército permanente e a polícia, que eram os elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava impaciente por destruir a força espiritual de repressão, o “poder dos padres”, decretando a separação da Igreja do Estado e a expropriação (MARX, 2011, p. 69).

A Comuna mostrou o funcionamento da verdadeira República, um governo em que o povo se fazia presente no cotidiano político das decisões e do cumprimento das mesmas. Sua forma descentralizada de governo poderia servir de modelo para todo o país: “Uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria de ceder lugar também nas províncias ao governo dos produtores pelos produtores” (MARX, 2011, p. 69).

A pouca duração da Comuna foi de intenso fervor democrático; vários matizes ideológicos estavam representados nos direcionamentos da Comuna, e também de ação política. Seu comitê nomeou estrangeiros para cargos importantes, revelando seu caráter internacional. Foram tamanhas as mudanças políticas e sociais consequentes da Comuna, que Marx afirmou que

a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho (MARX, 2011, p. 73).

A Comuna proclamou um Estado Laico e deu início à descentralização do poder, pela qual ficava facilitada a participação política direta por meio dos conselhos. A Comuna, por seu caráter inédito, serviu de exemplo para o movimento do proletariado⁹⁴. Por seu caráter democrático, a Comuna cometeu vários erros e teve entre seus líderes homens de visões de mundo variadas.

Também após o 18 de março vieram à tona homens desse tipo, que em alguns casos conseguiram desempenhar papéis preeminentes. Na medida em que seu poder o permitia, dificultaram a verdadeira ação da classe operária, do mesmo modo que outros de sua espécie haviam obstado o pleno desenvolvimento de todas as revoluções anteriores. Constituem um mal inevitável; com o tempo, são afastados; mas a Comuna não pôde dispor desse tempo (MARX, 2011b, p.82-83).

⁹⁴Os conselhos da Comuna foram os primeiros como forma de organização das classes subalternas (LOUREIRO, 2005).

Mesmo com todas as debilidades, a Comuna de Paris se manteve como símbolo de governo popular. Era o caminho da prática revolucionária que brotava das atividades cotidianas e se transformava em atos políticos emancipatórios. Uma longa evolução da luta de classes

O caminho tomado por essa evolução conduz da utopia ao conhecimento da realidade, dos objetivos transcendentais, estabelecidos pelos primeiros grandes pensadores do movimento operário, até a nítida percepção da Comuna de 1871 de que a classe operária não tem de realizar ideias, mas somente libertar os elementos da nova sociedade; e o caminho que vai da classe contra o capital à classe por si mesma (LÜKÁCS, p. 101-102).

Aqui, o autor coloca o ponto central da luta, ou seja, a classe contra o capital, a concepção de outra sociedade. A forma democrática e livre com que os homens, mulheres e crianças conviveram em Paris naqueles dias devia ser apagada da memória. A repressão deveria ser inclemente e os vestígios de uma sociedade alternativa à burguesa seriam afogados no sangue do povo parisiense.

Com a derrota da Comuna e a sangria econômica imposta pela Alemanha à França, houve um deslocamento do movimento operário e sua consequente força ideológica. Gonzáles (1981, p. 19-20), analisando a Comuna, descreveu o pensamento de Marx sobre esse deslocamento.

Basta comparar o desenvolvimento de ambos os países desde 1866 para se convencer de que a classe operária alemã está acima da francesa, tanto em teoria quanto em organização. O triunfo da primeira sobre a segunda representará ao mesmo tempo um triunfo de nossa teoria sobre a de Proudhon.

O que de fato estava acontecendo era que a concentração e centralização do Capitalismo estavam atingindo outro ciclo revolucionário dos meios de produção. Assim,

A retomada do ciclo se dá em um novo patamar que, em poucos anos, desemboca em uma nova crise e nova rodada de concentração e assim sucessivamente. É esse mecanismo de fundo que faz com que, na crise de 1870/71 (aquela em que aconteceu a Comuna de Paris), pela primeira vez os grandes monopólios e trustes passem a predominar na economia mundial. A humanidade passou, naqueles anos, do Capitalismo concorrencial ao Capitalismo monopolista (LESSA; TONET, 2012, p. 65).

Esse novo estágio do capitalismo implicava mudanças consideráveis nos métodos de resistência e luta das classes trabalhadoras. Esses autores observaram as mais significativas mudanças provocadas na sociedade burguesa, com o novo estágio monopolista.

concorrência internacional entre empresas tendeu a se transformar na disputa entre Estados pelo controle territorial. O imperialismo tal como conhecemos hoje, entrou em cena com o Capitalismo monopolista. A crescente importância das encomendas estatais para o controle das crises cíclicas e a quebra da solidariedade de classe dos operários com o desenvolvimento da aristocracia operária (LESSA; TONET, 2012, p. 66).

Desde o incremento da ciência no desenvolvimento dos meios de produção, parte do proletariado foi instruída e elevada a um novo patamar salarial. Ele agora lutava para defender o imediatismo das condições econômicas que o capital monopolista lhe oferecia. A ruptura com o sistema foi substituída por reformas dentro do mesmo. A nova fase do capitalismo impôs ao movimento operário uma nova leitura da realidade. Nem sempre essa leitura estava isenta de erros. Os líderes do movimento operário alemão fizeram um projeto de programa partidário a ser ratificado em Gotha. Esse projeto foi duramente criticado por Marx, que apontou os seus erros detalhadamente, impedindo sua aprovação⁹⁵.

⁹⁵Em 1875 se reuniram em Gotha os dois partidos operários alemães: o partido operário social democrata (eisenachianos) e a União Geral dos Operários Alemães. Aquele foi fundado em 1869 no congresso constituinte de Eisenach. Era Dirigido por A. Bebel e W. Liebknecht, ambos influenciados ideologicamente por Marx e Engels, se consideravam “seção da Associação Internacional dos Trabalhadores e compartilhavam as suas aspirações”. Este outro partido, a União Geral dos Operários Alemães, era uma organização Lassaliana, liberada por Hasenclever e tolcke. Nesse congresso, apreciou-se o projeto e se unificaram dois partidos. A crítica ao programa de Gotha foi publicada por Engels em 1891. Nela, Marx (1999) demonstrou que, mesmo sabendo o *Manifesto comunista* de cor, Lassale incorreu em erros fundamentais, como a lei de bronze dos salários e a emancipação do trabalho e não da classe trabalhadora por ela mesma. Também nesse ano, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi transferida para os EUA, terminando, assim, a chamada Primeira Internacional. Conferir Pereira (Acesso em: 20 set. 2017) e Dicionário (Acesso em: 20 set. 2017).

Cena IX: A realidade mudou. O que fazer?⁹⁶.

Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária. (Lênin).

Esta cena mostra como parte do movimento proletário foi integrado ao Capitalismo, participando do consumo, apegando-se à melhoria das condições de vida, fortalecendo o nacionalismo burguês e defendendo a expansão capitalista de sua nação, em detrimento dos trabalhadores menos especializados e da periferia do sistema. O capital monopolista uniu parte dos operários à burguesia e fragmentou o movimento operário entre a sua base e a aristocracia operária que,

dada a sua melhor formação e sua maior tradição de luta, os sindicalistas e partidos operários tendem a ser controlados pela aristocracia operária [...]. a Aristocracia operária é a base social para o reformismo e como ela domina os sindicatos e partidos, possui um enorme peso na luta de classes (LESSA; TONET, 2012, p. 67).

Aquela classe analisada por Marx nos primórdios da industrialização, que tinha por missão fazer a revolução proletária, por sofrer todos os males sem gozar de nenhum benéfico da riqueza produzida, estava sendo incorporada ao sistema. Um processo longo em que as relações capitalistas, antes estranhas e contestadas, passavam a ser naturalizadas e interiorizadas por toda sociedade.

Um século depois das revoluções que firmaram os compromissos da modernidade, as representações ideológicas dominantes desantropomorfizaram-se em um processo de rápida reificação e identificaram-se com a racionalização positiva da indústria, do mercado e das instituições ordenadoras das relações sociais, reafirmados no plano da imediatividade e na parcialidade da ação privada e instrumental. Os indivíduos sociais – capitalistas e trabalhadores, dirigentes e dirigidos, letrados ou iletrados, formadores de opinião e formados pela opinião etc. – tornaram-se objetivamente compelidos a agir conforme a racionalidade positiva, ou melhor, conforme os imperativos da divisão do trabalho e da propriedade, da grande indústria, do mercado, das leis e do conjunto das instituições. Essa racionalidade gradualmente constituiu-se como uma condição material e ideológica do reordenamento social e do estatuto da cidadania, portanto, como uma das bases objetivas do processo hegemônico (ABREU, 2008, p. 130).

⁹⁶Referência à obra de Lênin, *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento* (2012).

O “hegemônico” era um conceito associado à nação mais forte, tanto econômica como belicamente, sobre as outras. Sob a égide do capital monopolista, hegemonia passou a ser a do capital e da burguesia, ou seja, de classe, dentro de cada nação capitalista. O Capitalismo se consolidou na Europa sob a aparência de um sistema de inclusão cidadã, enquanto exportava sua verdadeira exploração desmedida para a periferia do sistema.

Marx e Engels se interessaram pela realidade da formação da comunidade rural da Rússia e seu desenvolvimento desde 1861. O *capital*, de Marx, foi amplamente lido pela classe letrada da Rússia, mesmo com a proibição, tanto que suscitou correspondências entre uma militante russa, Vera Ivanovna Zaslitch, que indagava Marx sobre a Comuna rural russa. Segundo Marx, sua análise sobre a via do Capitalismo tinha por base “a expropriação dos produtores dos seus meios de produção, e que essa base evoluía para a expropriação dos camponeses”. Esse desenvolvimento se havia dado de “forma radical na Inglaterra, mas todos os países da Europa ocidental percorreram o mesmo processo” (Marx, 2013b, p. 70)⁹⁷.

Considerando o desenvolvimento russo, o autor afirma que

Graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção Capitalista que ela pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isso sem passar por suas vicissitudes desagradáveis (MARX, 1881/2013, p. 59).

Num Capitalismo em crise, Marx (2013, p. 62) contava com a sua superação e o retorno a alguma forma arcaica de propriedade. “Em uma forma superior de um tipo de sociedade arcaica”⁹⁸. Marx pareceu entender que uma experiência coletiva que resistiu à propriedade privada e à lógica do assalariamento, poderia ser a via para uma nova sociedade.

Falando em termos teóricos, a “comuna” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual

⁹⁷ Completando seu pensamento, Marx afirmou que: “a propriedade privada fundada no trabalho pessoal [...] é suplantada pela propriedade privada Capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem, sobre o trabalho assalariado” (MARX, 2013, p.70).

⁹⁸ Marx se baseia, nessa citação em Lewis Henry Morgan; segundo Marx, acima de qualquer suspeita, pois era apoiado por Washington. Ver Lowy (2013).

tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime que, considerando exclusivamente do ponto de vista de sua duração possível, conta muito pouco na vida da sociedade (MARX, 1881/2013, p.62).

Segundo essa passagem que Marx enxergou na comuna russa, um tipo de relação ainda não corrompida deveria aprofundar a sua relação comunal e não enveredar para a forma privada. Os camponeses poderiam passar direto para uma forma associativa de produção, sem terem de passar pelas formas Capitalistas de produção e suas relações. As afinidades de produção que poderiam brotar de uma associação dos produtores rurais numa nação continental como a Rússia regenerariam as relações capitalistas, que estavam em crise no resto da Europa. No entanto, as lideranças políticas do proletariado europeu se enveredavam pela via burguesa de luta pelo poder político: o parlamento.

Engels, no prefácio da obra de Marx: *As lutas de classe na França*, de 1896, fez um resumo dos erros de leitura cometidos por Marx e ele, sobre a possibilidade de transformação da realidade pelo proletariado até a Comuna, e afirmou que a nova arma do proletariado era o voto.

os trabalhadores alemães ainda prestaram à sua causa um segundo serviço ao lado do primeiro, que era o de, pelo simples fato de existirem, já se apresentarem como o partido socialista mais forte, mais disciplinado e que mais rapidamente se expandia. Eles haviam mostrado aos colegas de todos os países uma das suas armas mais afiadas, ensinando-lhes como fazer uso do direito de voto universal (MARX, 2012, p. 20)⁹⁹.

Devido ao rápido desenvolvimento capitalista da Alemanha, capitaneada pela Prússia, a classe operária estava concentrada nas indústrias e nas cidades, sob a liderança da social democracia: único partido representante do proletariado.

A força que a classe operária adquiriu, sob a liderança do Partido Social – Democrata Alemão (SPD), durante as últimas décadas do século XIX até 1914, foi fruto de conquistas econômicas e sociais, e consequentemente também políticas. Durante todo esse período de expansão, os salários reais tiveram em aumento rápido: no fim do século, eles tinham subido 1/3 em relação ao salário-base de 1860; em seguida se estabilizaram. Outras vantagens foram obtidas, inclusive a redução da jornada de trabalho, que, de 12 horas em 1870, passou a 10 horas em 1914 (ALMEIDA, 1990, P. 10).

⁹⁹O movimento socialdemocrata alemão havia mordido a isca. Ele foi tragado para dentro da arena política burguesa e dela se transformaria em partido da ordem; em partido do capital.

O partido socialdemocrata obteve força sempre crescente no parlamento, enquanto os sindicatos, sob sua orientação, eram cada vez mais fortes e organizados na base. Sob capital monopolista, o Estado se fortaleceu e se ampliou, atendendo aos interesses dos trabalhadores, principalmente por meio de políticas de proteção ao trabalho, que se iniciaram por essa época na Alemanha.

Em comemoração ao centenário da queda da Bastilha e sob a liderança da social democracia alemã, inaugurou-se a II Internacional, em 1889. Engels participou ativamente, até a sua morte em 1895. Com as novas configurações do Capitalismo e do Estado, o que estava em pauta era a revisão dos escritos de Marx sobre a revolução do proletariado, na nova fase do desenvolvimento capitalista e a extinção do Estado.

Sobre a nova fase do Capitalismo, Lênin (2012, p. 14), já no século XX, fez uma análise brilhante.

De 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios mais do que germes quase imperceptíveis; depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos; auge de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a economia. O Capitalismo transforma-se em Imperialismo.

Se observarmos, o período histórico descrito por Lênin (2012) corresponde à vitória da Prússia sobre a França, a unificação alemã tendo a Prússia como centro¹⁰⁰. Na Alemanha, essa concentração é facilitada pelas proteções alfandegárias da nascente indústria. Em um quadro geral,

menos de 1% das empresas tem mais de três quartos da quantidade total da força motriz a vapor e elétrica. Aos 2,97 milhões de pequenos estabelecimentos (até cinco operários assalariados), que constituem 91% de todas as empresas, correspondem unicamente 7% da energia elétrica e a vapor. Algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada (LÊNIN, 2012, 37-38).

Como bem analisou Lênin (2012, p. 55), “Esta transformação dos numerosos intermediários modestos num punhado de monopólios constitui um dos processos

¹⁰⁰O desenvolvimento capitalista alemão ficou conhecido como via prussiana de modernização, que difere da via clássica pela forte presença do Estado na economia.

fundamentais da transformação do Capitalismo em Imperialismo capitalista”. Vários bancos pequenos deram lugar a grandes bancos que decidiam onde e em qual empresa investir.

A fusão de grandes indústrias e grandes bancos converte milhares e milhares de empresas dispersas numa única empresa capitalista, a princípio, nacional e, depois, internacional [...] os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo (LÊNIN, 2012, p.60)¹⁰¹.

O movimento de concentração do capital encontrava nos cartéis uma forma de o capital resolver temporariamente suas crises sistêmicas. Lênin caracterizou os carteis da seguinte maneira

Privatização das matérias-primas, privação de mão de obra mediante “alianças”, quer dizer, mediante acordos entre capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas carteirizadas, privação dos meios de transporte, privação da possibilidade de venda, acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os carteis, diminuição sistemática dos preços com objetivo de arruinar os “outsiders”, isto é, as empresas que não se submetiam aos monopólios, privação de créditos e boicote (LÊNIN, 2012, p. 48).

Revolução incessante dos meios de produção, concentração e centralização já havia sido analisada por Marx em *O capital*, e, agora, se consolidava em outro patamar. Ao alargar seu domínio para além das fronteiras da nação, a produção de mais valor se ampliava e “como excedem a taxa de exploração dos operários do seu próprio país, permite corromper os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária¹⁰²”. Essa corrupção levou Lênin a afirmar que

A socialdemocracia (comunismo) internacional atravessa atualmente um período de vacilação ideológica. Até agora, as doutrinas de Marx e Engels eram consideradas como a base firme da teoria revolucionária; mas nos dias que correm podem-se ouvir, por toda parte, vozes sobre a insuficiência e caducidade dessas doutrinas (LÊNIN, 1961, p.1).

¹⁰¹O mesmo movimento Lênin constatou nos EUA, que cresciam vertiginosamente, sem as ameaças constantes de guerra em que a Europa estava mergulhada. A concentração e centralização do capital, preparava o terreno para que o proletário pudesse expropriá-lo e controlá-lo. Para mais detalhes, ver Lênin (2012).

¹⁰²Para a aristocracia operária “na primeira metade do século XIX isto teria significado principalmente lojistas, alguns patrões independentes, capatazes e gerentes (que eram geralmente trabalhadores promovidos). Perto do fim do século, teria significado também empregados e assemelhados. Portanto a chamada aristocracia do trabalho existia bem antes da crítica de Lênin. O que está acontecendo é a ampliação da lógica do valor para a maioria da sociedade” (HOBBSAWM, 2015, p. 367); (LÊNIN, 2012, p. 34).

Também Rosa Luxemburgo (2009, p. 1) teceu duras críticas ao revisionismo e suas concessões oportunistas com as classes burguesas, assumindo para si uma posição conservadora. Em sua crítica à posição revisionista de Bernstein, ela afirmou que

Segundo a teoria revisionista, que considera inútil ou impossível a conquista do poder político, a luta sindical e a luta parlamentar devem inicialmente ser praticadas para alcançar objetivos imediatos que visem à imediata melhoria da situação dos operários.

Enquanto Bernstein insistia em desqualificar a teoria marxista e até classificá-la de blanquista, Rosa reafirmava a concepção legada por Marx e Engels como a base de ação do movimento e do partido.

Segundo a concepção normal, as lutas políticas e sindicais têm uma significação socialista na medida em que preparam o proletariado – que é fator subjetivo da transformação social – para realizar essa transformação. Segundo Bernstein, a luta sindical e política têm por tarefa reduzir progressivamente a exploração capitalista, retirar progressivamente esse caráter capitalista à sociedade capitalista e dar-lhe um caráter socialista (LUXEMBURGO, 2002, p. 2).

Para Marx, a emancipação da classe trabalhadora era uma missão da classe trabalhadora, obra do seu desenvolvimento histórico. Para os dirigentes da socialdemocracia, o Socialismo seria obra da história, infalível, bastando ao partido garantir as reformas por dentro do Estado. Rosa não poupou críticas ao oportunismo revisionista e enxergava nele um perigo à “própria existência do movimento socialista”.

Diante dessa possibilidade, Rosa procurou advertir os trabalhadores sobre as mudanças pelas quais passavam o movimento. “É duplamente importante que os trabalhadores tenham consciência desse fato porque é precisamente deles que se trata. De sua influência no movimento e porque é a sua pele que aqui querem vender” (LUXEMBURGO, 2002, p. 1).

A consciência embrionária que vinha à tona nas trincheiras cotidianas, só podia ser elevada à consciência política por intermédio do conhecimento científico.

Mas o portador da ciência não é o proletariado, mas a intelectualidade burguesa: foi do cérebro de alguns membros dessa camada que surgiu o Socialismo moderno, transmitido por eles aos proletários de maior desenvolvimento intelectual, os quais por sua vez o introduzem na luta de classe onde as condições o permitem (LÊNIN, 2010, p. 100).

Portanto, para Lênin a consciência do proletariado vinha de fora do movimento, do imediatismo econômico e, portanto, não era autônomo e espontâneo, necessitando, assim, de uma vanguarda que o orientasse.

A classe necessitava de formação política para, então, se tornar agente da transformação social; no entanto, quando a guerra imperialista se precipitou na cena histórica, os líderes socialistas guiaram o proletário para o holocausto; e, quando a carnificina acabou, o movimento proletário ganhou novo líder.

Cena VIII: A terra está arrasada, o tempo é de desilusão.

*A guerra desencadeia, ao mesmo tempo que as forças reacionárias do mundo,
as forças geradoras da revolução social que fermenta em suas profundezas.*
(Rosa Luxemburgo).

Esta cena encerra o segundo ato, e com ele as expectativas progressistas abertas pela burguesia, que havia vencido o antigo regime feudal. A marcha fúnebre é de Chopin; o palco é a Europa; o roteiro é imperialista. O diretor é o grande capital comandando o corpo de figurantes proletários que, no papel de soldados, será sacrificado sem piedade, na defesa de “sua” pátria. O cenário são as trincheiras que cobrem todo o palco. Da eloquência e do fogo fátuo burguês, seguiu-se a prosa monossilábica ou muda dos mutilados e humilhados da guerra.

A superação do Capitalismo concorrencial pelo capital monopolista ampliou a concorrência, que saiu do nível individual e nacional para o nível da concorrência entre nações; isso acabou em uma guerra total. Era a crise do Liberalismo clássico e da burguesia que o representava. A guerra entre as nações burguesas tinha um poder de destruição tão assustador, que depois dela, as guerras anteriores não passavam de escaramuças de exércitos de dois ou três países rivais. Agora, ela abarcava quase toda a Europa e se propagava para além-mar.

A lógica do valor, que impele todas as nações

a uma competição desenfreada, obriga-as a lutar em defesa do livre comércio, sem barreiras alfandegárias, para que suas mercadorias invadam os mercados, arruinando os concorrentes. Ou seja, arruinar a indústria de um país significava arruinar também o proletariado que resta desempregado. A guerra para baratear as mercadorias se transformou em guerra de um Estado contra o outro, na defesa da liberdade de sua burguesia conquistar novos mercados.

Os países prejudicados pela concorrência da nação rival estavam dispostos a proteger de armas em mão sua burguesia e suas indústrias. Nesse sentido, o proletariado enxergava a nação concorrente como causadora do seu desemprego e por isso lutaria ao lado da sua burguesia, para manter-se empregado.

Talvez, os líderes do proletariado pensassem assim; mas durante a Segunda Internacional, a posição sobre a guerra era clara: “quando a massa for socialista, o militarismo estará vencido” (CARONE, 1991). A posição era contrária à guerra imperialista. O que levou a socialdemocracia alemã a assinar os créditos de guerra talvez não tenha sido uma traição ao movimento, e, sim, uma aposta na ideia de que a guerra fosse curta e que os ganhos econômicos negociados no parlamento e nos sindicatos compensariam as poucas perdas humanas.

Quando o conflito se generalizou e o parlamento e os sindicatos foram substituídos por canhões, a socialdemocracia ficou sem chão; e, junto com os seus governos, marcharam para o caos. A desilusão era geral. Por um lado, a burguesia não conseguia controlar os movimentos que tinha iniciado. Por outro, a socialdemocracia alemã não apresentou alternativa à guerra e o proletariado marchou para as trincheiras do caos. Entre a fome e o desespero, os sociais democratas esperavam pela paz e pelo reestabelecimento do diálogo, ou seja, do parlamento, do sindicato e da velha e cômoda política burocrática. Isso já não era mais possível.

Podemos exemplificar o desenvolvimento capitalista no continente europeu com o caminho percorrido por dois países que se unificaram na mesma época, em 1871. A Alemanha, no início do século XX, havia ultrapassado a Inglaterra. Sua adaptação ao monopólio era mais orgânica e o desenvolvimento da sua indústria colocava em xeque a hegemonia industrial inglesa. A força industrial alemã era acompanhada por sua força bélica.

Estava escrito o roteiro do conflito: indústria organizada, parte do proletariado integrada à ordem e Estado forte. A Alemanha estava pronta para desbancar a Inglaterra e exigir mercados para o seu capital. A Itália, pelo contrário, não era uma potência; e sua tentativa de incursão imperialista havia resultado em uma derrota humilhante na África, como analisou Sasoon (2009). A Itália ainda não estava no nível de desenvolvimento das outras grandes potências, sendo delas economicamente dependente.

A Alemanha aparecia como país mais industrializado da Europa; possuía o proletariado mais organizado em sindicatos e um forte partido. Por isso, repousava sobre a socialdemocracia alemã a responsabilidade de evitar o conflito, pois “do ponto de vista do movimento operário, todos os olhos estavam colocados sobre o

desenvolvimento desse país” (ALMEIDA, 1990, p. 19). Como líder da Segunda Internacional, a posição da socialdemocracia alemã era crucial e influenciaria o desencadear de movimentos proletários de outros países influenciados por ela. A decisão pró-conflito sinalizou que para os líderes do proletariado alemão, as instituições burguesas, como o parlamento, sua indústria e seu Estado deveriam ser protegidas e preservadas.

Por não se ter desenvolvido industrialmente como a Alemanha, a Itália não aderiu ao conflito no seu início. Sua posição foi de neutralidade. Dependente economicamente dos países avançados, ela viu no conflito a possibilidade de se beneficiar econômica e politicamente. Desde o início do conflito, ela foi cortejada tanto pelos alemães como pelos ingleses e franceses. Os primeiros prometeram concessões pela neutralidade italiana; os últimos, muito mais do que isso, prometeram...

... não apenas a Região do Trentino, com a maioria de seus habitantes de fala italiana, mas, também, o Sul do Tirol (Trentino-alto Adige) até o passo Alpino de Brenner [...], Trieste, Veneza Júlia, a Dalmácia e várias ilhas do Adriático [...] concessões de colônias na África e uma promessa de 50 milhões de libras esterlinas, foram o suficiente para selar o acordo (SASSOON, 2009, p.38).

Extensões territoriais e muito dinheiro levaram Hobsbawm (2007) a afirmar que a Itália foi “subornada” para participar do conflito. Todas essas concessões foram mantidas em segredo¹⁰³; e quando o conflito chegou ao fim, depois de quatro anos sangrentos, tanto as potências que haviam prometido o botim quanto os tratados estavam destruídos. Os Estados Unidos da América (EUA), que surgiram como grande potência mundial, tinham interesses estratégicos em territórios prometidos à Itália, proibindo assim qualquer acordo feito em segredo entre as potências.

Com o estender do conflito, a decisão da socialdemocracia alemã se mostrava um erro. Durante o conflito, houve um grande debate entre os líderes dos partidos socialistas do continente. Na Alemanha, líderes, como Kautsky, travaram discussões acaloradas com o grupo Spartarquistas de Rosa Luxemburgo e com o líder comunista russo, Vladimir Lênin. Na Itália, o Partido Socialista optou pela neutralidade absoluta. Gramsci, como membro do partido, discordou dessa tática. Já

¹⁰³Referência ao tratado de Londres assinado pela Itália, França e Inglaterra, motivo da entrada da Itália no conflito e que não teve validade ao término da guerra. Para saber mais ver Sassoon (2009).

em 1914, portanto, antes de a Itália entrar no conflito, ele afirmou que o Partido Socialista Italiano (PSI) era...

... autônomo no desenvolvimento desta função, não dependendo da Internacional a não ser em relação ao fim supremo a alcançar e ao caráter que essa luta deve sempre apresentar como luta de classes [...] não deve contentar-se com a fórmula provisória de “neutralidade absoluta”, mas transformá-la em neutralidade ativa e operante (GRAMSCI, 1976, p. 66-67).

Assim que vislumbrou vantagens com o conflito e começou a participar dele de forma efetiva, a neutralidade absoluta assumida pelos socialistas teria de ser revista. Sobre esse ponto, Gramsci se mostrou original e seguro. Para ele,

O partido socialista italiano, seção da Internacional socialista que assumiu o dever de conquistar para a Internacional a nação italiana [...] ele é um Estado em potência, que vai amadurecendo, antagonista do Estado burguês, que procura, na luta constante com este último e no desenvolvimento da sua dialética interior, criar órgãos para o superar e absorver (GRAMSCI, 1976, p. 65-66).

Já no início de sua trajetória intelectual, Gramsci vislumbra no partido político o instrumento de constituição de um novo Estado. A Internacional ainda era a Segunda, liderada pela Alemanha. O Gramsci, que escreveu nessa época, foi o Gramsci militante, jornalista da imprensa proletária, um agitador e propagandista. Para ele, era imperativo que os trabalhadores soubessem que a burguesia era responsável pela guerra e, por esse motivo, não tinha mais condições de governar. Ele denunciou e acusou a burguesia durante todo o período em que esteve em liberdade, ora como jornalista, ora como deputado.

Se o primeiro grande conflito mundial significou a crise do Liberalismo clássico e da burguesia, ele foi o golpe definitivo para os resquícios feudais que ainda teimavam em permanecer de pé. O regime czarista russo, ao empurrar o país para o conflito, selou sua própria sorte internamente. A instabilidade que já se pronunciara em 1905 com as greves e a formação dos sovietes atingiu seu ápice durante o conflito, transformando-se em revolução em 1917 e em guerra civil entre as forças reacionárias e os bolcheviques até 1922. Uma vez deflagrada a revolução, o movimento operário sofreu um novo deslocamento e o partido comunista russo passou a ser considerado o partido da revolução proletária. Isso não se deu sem debates acalorados.

Líder da primeira revolução proletária que havia conseguido êxito em um país com dimensões continentais, e um dos maiores intelectuais marxistas de todos os tempos, Lênin uniu teoria e prática. Suas reflexões sobre a teoria revolucionária de Marx marcaram tanto o direcionamento do movimento operário mundial, que o marxismo passou a ser conhecido como marxismo/leninismo. No entanto, os partidos socialistas do continente não aceitavam a forma ditatorial com que se desenvolvia a revolução do lado oriental.

Em pleno caminhar da revolução, Lênin (1917) editou *O Estado e a revolução*, por onde percorreu vários textos de Marx e se apropriou das lições da Comuna francesa, para contestar a passividade e falta de ação da socialdemocracia ocidental diante da oportunidade da revolução.

Os democratas pequeno-burgueses, do gênero dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, e os seus irmãos, os sociais-patriotas e oportunistas da Europa ocidental, esperam, precisamente, mais alguma coisa do sufrágio universal, no Estado atual, é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores (LÊNIN, 1917. P. 8).

Lênin entendia que a revolução só poderia se realizar com a tomada violenta do poder, um assalto frontal ao Estado e a sua destruição. Esse caminho deveria ser seguido por todo o movimento proletário internacional...

... a organização da vanguarda dos oprimidos em classe dominante para dominar os opressores não pode limitar a um simples alargamento da democracia. Ao mesmo tempo em que é um alargamento considerável da democracia, agora e pela primeira vez democracia para os pobres, democracia para o povo e não para os ricos, a ditadura do proletariado acarreta uma série de restrições à liberdade dos agressores, dos exploradores, dos capitalistas (LÊNIN, 2011, p. 101).

A realidade em que se movia Lênin e os bolcheviques na Rússia propiciou que aquele movimento tomasse o poder, que Lênin esperava que se propagasse por todo o continente, fortalecendo, assim, a própria revolução comunista em seu país. A realidade democrática e parlamentar vivida pela Europa ocidental impedia os movimentos frontais e diretos, que se desenvolveram na Rússia. No debate com Lênin, o líder da socialdemocracia alemã (KAUTSKY, 2005) fez uma leitura diversa da Comuna, exposta por Lênin. Para ele,

a comuna de Paris foi obra de todo o proletariado; todas as correntes socialistas dela participaram, nenhuma foi excluída nem se omitiu. Ao contrário, o partido socialista que está hoje no poder, na Rússia, tomou-o lutando contra outros partidos socialistas. Ele exerce seu poder com a exclusão de outros partidos socialistas de suas instâncias dirigentes (KAUTSKY, 2005, p. 1).

Tanto Kautsky como Rosa Luxemburg teceram críticas à falta de liberdade com que era conduzida a revolução na Rússia. Gramsci preferiu comparar o movimento russo com a revolução francesa. Para ele,

Na Rússia, não existem jacobinos. O grupo dos socialistas moderados que teve o poder nas mãos não destruiu, não pretendeu sufocar em sangue, a vanguarda. Na revolução socialista, Lenine não teve o destino de Babeuf. Pode converter o seu pensamento em força operante da história (GRAMSCI, 1976, p. 114).

O debate teórico que instaurou na Europa com o advento proletário na Rússia colocava em pauta os motivos que levaram à revolução no Oriente e os que mitigaram o movimento no Ocidente. Estado, sociedade civil e cultura são discutidas por expoentes do movimento, entre eles, Lukács e Gramsci. Este último acreditava que o espírito revolucionário do Oriente poderia contagiar o lado ocidental.

O incêndio revolucionário propaga-se, queima corações e cérebros novos, transforma-os em archotes ardentes de luz nova, de novas chamas devoradoras de preguiças e de cansaços. A revolução avança até a sua completa realização. Vem ainda longe o tempo em que será possível um relativo repouso (GRAMSCI, 1976, p. 145).

Como agitador político, Gramsci acreditava que o caminho a ser seguido era o do movimento, da ação. Nesse sentido, ele se aproximava de Lênin e do Comunismo e entrava em rota de colisão com o PSI. Mesmo após a fim do conflito e já aberta a Terceira Internacional sob o comando do partido comunista russo, Gramsci só rompeu com o PSI em 1921. Com o grupo dissidente, ele ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI), seção da Terceira Internacional Comunista. Esse foi o caminho seguido pelo movimento operário na Europa, espalhando-se posteriormente para todo o mundo.

A guerra chegou ao fim. A Europa era uma grande trincheira. Em seus escombros, jaziam milhares de inocentes. A carnificina foi gigantesca. Fome, sangue e desilusão estavam em cada esquina. A luz vermelha que aparecia no fim do túnel obrigava que a burguesia e o grande capital americano agissem de forma a reconstruir a

Europa, a fim de que o incêndio revolucionário não se propagasse. Ao empurrar as nações para um conflito sem precedentes, o Capitalismo se deslocou para a América do Norte, dando oportunidade para que um país Europeu se tornasse comunista. As análises de Marx pareciam estar se concretizando. O comunismo era uma realidade.

SEGUNDO ATO

Cena VII: O palco se dividiu. Acenderam-se refletores vermelhos.

Esta cena mostra que a guerra devastou a Europa, mas por outro lado provocou a ascensão do Comunismo na Rússia. O capital, por intermédio do seu agente principal, os EUA, primeiro tentará abafar pela força a revolução, mergulhando a Rússia em uma terrível guerra civil. Depois, derrotado, ele tentará impedir que o Comunismo se propague por meio de financiamentos. Nesse movimento de restauração e de acumulação do capital, os ressentimentos são apenas mitigados. Tão logo as potências capitalistas reestabeleçam as suas forças, o capital ressurgirá com toda a força. O conflito significava a crise da sociedade burguesa, pois, sem ela

não teria havido revolução de outubro, nem URSS. O sistema econômico improvisado na arruinada casca eurásiana rural do antigo império czarista sob o nome de socialismo não se teria acreditado – nem teria sido considerado – uma alternativa global realista para a economia capitalista (HOBSBAWM, 2007, p. 17).

O caos ocasionado pela Primeira Guerra mundial atingiu socialmente toda a população que enterrava seus mortos, contava os feridos e inválidos e enfrentava as penúrias e restrições de um conflito. Politicamente, a burguesia liberal enfrentava problemas de legitimidade e a socialdemocracia se fortalecia. No entanto, com o surgimento do Partido Comunista Russo e a sua Internacional, os partidos da social democracia sofreram o desgaste de terem apoiado a guerra e também se enfraqueceram. Economicamente, o parque industrial europeu estava arrasado e precisava de investimentos pesados para se reerguer, assim como toda infraestrutura necessária.

Os EUA apareceram como o investidor mundial. Ampliando sua zona de influência, lançou um plano econômico para a recuperação econômica dos países que participaram do conflito. Contrariando a França, que queria destruir as possibilidades de reestruturação da Alemanha, os EUA ofereceram...

... empréstimos massivos para reativar a sua economia e permitir-lhe fazer face ao pagamento de reparações [...] a Alemanha passou a ficar totalmente dependente da Bolsa de Nova York. Isso implicava um rígido controle

exercido dentro do território alemão, sobrepondo-se de certo modo ao governo. Mas apesar desses inconvenientes, a injeção de capitais produziu o efeito desejado. A economia floresceu de forma prodigiosa. O novo crescimento foi caracterizado pela modernização, racionalização e concentração. A taxa de desemprego chegou a índices mínimos, devidos sobretudo à racionalização e à mecanização das indústrias, e os salários subiram (ALMEIDA, 1990, p. 47).

Mesmo derrotada, a Alemanha era o grande baluarte socialista e todos esperavam pela revolução em seu território. Por isso, segundo Almeida (1990), Lênin tratou de estabelecer contatos com os alemães, a fim de que estes “não fizessem acordos com os aliados”. Para tanto, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

abdicou do seu direito, estabelecido pela cláusula 116 do tratado de Versalhes, de solicitar reparações à Alemanha, e esta propiciava ajuda tecnológica, ao mesmo tempo produzindo em território russo certa quantidade de armas que o tratado de paz lhe proibía (ALMEIDA, 1990, p. 18).

Mesmo assim, a França teve seu gosto de vingança garantido. O ultimato para os alemães assinarem o tratado era de 15 dias. O impacto do documento foi gigantesco, principalmente na recém-eleita Assembleia Constituinte, que trabalhava na pequena cidade de Weimar, na Turíngia. O texto foi aprovado e assinado simbolicamente no palácio de Versalhes. É sobre o peso dessa humilhação que o tratado de Versalhes “determinou, ao menos condicionou de forma importante toda a vida da república de Weimar, sua história, bem como as condições que permitiram o ascenso do nazismo em 1933” (ALMEIDA, 1990, p. 14).

Além disso, a Alemanha era de fundamental importância tanto para o fortalecimento do Comunismo, caso fizesse a revolução, quanto para o Capitalismo, caso reerguesse sua indústria. O fato é que de 1918 a 1923, houve a possibilidade de uma revolução popular na Alemanha, que poderia pôr fim ao poder das velhas elites aristocráticas, que as revoluções burguesas não conseguiram suplantam.

No caso da Alemanha, esse poder poderia ter sido quebrado em 1918-19, com a aliança entre a social democracia no poder e a vontade das massas populares que se manifestava nos conselhos. Tal aliança poderia ao menos ter lançado os alicerces da República democrática, uma vez que a revolução socialista não estava na ordem do dia, independente do que pensava a extrema-esquerda na época (LOUREIRO, 2005, p. 2) ¹⁰⁴.

¹⁰⁴Em sua análise, a autora afirmou que os conselhos “sempre surgiram em momentos de ruptura da ordem estabelecida. Na Comuna de Paris, 1871; na revolução russa de 1905, como na de 1917; e com a revolução alemã de 1918. Os conselhos alemães foram em grande parte criações

Lênin sabia da força do movimento operário alemão e talvez por isso buscou uma aproximação política com o país após o conflito. Uma vez liquidados os conselhos, as crises política e econômica que se estenderam até o início dos anos de 1930 levaram Hitler ao poder e, com ele, a ameaça e a eclosão de um novo conflito mundial.

Movimento parecido aconteceu na Itália. Embora o PSI atingisse a maioria no parlamento, era acompanhado pelo partido popular, que era o partido da igreja, congregando os camponeses, mas estava enfraquecido por disputas internas¹⁰⁵ e pelo fortalecimento da idéia de fundação do Partido Comunista.

Mesmo não recebendo tudo que lhe fora prometido no tratado de Londres, houve investimentos financeiros dos EUA no parque industrial italiano, principalmente locus de greves, ocupações e conselhos de fábricas. Embora elogiadas por Gramsci, essas experiências foram reprimidas violentamente. Gramsci ficava cada vez mais insatisfeito com a conduta do partido. “O Partido Socialista Italiano (PSI) entendia a revolução proletária como resultado de uma inexorável lei do desenvolvimento econômico. Os fatos determinavam as ideias e subvertiam as previsões” (COUTINHO, 2003, p. 19).

Gramsci enxergou nos conselhos de fábrica o autogoverno das massas. Mas com a greve sufocada com violência e a não adesão nacional dos sindicatos e do PSI, “Gramsci se convenceu de que o território da fábrica era diferente do território nacional, social e político” (COUTINHO, 2003, 37).

Esse imobilismo do PSI fez Gramsci tecer duras críticas ao partido e ver a sua decomposição. Em 1921, no congresso de Livorno, os comunistas romperam com o PSI e fundaram o Partido Comunista Italiano. Gramsci se empenhará em demonstrar que o reformismo dos socialistas e o economismo sindical emperrariam o caminhar do proletariado.

espontâneas dos trabalhadores alemães; surgiram de forma improvisada e independente de iniciativas partidárias, como expressão da auto-organização das massas e representavam o movimento como um todo [...] os spartakistas liderados por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, defendiam a palavra de ordem de “todo poder aos conselhos”, junto com a ala esquerda do Partido Social Democrata Independente da Alemanha (USPD), mas eram minoria. O objetivo da social democracia era manter a ordem a todo custo; ela identificava conselhos como baderna e fez tudo para liquidá-los (LOUREIRO, 2005, p. 3-5).

¹⁰⁵Havia um racha nas fileiras do partido. Turati e Gramsci eram as lideranças da área industrial urbana do Norte. Bordiga era a liderança da área rural do Sul.

Enquanto os operários se batiam nas ruas e nas praças, enquanto as chamas enchiam de terror as populações e as induziam ao desespero individual e às mais espantosas represálias, não poderíamos conceber que os chamados delegados destas massas populares se perdessem nas baixezas mais pantanosas e miásticas de luta pessoal; as multidões esgotavam-se nas ruas e praças, entravam em cena os canhões e as metralhadoras, e estes dirigentes, estes chefes, estes futuros administradores da sociedade endoideciam e espumavam por um artigo de jornal, por uma coluna, por um título (GRAMSCI, 1977, p.274-275).

Para Gramsci, a substância estava na economia, na vida prática, no sistema de relação de troca e na luta da classe proletária. A partir desses impulsos, o partido deveria imprimir a sua crítica, fazendo o movimento avançar para novos patamares.

Mesmo que as novas demandas trazidas pela luta cotidiana do proletariado não estivessem maduras para se concretizarem, o pessimismo deveria ser de a inteligência nunca impedir o otimismo da vontade de mudança. Gramsci expôs toda a anacronia dos partidos e sindicatos italianos, ao lutarem pela manutenção da ordem.

O congresso confederal reabilita o parlamento, reabilita as piores assembleias das classes que no passado se revelava mais corrupta e putrefatas. A confederação representa, no desenvolvimento histórico do proletariado, o que o Estado absoluto representou no desenvolvimento histórico das classes burguesas. Será substituída pela organização dos Conselhos, que são os parlamentos operários que têm a função de corroer os sedimentos burocráticos e de transformar as velhas relações organizativas. Aumentou o nosso pessimismo, mas é sempre viva e atual a nossa divisa: pessimismo da inteligência, otimismo da vontade (GRAMSCI, 1977, p. 275).

Se, na Alemanha, a social democracia esteve à frente do governo por mais de uma década até a chegada do nazismo ao poder, na Itália, Mussolini chegou ao poder já no início da década de 1920 e instaurou o fascismo.

O fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não podia deixar de ser seguida pela profunda decomposição do Estado, e hoje só pode ser explicado tendo em consideração o baixo nível de civilização que a nação italiana pôde alcançar nestes sessenta anos de administração unitária (GRAMSCI, 1977, p. 290).

Gramsci viu no movimento fascista o desespero da burguesia, que não conseguiria se manter no poder, pois somente o proletário possuía essa condição. Essa previsão

se mostrou equivocada em curto prazo. Na Alemanha, o Partido Comunista, que não conseguia acender o fervor revolucionário do proletariado, se lançou em ações ofensivas contra o governo do Estado prussiano, sendo derrotado e não conseguindo ter influência nos destinos da República de Weimar.

Por que a revolução não se desenvolvia na Europa ocidental, como se desenvolveu na Rússia? O que levou o fascismo ao poder, se os partidos socialistas eram a maioria? Perplexo com o desencadear da história, Gramsci desenvolverá, no cárcere, uma teoria revolucionária para o ocidente.

Nos encontros da Terceira Internacional Comunista que teve início em 1919 e continuou se reunindo anualmente até a morte de Lênin em 1924, a situação econômica e política eram colocadas de forma bastante consistente. No terceiro encontro realizado em 1921, a análise do Capitalismo de antes da guerra, com seus trustes e monopólios, deixava claro que a situação não iria se equilibrar e que o sistema entraria em colapso, com a possibilidade de outro conflito.

Mas o alvo era desmascarar os sociais democratas que, por aderirem a uma estratégia parlamentar, eram, na opinião dos comunistas, traidores dos proletários e aliados dos capitalistas.

A tática da frente única proletária foi proposta para forçar os sociais democratas a “tirarem a máscara” e se mostrarem como conservadores e traidores¹⁰⁶. Italianos e alemães não aceitaram a proposta, e foram chamados de imaturos¹⁰⁷.

Na Itália, no exercício do seu mandato de deputado, Gramsci intensificou seus ataques ao fascismo e aos socialistas. Em sessão da câmara dos deputados, discutiu diretamente com Mussolini (GRAMSCI, 1978, t. 4). Após 1925, seus artigos ficam mais densos. Ele faz um balanço do desenvolvimento do partido e seus obstáculos. Preocupou-se com a crise de unidade no partido russo e com a continuação da política da Nova Política Econômica (NEP); ele começava a escrever algumas notas sobre a questão meridional, quando foi preso pelo regime fascista de Mussolini. Uma vez encarcerado, fugido da degradação moral do presídio, a saída

¹⁰⁶ A tática da frente única consistia em assegurar a unidade das massas trabalhadoras, mesmo da parte representada por centristas e social democratas. Dessa forma, o Comunismo seria conhecido e difundido entre as massas, que o fortaleceriam, assim que tomassem consciência que as instituições como sindicatos e social democratas eram na verdade conservadores. Sobre isso, conferir Leon Trotsky (Acesso em: 12 out. 2017).

¹⁰⁷ Conferir O Terceiro Congresso da Internacional Comunista (Acesso em: 14 out. 2017)

de Gramsci foi escrever para não enlouquecer. Do seu diário cotidiano, nasceu a imortalidade do seu pensamento.

Cena VI: Diário de um detento.

A prisão não causa repulsa por ser política (Gramsci).

Esta cena mostra o destino dos revolucionários onde a reação conseguiu se impor. Gramsci estava perplexo com o fracasso do movimento proletário ocidental. O cenário era o pior dos mundos. Um cárcere fétido e insalubre, onde o principal objetivo do detento era não enlouquecer. Ficar sozinho era imprescindível. Ler e escrever, um luxo conquistado a duras penas e, finalmente, produzir conhecimento sem que a censura fascista reconhecesse como tal.

Com sua personalidade forte e corajosa, Gramsci havia se expressado abertamente contra o fascismo. Seus inimigos estavam sedentos por ver aquele cérebro impedido de pensar e materializar sentenças tão duras e verdadeiras¹⁰⁸. O que eles não sabiam era que no labirinto fascista ele teceria um fio condutor do que ele julgava ser caminho para a revolução comunista no Ocidente.

Do cárcere, Gramsci empreendeu um grande percurso filosófico, econômico e político. Assim como Rosa de Luxemburgo e Lukács, Gramsci, embora reforçasse o caráter de lutas de classes, vislumbrava o caminhar dessa luta em outras esferas. A crise inédita de uma guerra seria o suficiente para fazer com que a máscara burguesa caísse e o proletariado tomasse as rédeas da história, pensavam eles.

Era necessário analisar e criticar as diferenças econômicas, políticas e culturais que impossibilitaram à revolução expandir-se para todo o continente. A revolução russa reforçava a ideia de que uma ação violenta seria capaz de derrubar a burguesia, passando para a ditadura do proletariado. Os comunistas europeus tentaram esse modelo e foram derrotados. As diferenças pareciam estar entre o Estado e a sociedade civil: como eles se constituíam na Rússia e na Europa ocidental, bem como a cultura e os intelectuais, como formadores de hegemonia cultural.

Gramsci operou uma grande revisão teórica do marxismo, ampliando conceitos que ele havia desenvolvido e apresentavam-se de forma mais complexa. “Sem uma

¹⁰⁸ Sentença proferida pelo promotor que o condenou a vinte anos, quatro meses e cinco dias. Gramsci foi preso em 08/11/1926 e começou a escrever os cadernos em 1929, quando conseguiu permissão para escrever. Ver Gramsci (1999 p.16-19).

renovação dialética permanente, que acompanha e responde a evolução do próprio real, o marxismo se converte numa coleção de dogmas” (COUTINHO, 2003, p. 83). Tal postura não tradicional só foi possível no cárcere. Provavelmente, sua crítica colidiria com os rumos que estava tomando o movimento russo. As sanções advindas dessa rebeldia intelectual não podiam ser dimensionadas. Talvez, o destino de Trotsky¹⁰⁹ fosse um exemplo emblemático.

Os rascunhos do cárcere foram a obra da dificuldade humana: censores fascistas, poucos materiais de pesquisa e lugares insalubres, além das enfermidades que acometeram o depoente. O ritmo fragmentado e reiniciado de alguns textos e outros já com elaboração mais acabada mostram que Gramsci esperava dar-lhes tratamento definitivo em liberdade.

Seus fragmentos só tiveram uma versão crítica décadas mais tarde, quando o fascismo já havia sido superado e a Rússia já não possuía o monopólio da crítica marxista. Seus escritos logo encontraram terreno fértil na América Latina, e foram fundamentais para a leitura da realidade brasileira na época da democratização.

A partir do momento em que lhe permitiram escrever, ele imprimiu uma extensa obra, cujo objetivo central era entender como o desenvolvimento do Estado e da sociedade civil no Ocidente agiam na contenção dos movimentos revolucionários da classe trabalhadora. As milhares de páginas escritas, muitas vezes sem continuidade aparente, continham uma tentativa de uma teoria política unitária, que unisse a prática, a teoria e a filosofia, por intermédio de um conceito comum: a política.

Todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contêm política como elemento real ou potencial ineliminável [...] nessa acepção ampla, política em Gramsci é sinônimo de “catarse”, passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade (COUTINHO, 2003, p. 91).

A Itália de Gramsci era um país dependente, onde as massas eram excluídas dos processos decisórios do país. Prova disso era que, mesmo tendo havido uma revolução intelectual – o renascimento –, faltava-lhe uma revolução moral, tipo da reforma protestante, pois, o país era o centro católico mundial. Gramsci via que os subalternos tinham uma mesma visão de mundo que o senso comum. Por isso,

¹⁰⁹Por criticar os rumos da revolução e seu líder – Stalin –, Trotsky foi perseguido e morto.

Gramsci insistia que todos eram intelectuais, ou seja, tinham possibilidade de aderir criticamente a uma visão de mundo em disputa na sociedade.

A filosofia é uma concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente, não apenas em seus interesses atuais imediatos, mas, também, nos futuros e mediatos (GRAMSCI, 1999 p. 302).

Embora Gramsci enxergasse o mundo do proletariado como o mundo do trabalho, da fábrica, e das instituições políticas já absorvidas pelo Capitalismo, ele diferenciava a cultura operária, associativa, cooperativa e consciente como uma negação da cultura burguesa, individualista, egoísta e competitiva. Dessa forma, seria imprescindível uma educação crítica e não uma educação religiosa que mantinha o homem no berço, como as reformas educacionais propostas em sua época. Um Estado laico favoreceria uma educação crítica, capaz de contrapor a visão ideológica da classe dominante que dominava o senso comum. Assim,

Ideologia é toda a concepção particular dos grupos inteiros de classe que se propõe ajudar a resolver problemas imediatos e restritos, mas, para as grandes massas da população governada e dirigida, a filosofia ou religião do grupo dirigente e dos seus intelectuais apresenta-se sempre como fanatismo e superstição, como motivo ideológico próprio de uma massa servil (GRAMSCI, 1999 p. 302).

Sem uma educação humanista, sem o bom senso que se elevava ao senso crítico, as massas costumavam seguir cegamente uma ideologia¹¹⁰, que assumia para elas o status de uma filosofia, quando na verdade não passava de instrumento de governo das classes dominantes. A igualdade perante a lei e a liberdade de mercado são exemplos claros de ideologias burguesas que se tornaram filosofia, religião e superstição: verdades absolutas de toda uma sociedade. A classe operária, como possui dentro de si outra concepção de mundo que não a burguesa, deve desenvolver a sua filosofia, a filosofia da práxis.

A filosofia da práxis é a criação de uma nova cultura integral, que tenha as características de massa da reforma protestante e do iluminismo francês e que tenha as características da classicidade da cultura grega e do renascimento italiano [...] que sintetize – Robespierre e Emanuel Kant, a

¹¹⁰Em outro fragmento, Gramsci (1999, p. 312) afirma que as ideologias são construções práticas, instrumento de direção política, isto é, poderíamos dizer, as ideologias são ilusões para os governados, um engodo sofrido, enquanto são para os governantes um engano desejado e consciente. Por meio desse conceito, podemos ver muitos dos engodos e enganamentos conscientes da classe dominante serem repetido como um mantra pelas massas.

política e a filosofia numa unidade dialética intrínseca a um grupo social não só francesa ou alemã, mas europeu e mundial (GRAMSCI, 1999, p. 304).

A concretização da práxis se daria mediada pela prática política do proletariado, que superaria a ideologia propagada pelos grandes intelectuais burgueses, que “aparecia como a verdadeira filosofia, que levava as massas à ação concreta, à transformação da realidade” (GRAMSCI, 1999, p. 302). Cabia ao proletariado produzir seus intelectuais, organizar a cultura da sua classe e dirigir a sociedade para a formação de uma nova cultura, de uma nova sociedade. Assim seria a passagem de uma cultura a outra, se o proletariado superasse o imediatismo econômico e se elevasse ao momento ético político por meio do momento catártico de consciência.

A passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. A estrutura de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 1999, p. 314).

A modernidade burguesa era uma realidade que estava em crise, carecendo de superação. A força opressora da propriedade privada, a produção com o fim em si mesma e a situação miserável vivida pelo proletariado, no entanto, não o excluía da cultura burguesa baseada na troca mercantil. As associações proletárias, portanto, deveriam atuar como trincheiras culturais que disputariam a direção de toda a sociedade.

Para tanto, seria imprescindível que o proletariado comandasse a estrutura produtiva.

O que significaria, ademais, um reconhecimento científico de que a estrutura econômica mudou radicalmente e que deve mudar o modo de operar econômico a fim de adequar-se à nova estrutura? Significaria um estímulo político, nada mais. Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isso, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica. Esperar que, através da propaganda e da persuasão, a sociedade civil se adapte à nova estrutura, que o velho homo-econômico desapareça sem ser sepultado com todas as honras que merece, é uma

nova forma retórica econômica, uma nova forma de moralismo econômico vazio e inconsequente (GRAMSCI, 1999, p. 324).

Existe uma unidade entre os três estágios em que Gramsci divide a sociedade: a estrutura de um mercado determinado¹¹¹ e as suas respectivas superestruturas de coerção; o Estado; e, de consenso, a sociedade civil¹¹². Em uma sociedade regulada ou comunista, essas, o Estado e o sistema coercitivo seriam absorvidos pela sociedade civil; os sistemas de consenso, o momento da ética e da hegemonia também o seriam¹¹³. O partido político pertence à sociedade civil, pois a adesão a um partido é espontânea. Pertence à estrutura produtiva, pois recruta os trabalhadores e líderes sindicais e pertence ao Estado, porque forma quadros para o exercício de poder político. Ele recolhe da prática do trabalhador suas demandas imediatas e as eleva a um novo patamar, por meio da crítica reflexiva.

Teoria e prática são unificadas¹¹⁴ pelos intelectuais orgânicos, que são movidos a responder às exigências que surgem das massas em movimento. Nesse sentido, “a atividade do filósofo individual só pode ser concebida, portanto, em função de tal unidade social, ou seja, também ela como política, como função de direção política” (GRAMSCI, 1999, p. 341). Estrutura econômica e superestruturas de coerção e consenso só se separam teoricamente como método expositivo. Na verdade, elas formam uma unidade social. Essa unidade é marcante no pensamento Gramsciano, pois...

... Todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca do mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo. (Geral e particular, transitoriamente operante

¹¹¹ Para Gramsci, mercado determinado é o conjunto de atividades econômicas concretas de uma forma social determinada, consideradas em suas leis de uniformidades, isto é, abstratas, mas sem que a abstração deixe de ser historicamente determinada. Isso quer dizer que esse mercado tende a mudar, caso as atividades concretas de troca e de relações de produção se modifiquem. Para saber mais, ler Gramsci (1999, p. 339).

¹¹² Gramsci põe a sociedade civil em um momento da superestrutura, um momento de hegemonia, condução que um grupo dominante exerce em toda a sociedade. Para tanto, é necessário o controle dos aparelhos ditos privados, escolas, igreja, imprensa etc... Não mais todo o conjunto das relações materiais, mais, sim, todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais todo o conjunto da vida comercial e industrial; mas todo o conjunto da vida espiritual e intelectual (BOBBIO, 1994, p.33).

¹¹³ Para Gramsci (2001a, p. 20) se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

¹¹⁴ Gramsci (1999, p. 388) admite que “se os homens adquirem consciência de sua posição e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre a estrutura e superestruturas existe um nexó necessário e vital”. Talvez, por isso Gramsci eleve a sociedade civil ao nível superestrutural.

– por meio da emoção – ou permanente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida, que passa a se transformar em paixão) (GRAMSCI, 1999, p. 398).

O centro catalisador onde as vontades desagregadas se unificam e se elevam coerentemente é o partido político. Por isso, Gramsci o elegeu como príncipe moderno, o criador de um novo Estado ou uma nova sociedade. A base para a transformação social em Gramsci é a possibilidade de o proletário criar uma nova cultura, independente da cultura burguesa existente. O Estado se ampliou e se transformou em uma arena de disputas de projetos societários antagônicos que pleiteiam a hegemonia. Sendo assim, “se toda a maioria parlamentar fosse de industriais, o parlamento perderia imediatamente a sua função de mediação política e qualquer prestígio” (GRAMSCI, 1999, p. 377).

A revisão feita por Gramsci do conceito de Estado foi de fundamental importância para o entendimento das formações sociais europeias, ou de Capitalismo avançado. Como vimos, o Estado, vigia noturno ou gerente dos negócios burgueses, havia desenvolvido outras funções com a consolidação do capital monopolista: do Estado restrito, da violência e coerção para um centauro moderno, unindo coerção e consenso.

O conceito de hegemonia que Lênin interiorizou em âmbito nacional dizia respeito à liderança que a classe operária deveria impor em suas alianças de classe contra a burguesia. Para Gramsci, uma classe pode impor sua hegemonia para toda a sociedade. A burguesia pode ser hegemônica em vários setores operários; e o proletariado pode conquistar setores importantes da burguesia e de outras classes: seus intelectuais, principalmente.

Estes grupos ou classes com visões de mundo diversas, dentro do sistema democrático burguês, seu parlamento e suas organizações privadas de hegemonia – os partidos políticos, as escolas, igrejas e a imprensa – seriam para Gramsci instrumentos para a conquista da direção intelectual e moral na sociedade civil. Esses aparelhos de hegemonia reproduziam os valores de uma sociedade determinada. Se a burguesia tomou para si a responsabilidade de educar as massas para fortalecer a sua concepção de mundo, também o proletariado, por meio de suas instituições hegemônicas, conseguiria se contrapor e disputar a direção intelectual e moral da sociedade.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais em diversos níveis. Quanto mais extensa for a área escolar e quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado (GRAMSCI, 2001, p. 19).

A burguesia já havia entendido que necessitava educar as massas para evitar confrontos e movimentos revolucionários, formando um consenso cívico entre todos os membros da nação. O proletariado possuía sua própria escola, o partido político:

Para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as categorias gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado diretamente no campo político-filosófico e no campo da técnica produtiva (neste campo formam-se os estratos que correspondem aos cabos e sargentos no exército) (GRAMSCI, 2001, p. 24)¹¹⁵.

Os grupos sociais em uma sociedade capitalista desenvolvida possuíam instrumentos e capacidade de se tornarem dirigentes da sociedade, antes de impor a sua dominação. Na Itália de Gramsci, havia um grande entrave para o desenvolvimento capitalista: a questão meridional ou a questão agrária. No campo, o que predominava era a ação política dos intelectuais, geralmente tradicionais, ligados à igreja, enquanto nas cidades eles se subordinavam aos movimentos políticos das massas, impelidos pelo desenvolvimento da indústria. A união entre camponeses e operários seria uma importante arma para a emancipação do camponês.

O partido político faria a soldagem dos intelectuais orgânicos e tradicionais, elaboraria os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2001, p. 25).

Como afirma Coutinho (2003), o partido é o momento catártico em que as vontades e visões de mundo fragmentadas se homogeneízam de forma integral. No dizer do próprio Gramsci, “no partido político, os elementos de um grupo social econômico superam esse momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (GRAMSCI, 2011, p. 25).

¹¹⁵Deve-se salientar a influência da revolução russa no pensamento de Gramsci. Na Rússia, parte do exército aderiu à revolução, dando a esta a disciplina e hierarquia, sem as quais não seria possível a resistência interna e externa depois da tomada do poder. Ver Lowy (2009).

Portanto, a missão do proletariado que se forma em partido político era transformar a sociedade, suas relações de troca, destruindo, assim, o Estado, sociedade política e todo seu aparato de coerção, na sociedade civil, no consenso. Seu funcionamento era um funcionamento orgânico.

A organicidade só pode ser a do centralismo democrático, que é um centralismo em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo, com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento (GRAMSCI, 2017, p. 92).

Para entender o pensamento desenvolvido por Gramsci, é necessário compreender a ideia de unidade. A sociedade é tudo. A forma como essa sociedade produz sua estrutura econômica impulsiona politicamente os administradores do Estado que, por meio dos seus aparelhos coercitivos, do direito principalmente, aplicam punições aos que resistem, ao mesmo tempo em que irrigam as trincheiras hegemônicas, escola, igreja, imprensa e partidos políticos, com ideologias e ações ativas que visam ao consenso da sociedade. Cabe ao proletariado dirigir toda essa estrutura para transformá-la.

A grande importância que Gramsci deu aos intelectuais no papel de propagadores de uma visão de mundo, mundo organicamente ligado à classe trabalhadora, estava no duplo caráter da práxis humana. Coutinho, analisando esse duplo caráter em Gramsci e Lukács, afirmou que:

A práxis humana, trabalho e a interação, às quais se ligam duas formas de consciência, a desantropomorfizadora (ou científica) e a antropocêntrica (ou ideológica). O trabalho é um processo entre a atividade humana e a natureza, seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso [...] já nas formas mais evoluídas da práxis social, ao lado desse tipo de ação, ganha destaque cada vez maior a ação sobre os outros homens, a qual visa em última instância – mas somente em última instância – a mediar a produção de valores de uso. Mas o conteúdo essencial da posição teleológica, nesse segundo caso, é a tentativa de induzir outra pessoa (ou um grupo de pessoas) a formular e adotar, por sua vez, determinadas posições teleológicas (COUTINHO, 2003, p. 108-109).

A hegemonia burguesa se consolidava por intermédio dos seus instrumentos de governo, que agiam na esfera do consenso, a sua ideologia.

Se a ideologia é decisiva na orientação prática dos homens, então a crítica ideológica, a batalha cultural, torna-se um momento decisivo na luta para agregar uma nova “vontade de coletividade nacional popular”, na luta para superar uma velha relação de hegemonia e construir uma nova (COUTINHO, 2003, p. 112).

A classe burguesa produziu um enorme exército de burocratas, agentes ideológicos que propagam como religião a visão de mundo que possuem, herdadas pela educação e formação da classe dominante e que dirigem os altos postos, colocando-se acima dos regimes e instituições. Assim,

a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas de atividade prática privada, que controla assim os regimes e a burocracia [...] modificar a preparação do pessoal técnico-político, complementando sua cultura de acordo com as novas necessidades [...] o tipo tradicional de dirigente político para atividades jurídicos-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal (GRAMSCI, 2001, p. 34-35).

Uma vez que era possível formar quadros governantes com outra visão de mundo, com outra cultura, era possível travar uma guerra de posição, que consistia em ocupar lugares-chaves e, com isso, combater a ideologia dominante por dentro da sua própria estrutura. Isso requeria do partido uma ação incessante de educação e disciplina. O partido era esse instrumento de formação de novos quadros, exércitos de soldados para ocupar as trincheiras da sociedade civil para dirigi-la.

O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2017, p. 16).

Após um longo percurso intelectual, Gramsci esclareceu a diferença entre as condições que permitiram o avanço da revolução russa e os fatores que a impediram no Ocidente.

Após 1870, com a expansão colonial europeia, todos esses elementos se modificaram, as relações de organização internas e internacionais do Estado se tornaram mais robustas e complexas, e a fórmula da “revolução permanente” própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte da política o que ocorre a arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; [...] as estruturas maciças das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constituem para a arte política algo similar às trincheiras e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição. Faz com que seja

apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía toda a guerra (GRAMSCI, 2017, p. 23-24).

Foi o crescimento histórico das forças produtivas pouco desenvolvidas na Rússia que possibilitaram aos bolcheviques o êxito da revolução, com um assalto frontal ao Estado czarista. No Ocidente, esse desenvolvimento proporcionou uma ampliação das funções do Estado, integrou parte da classe trabalhadora ao consumo e impediu um movimento revolucionário similar em seus domínios. Isso por que...

... No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente¹¹⁶, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil (GRAMSCI, 2017, p. 266).

A análise das diferenças entre Oriente e Ocidente serviu ao movimento proletário, principalmente das periferias, como categorias de entendimento da realidade. Gramsci não resistiu ao cárcere fascista, mas seu pensamento vive, enquanto seus detratores e algozes jazem no limbo do esquecimento. Seu legado atingiu a universalidade, pois...

... Gramsci é o responsável por uma superação dialética do pensamento marxista clássico, no que se refere tanto à teoria do Estado quanto à revolução socialista; e a superação dialética é a tradução aproximada da noção hegeliana de *aufhebung*, ou seja, de um processo de desenvolvimento que certamente conserva, mas, também, elimina e eleva a nível superior (COUTINHO, 2003, p. 183).

Por mais difíceis que seja trilhar os labirintos dos seus escritos carcerários, Gramsci é leitura obrigatória para entendermos parte da nossa formação. Seu pensamento foi absorvido pelas esquerdas na América Latina desde a década de 1950. Na década de 1960 e principalmente na década de 1970, quando seus escritos chegaram ao Brasil, Gramsci foi considerado um brasileiro, pela identificação de sua obra com a realidade do país.

¹¹⁶Coutinho (2003) afirma que Ocidente e Oriente não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formações econômico-sociais, em função, sobretudo do peso que com que eles possuem a sociedade civil em relação ao Estado. Tudo indica que com o desenvolvimento histórico, as sociedades orientais se transformem em ocidentais. No nosso entendimento, pode-se dizer que esse conceito se refere a países modernos e atrasados, ou ainda, capitalistas e pré-capitalistas.

Cena V: Periferia do Capitalismo.

Esta cena tenta reproduzir a formação de uma sociedade na periferia do capital e sua tentativa de se tornar competitiva no mercado mundial. O cenário é o da crise do Capitalismo, do *crash* da bolsa de 1929; a fumaça tem aroma de café; a trilha sonora é de Francisco Alves e Carmem Miranda. Figurante ilustre é Prestes. Mas o roteiro é conhecido: a dependência. O diretor, o capital, dirige com mãos de ferro as ações de exploração absoluta.

O desenvolvimento histórico da América Latina em geral, e do Brasil em particular, não se deu como em parte dos EUA, que tinha um caráter de povoamento e formação de uma nova nação.

No Brasil, a colônia era de exploração, o que se resolvia com uma feitoria. Quando decidiu pela ocupação definitiva do solo, esse caráter não se desfez. Criou-se uma elite agrária para gerir o grande latifúndio exportador; e uma elite comercial para escoar as especiarias da colônia para metrópole e fazer o comércio da mão de obra escrava, da África para a colônia, muito mais rentável do que tentar escravizar o brávo gentio.

No desenvolvimento dos trezentos anos de pacto colonial, os principais ciclos econômicos – do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro e até do ciclo do café – criaram condições de enfrentamento entre os senhores de terra e a elite comercial; entre escravos e senhores de terra; entre a rala população miscigenada e a estrutura colonial que aqui se formou.

Várias foram as revoltas que por aqui se fizeram sentir. No entanto, os acontecimentos significativos que marcaram as mudanças importantes da nação se deram pelo alto, pelas elites, sem a participação popular. Foi assim a independência, a passagem do império para a República e até o golpe civil-militar de 1964. Elite e forças armadas se constituíram como os agentes de mudança ou de acomodação das novas condições históricas às antigas instituições.

Foi somente com a extinção da escravidão, com a chegada de imigrantes para a formação de mão de obra assalariada e o embranquecimento da população, com o desenvolvimento de centros urbanos e a possibilidade de industrialização aberta pela Primeira Guerra Mundial que começam os enfrentamentos típicos do

Capitalismo, entre capital e trabalho¹¹⁷. A década de 1920 refletiu as mudanças que vinham tomando forma na estrutura econômica e política do país¹¹⁸.

A crise estrutural da República velha, com sua base oligárquica, provocou movimentos de contestação dentro das Forças Armadas, que ficou conhecido como Tenentismo¹¹⁹. A força do operariado ainda não era capaz por si mesma de liderar uma revolução naquele momento, embora já se organizasse em sindicatos e já contasse com o Partido Comunista Brasileiro¹²⁰.

O enorme contingente liberado após a abolição dos escravos não significou uma clássica acumulação primitiva de capital. Não tínhamos uma burguesia industrial para absorver a força de trabalho liberada e nem havia a intenção de incorporação do negro no novo regime assalariado. Essa massa humana, destituída de tudo, ocupou os cortiços e depois os morros, principalmente no Rio de Janeiro. De escravos a marginais perigosos, negros e pobres, os inclassificáveis em seus guetos, conseguiram resistir e criar um estilo musical que, após saneado, virou símbolo nacional: o samba¹²¹.

¹¹⁷A primeira greve geral de trabalhadores no Brasil foi registrada em 1917. O aumento das exportações para os países beligerantes afetou o abastecimento interno de alimentos, causando elevação dos preços da pequena quantidade de produtos disponíveis no mercado. Embora o salário subisse, o custo de vida aumentava de forma desproporcional, deixando os trabalhadores em más condições para sustentarem suas famílias e fazendo com que as crianças precisassem trabalhar para complementar as rendas domésticas. Além disso, as condições de trabalho e a extenuante jornada imposta aos trabalhadores eram comparáveis com o início da industrialização inglesa. Outro fato que contribuiu para a organização dos trabalhadores foi que eram, geralmente, italianos e espanhóis, que já tinham experiências, principalmente anarquistas (SANTIAGO... Acesso em: 20 set. 2017).

¹¹⁸A semana de arte moderna de 1922, a criação do Partido Comunista Brasileiro, no mesmo ano

¹¹⁹O Tenentismo foi um movimento que ganhou força entre militares de média e baixa patente durante os últimos anos da República Velha. No momento em que surgiu o levante dos militares, a inconformidade das classes médias urbanas contra os desmandos e o conservadorismo presentes na cultura política do país se expressava. Ao mesmo tempo, o Tenentismo era mais uma clara evidência do processo de diluição da hegemonia dos grupos políticos vinculados ao meio rural brasileiro. Para saber mais, ver Sousa (Acesso em: 04 nov. 2017).

¹²⁰A organização sindical era de base anarquista. O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922 até os anos de 1930, tinha como meta “o esforço de criar no país uma cultura socialista e um modo proletário de fazer política. Recorde-se que, ao contrário de outros países, o Brasil não teve, antes de 1922, qualquer experiência partidária anticapitalista de alguma significância (exceção feita à pioneira ação dos anarquistas, cujo protagonismo esgotou-se com a greve geral de 1917 e algumas tentativas malogradas de se constituir no Brasil um partido de matiz operária)” (PARTIDO... Acesso em: 07 set. 2017).

¹²¹O samba desceu os morros e ocupou as praças. A cidade tentou uniformizá-lo, tirando-lhe suas raízes. Noel Rosa reforçou essa característica de o samba ser social e não algo mágico. Em feitiço da vila, Noel se esforça para retirar do samba, o seu caráter mágico ritualístico dos negros e dar-lhe um caráter mais geral, popular: “a vila tem um feitiço sem farofa sem vela e sem vintém, que nos faz bem, tendo nome de princesa, transformou o samba, num feitiço decente que prende a gente”. A força do samba se impôs como gênero musical original do país, mesmo a contragosto de alguns, virou produto de exportação.

O golpe decisivo na chamada República velha veio com a crise econômica mundial de 1929. Tendo início na bolsa de Nova York, a crise se espalhou por todos os países avançados e repercutiu também na periferia. Nossas importações sofreram baixas importantes, enfraquecendo ainda mais a base econômica nacional que tinha no café seu produto principal. As exportações, que atingiram US\$ 445 milhões em 1929, caíram para US\$ 180 milhões em 1930. A saca do café que era comercializada a 200 mil-réis em agosto de 1929, caiu quase 90%, para 21 mil-réis em janeiro de 1930 (FUCS... Acesso em: 21 jul. 2017).” A saída encontrada para estabilizar os preços foi literalmente a queima dos estoques.

No entanto,

Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem, neste momento de subversão econômica internacional, vemos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola, como industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria o sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais resultaria no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias (PRADO JUNIOR, 2012 p. 221).

A expansão da economia americana, que encontrava na Primeira Guerra Mundial seu impulso, não parou seu processo de produção durante a década de 1920. No entanto, uma vez recuperadas, as economias europeias diminuíram suas importações. Sem escoamento da produção, os imensos estoques americanos fizeram o preço despencar, e com eles suas ações na bolsa de Nova York.

A superprodução e a financeirização da economia provocaram a falência de milhares de negócios; o desemprego alcançou patamares alarmantes; o Estado teve de intervir; o mercado ruiu, levando o Liberalismo clássico a sofrer duras críticas, sendo adaptado para a nova realidade do Capitalismo monopolista e possibilitando uma maior intervenção do estado na economia.

A crise econômica mundial possibilitava uma mudança na base produtiva do país, que já vinha dando sinais de crise desde o último quartel do século XIX, “a crise econômica mundial de 1875 e a crise de superprodução de café de 1880-1886, que acarretaram a ruína de muitos fazendeiros, comerciantes e bancários, tornaram evidente a vulnerabilidade da economia cafeeira” ¹²². A dificuldade na formação de

¹²²Desde a metade do século XIX, principalmente após a expiração de tratados comerciais desiguais com os ingleses, o governo brasileiro tentou incentivar a produção de artigos têxteis em território

uma base industrial estava organicamente ligada à nossa formação social: latifúndio e grande lavoura, senhor de engenho e escravo. Nessas condições, “o florescimento do agente burguês foi sufocado”¹²³.

Durante toda a República velha (1889-1930), a classe latifundiária dominava o Estado, utilizando-se dele para se manter no poder, bem como dominava a base da produção agrária-exportadora que as favorecia¹²⁴. Com o desencadeamento da crise de 1929, “o café deixou ser o produto que determinava os destinos da economia brasileira, mas por décadas o país ainda continuaria a ter uma produção agrícola superior à industrial”¹²⁵. Com as tentativas de manutenção dos preços via política cambial, abriu-se para a indústria a possibilidade de abastecimento do mercado interno a partir de um processo de substituição de importações, classicamente analisado por Celso Furtado (1980) em *Formação econômica do Brasil*. A industrialização tomou impulso com o grupo social local, pertencente aos “comerciantes importadores e exportadores de origem estrangeira, empresários-imigrantes pertencentes à nova corrente migratória, que chegaram ao país no final do século XIX com a esperança de enriquecer rapidamente”¹²⁶. A industrialização do Brasil, seguiu, assim, um desenvolvimento particular, em que a introdução de uma burguesia e do trabalho assalariado conviveu com uma elite agrária forte, que conseguia manter seu status de cidadania exclusiva¹²⁷. A chamada revolução de 1930 foi uma mudança do comando do Estado para a introdução industrial, mantendo privilégios arcaicos da elite tradicional.

nacional. Medidas protecionistas e subsídios inspiraram alguns brasileiros ricos a criar empresas industriais, mas ainda era incipiente e de pequena monta. (LACERDA, et al., 2010, p. 73-91).

¹²³Fernandes (1981) analisou como os móveis econômicos nacionais, os senhores e comerciantes, uma vez livres do pacto colonial, tiveram de agir no sentido da modernização, mas mantendo formas arcaicas de dominação, constituindo um desenvolvimento desigual e combinado, excluindo as massas da participação política.

¹²⁴De um lado, o Estado aplicava a política cambial para manter os preços do café em alta, quando essa política alcançava seus limites, o Estado comprava parte da produção do café, via empréstimos externos (LACERDA, et al., 2010, p.98- 105).

¹²⁵Ainda segundo os autores, somente em 1956 a situação se inverteria e somente na década de 1970 se daria a superação da indústria nas exportações (LACERDA, et al., 2010, p. 99).

¹²⁶Tais imigrantes eram especialmente agressivos. Do comércio de importação, como impulso de acumulação, organizavam suas próprias empresas (LACERDA, et al, 2010, p. 80-86).

¹²⁷Segundo Fernandes (1981), com o aburguesamento do senhor de engenho e sua vinda para as cidades, “o senhor torna-se cidadão, sociedade civil”. Exclui-se a população de qualquer direito ou status de cidadania.

A revolta paulista de 1932¹²⁸ mostrou que a nova República não era unanimidade e que havia resistência. As instabilidades políticas que marcaram o início da década de 1932 terminaram com o golpe de Estado, perpetrado por Getúlio Vargas, em 1937, instaurando o período chamado de Estado Novo. Embora a indústria passasse a ser o setor dinâmico da economia, a formação da classe trabalhadora ainda não se apresentava madura o suficiente, levando os líderes do PCB a se aproximarem do movimento dos tenentes para se contraporem às concepções fascistas que se desenvolveram no período¹²⁹.

A industrialização que se iniciou na década de 1930 era fruto de uma nova divisão internacional do trabalho. Era preciso produzir mão de obra qualificada, reformar a educação (para esse objetivo era fundamental) e criar uma universidade, além de incentivar a pesquisa, formar uma nova intelectualidade, disposta a pensar a nova realidade que estava sendo posta. A criação da Universidade de São Paulo – a USP, em 1934 – foi um marco dessa nova Era¹³⁰.

Segundo Menegat (2015), foi desse período o nascimento de uma teoria crítica, preocupada com o desenvolvimento social do país. O movimento literário, segundo Candido (2013), fez os brasileiros se conhecerem, se integrarem; os movimentos das classes subalternas se formaram com a industrialização, tais como o proletariado industrial urbano, os movimentos dos trabalhadores rurais, intelectuais de visão crítica e estudantes iam fortalecendo-se e se organizando até se apresentarem como alternativa e se confrontarem com o poder do capital.

¹²⁸O movimento constitucionalista de São Paulo conseguiu reunir aproximadamente 35 mil pessoas. Foi reprimido pelo exército. O retorno à velha política estava fadado ao fracasso. Sobre a revolução de 1930, ver Fausto (1995).

¹²⁹Mesmo sem participação direta no evento político que derrubou a república oligárquica, o PCB se colocou como uma força política importante nesta nova quadra da história brasileira: foi a organização que mais coerentemente enfrentou o avanço do integralismo (caricato movimento nazifascista no Brasil). Já contando com Luiz Carlos Prestes – que se tornaria o seu dirigente mais conhecido – o PCB articulou uma grande frente nacional antifascista, com um projeto de desenvolvimento democrático, anti-imperialista e antilatifundiário. O Partido tornou-se o núcleo dinâmico da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista que reuniu comunistas, socialistas e antigos "tenentes" insatisfeitos com a aproximação entre Vargas e a oligarquia afastada do poder em 1930. Posta na ilegalidade a ANL, o PCB promoveu a insurreição de novembro de 1935. Partiu da tomada de quartéis no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro mas, devido à sua desarticulação e ao não envolvimento das massas, foi dominada, tendo sofrido violenta repressão por parte das forças de segurança do Estado (PARTIDO... Acesso em: 07 set. 2017).

¹³⁰Criada em janeiro de 1934, USP, pretendia, como disse Sergio Milliet, que de São Paulo não sairia "mais guerras civis anárquicas, e sim, uma revolução intelectual e científica suscetível de mudar concepções econômicas e sociais dos brasileiros", algo já bem próximo do pensamento gramsciano de hegemonia cultural (ANOS... Acesso em: 18 set. 2017).. Ver: anos de incerteza (1930-37) criação da Universidade de São Paulo. Disponível em: cpdoc.fgv.br.

Antes, porém, era preciso destacar que o Processo de Substituição de Importações (PSI) tinha seus limites e contradições: “Tratava-se de um processo de industrialização ainda incompleto, uma vez que setores produtores de bens de capital e de bens intermediários, os chamados bens de produção, eram pouco desenvolvidos no país¹³¹”. Como vimos em Marx, com o Capitalismo se consolida a grande indústria, onde se reúnem os meios de produção e a força de trabalho sob o comando do capitalista.

Como produtor primário exportador, o país precisava importar os meios de produção, ficando dependente dos países centrais que detinham o conhecimento dessa tecnologia. Os investimentos para a importação de bens de produção dependiam do aumento da exportação de produtos primários, fortalecendo nossa dependência interna em relação à elite agrária.

Essa dupla dependência sofreu os reflexos do Segundo Conflito Mundial, que abalizou a solução para o colapso econômico e a recessão que marcaram a década de 1930. De 1939 a 1945, o mundo mergulhou em um conflito sem precedentes na história da humanidade. Destruição em massa, holocausto e a utilização da energia nuclear como arma de guerra, foram algumas das heranças de um conflito que mudou o mundo.

Desse conflito quente, nasceu outro, latente e intermitente, entre as duas potências mundiais: os EUA, capitalistas, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), comunista. O Capitalismo monopolista criou na Europa um Estado de Bem-Estar Social; o Comunismo russo planificou a economia e unificou a política no partido único e sem dissenso, o Partido Comunista Russo (PCR). A guerra fria entre as duas potências mundiais explodiu em conflitos sangrentos em diversas partes do globo, entre países que adotaram o projeto econômico e ideológico que as duas potências lhes emprestam como modelo.

No Brasil, o conflito interrompeu as importações, desequilibrando as finanças, alternando bons e maus resultados e fazendo o país depender das ações do Estado em sua política cambial. Assim,

¹³¹ Os autores destacam que estudiosos como Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello analisam essa industrialização tardia do país e até o plano de metas de Juscelino Kubitschek poderia ser denominada de “industrialização restringida” (LACERDA, et al, 2010, p. 104).

o aumento da exportação e o declínio das importações, ainda mais acentuadas no segundo conflito, fez cessar momentaneamente o sistema opressivo pelo qual se manifestam as contradições do nosso sistema econômico. O desequilíbrio crônico da balança de pagamentos exteriores (PRADO JUNIOR, 2012, p. 229).

Aproveitando do momento de crescimento industrial, Getúlio Vargas, hábil e carismático, se aproximou do povo e institucionalizou a filantropia e a caridade, com a criação a Legião de Brasileira de Assistência (LBA), em (1942); aproximou-se dos trabalhadores urbanos industriais, com a Consolidação das Leis do Trabalho, decreto assinado no dia dos trabalhadores de 1943; e se aproximou da burguesia industrial, ao fortalecer a participação do Estado na construção da indústria pesada, sem deixar de atender aos interesses das elites agrárias, deixando de fora a regulamentação do trabalho no campo. Entre as indústrias criadas pelo Estado nesse período, destacam-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no Rio de Janeiro, em 1941; e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Minas Gerais, em 1942.

Com o fim do conflito e com o país aliado ao Ocidente, ou seja, às democracias parlamentares burguesas, Getúlio se enfraqueceu e foi substituído, não sem reações dos próprios trabalhadores, que ansiavam com sua permanência no poder. Abriu-se uma nova fase democrática, de participação política, de fortalecimento dos partidos e sindicatos, das associações, da sociedade civil. A influência dos EUA na América Latina no período do pós-guerra se intensificou com o resultado do conflito e com a ameaça comunista que se apresentava como alternativa ao imperialismo norte-americano.

Assim como no término do primeiro conflito, o fim do segundo consolidou vários acordos e Organizações para assegurar o equilíbrio econômico e a paz. O tratado de Breton Woods¹³² consolidou os EUA na hegemonia mundial. Foi também desse período a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), como tentativa de cooperação mundial; o Fundo Monetário Internacional (FMI); e o Banco Internacional

¹³²Firmado em 1944, o acordo previu a conversibilidade de todas as moedas em dólar, que foi equiparado ao ouro. Na verdade, os superávits dos EUA em 1947 eram igual a todas as reservas de ouro e dólares de todos os outros países (KILSZTAJN, 1989).

para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), além de, mais uma vez promover a reconstrução europeia, como contenção ao comunismo russo, O plano Marshall¹³³.

Na América Latina, que os EUA achavam parte do seu quintal, foram criadas instituições estratégicas: em 1948, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), mais tarde abrangendo o Caribe. Também nesta época foi criada, no Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), que mais tarde forneceu o pessoal para direção do país sob o regime militar. De um lado, havia a cooperação intelectual e econômica, o consenso; de outro, o fortalecimento das forças armadas, a coerção. O centauro maquiavélico estava montado. No momento analisado, o consenso era suficiente. Em 1964, essa relação se inverterá e o consenso dará lugar à coerção.

Na Europa, a hegemonia econômico-cultural norte-americana, no entanto, assumiu uma forma particular: o Liberalismo ortodoxo americano deu lugar ao Keynesianismo que, associado à regulação fordista, proporcionou ao Estado monopolista maduro a possibilidade de sua legitimação perante as classes subalternas¹³⁴,

Através da política social, o Estado burguês no Capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe das categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2011, p. 30).

A constituição de um Estado de Bem-Estar na Europa, além de barrar o avanço do comunismo no continente, “foi um importante instrumento de desarme ideológico dos trabalhadores e na legitimação do poder da burocracia sindical e partidária, quase sempre, lembremos, oriunda da aristocracia operária” (LESSA; TONET, 2012, p. 68). Na periferia, as condições materiais para a consolidação do Bem-Estar nunca se concretizaram, embora servissem de modelo de cidadania. Marx (2009b, p. 130) já havia advertido que, “os povos modernos conseguiram apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países, impondo-a sem véus no novo mundo”.

¹³³O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

¹³⁴O Fordismo “consiste em um modelo produtivo que foi implementado por Henry Ford em sua indústria automobilística. Esse modelo surgiu na primeira metade do século XX e revolucionou a forma de se produzir, aumentando consideravelmente a produtividade industrial, se comparada com o período anterior, em que a produção manufatureira predominava. Trazia como inovações a especialização da mão-de-obra, esteira de produção, padronização e produção em massa. A isso a teoria de Keynes preconizava, pleno emprego, mais consumo, aquecimento do mercado e reinvestimento industrial. Isso acabaria com a crise de superprodução como a de 1929 (MAPA... Acesso em 20 out. 2017).

Essa sentença se atualizava com a consolidação do capital monopolista. A política social era o disfarce funcional do Bem-Estar europeu, uma vez que ela...

... Se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho. Ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social (NETTO, 2011, p. 31).

Na periferia do capitalismo, continuava a escravidão sem véus, absoluta. No Brasil, com a democracia reestabelecida, Vargas disputou as eleições presidenciais de 1950, retornando ao poder nos braços do povo. A conjuntura econômica o favoreceu. Assim, o novo recém-presidente...

... Aproveitando-se dela, lançou um programa de fomento da atividade industrial. Abriram-se as comportas para a importação de equipamentos industriais, matérias-primas e semi-processadas, embora sem pleno conjunto e cuidadosa discriminação como se faria mister, não fossem os objetivos imediatistas e essenciais dessa política, como realmente foram, de tão somente favorecer interesses financeiros privados (PRADO JUNIOR, 2012, p. 233).

A dinâmica do capital impedia um desenvolvimento autossustentado na periferia, como aconteceu no centro do sistema. A dependência econômica fazia com que os mecanismos cambiais fossem o instrumento usado para compensar as dificuldades que o país encontrava para competir no mercado mundial. O resultado é que

O país ingressará definitivamente num processo inflacionário autoestimulante e de efeitos cumulativos cujo paradeiro não se enxergará mais e que se prolongará pelos tempos afora com todas as danosas consequências que lhe são inerentes (PRADO JUNIOR, 2012, p.234).

Essa desastrosa política jogava nos ombros das classes subalternas da cidade e do campo o ônus da dívida adquirida. O resultado foi o fortalecimento dos movimentos de resistência no campo, nas cidades, entre os intelectuais e estudantes durante a década de 1950. Por outro lado, Vargas intensificou o PSI de bens de consumo para a indústria pesada. Havia um projeto nacionalista em curso, e projetos como a Petrobras, Eletrobrás entre outras indústrias estratégicas faziam parte dessa concepção que

restringia as possibilidades de financiamento externo ou participação de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos. Era uma acumulação financiada internamente pelas altas taxas de lucro das atividades industriais impulsionadas pela política de valorização cambial e

pela transferência dos excedentes do setor agroexportador para a indústria (LACERDA, et al., 2010, p. 122)¹³⁵.

Não é difícil imaginar a pressão das elites internas e externas contra o projeto nacionalista de Vargas. O presidente escolheu “sair da vida e entrar para história”. Sua morte foi um duro golpe nos adversários que, pela reação popular, se viram obrigados a esperar outra oportunidade de tomar o poder. Golpeou também os líderes do PCB que, diante da comoção nacional, tiveram que abrandar as críticas que faziam ao presidente e participar das manifestações de apoio espontâneas do povo. O fortalecimento dos movimentos sociais subalternos provocou os pretextos para a reação conservadora perpetrar seu golpe.

¹³⁵“A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, financiado por intermédio de um adicional sobre o Imposto de Renda, foi fundamental para o financiamento de projetos de infraestrutura de transporte e energia e, posteriormente, de projetos de implantação industrial. Em 1953, foi tomada uma iniciativa também bastante importante para a continuidade do desenvolvimento industrial posterior: a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que condicionava as importações aos interesses industriais, mediante o leilão de divisas com câmbio diferenciado conforme a essencialidade da importação” (LACERDA, et al., 2010, p. 122-3).

Cena: IV: A impostura dos inclassificáveis.

O Samba do Operário.

Se o operário soubesse
Reconhecer o valor que tem seu dia
Por certo que valeria
Duas vezes mais o seu salário
Mas como não quer reconhecer
É ele escravo sem ser
De qualquer usurário
(Nelson Sargento)

Nesta cena, os subalternos se organizam. Estudantes, camponeses, intelectuais e trabalhadores aparecem como elementos da transformação; seu roteiro é o da justiça social. A classe dominante e suas frações se rendem definitivamente à dependência estrangeira; a igreja reza o credo conservador; e o Estado defende a ordem. O cenário são as cidades e o campo do país.

Café Filho substituiu Vargas, encontrando a economia do país com seu crônico problema financeiro. As medidas para saná-la foi a subordinação direta ao capital estrangeiro; a partir da norma n. 113, o capital nacional se associou ao internacional.

A associação será o caminho adotado por muitos industriais brasileiros. [...] Através de seus novos associados, beneficiavam-se dos favores concebidos a estes últimos acabarão mesmo tirando vantajoso partido da situação, porque embora perdessem com a associação *sua anterior e completa independência e autonomia*, terão resolvidos seus principais problemas financeiros e técnicos com os grandes recursos dos novos sócios, o que lhes permitirá verem suas empresas crescerem e prosperarem muito além a que poderiam, isolados, aspirar (PRADO JUNIOR, 2012, p.239, grifos nossos).

Com a associação, o capital nacional e seu agente burguês conseguiram reproduzir na periferia um estilo de vida europeu. Seu consumo, sua educação, seus gestos, gostos e sua aparência eram a expressão da civilidade dos países centrais. Seu medo dos de baixo, sua covardia, sua violência, seus modos rudes, sua incapacidade formavam sua verdadeira essência. Não hesitaria em utilizar métodos violentos para continuar no poder. Para o imperialismo, em sua ânsia de lucros, a democracia não poderia significar empecilhos ao seu avanço. Um governo totalitário conduziria a industrialização sem sustos¹³⁶.

¹³⁶Theotônio dos Santos (1998, p. 11), fazendo um balanço e perspectivas da teoria da dependência, afirma que na década de 1950, com os projetos norte-americanos para o desenvolvimento da América Latina, cogitou-se a possibilidade de medidas militares para esse objetivo. Ele cita o

Para as multinacionais, “a associação com nacionais lhes facilitava a tarefa e abria caminho mais cômodo, politicamente seguro para sua penetração na economia brasileira” (PRADO JUNIOR, 2012, p. 239). Isso significava que a penetração das multinacionais no país tinha por objetivo a extração de mais-valia absoluta e transferência direta para suas matrizes.

O que a burguesia brasileira exportava era a força de trabalho barata dos trabalhadores. Por não ampliar o mercado interno, não era necessário subordinar a agricultura, permanecendo o moderno e o arcaico, o passado e o presente abraçados à dependência, à dominação e ao privilégio. Como o Estado dependia dos investimentos externos, formava-se o tripé para o desenvolvimento capitalista, conduzido pelo alto, sem a participação das classes subalternas.

Ao assumir a presidência (1956-61), Juscelino Kubitschek (JK), diferente do projeto nacionalista de Vargas, subordinou o desenvolvimento ao capital estrangeiro.

O governo de JK utilizou o instrumental do planejamento, técnica então recém-introduzida no país, para sintetizar sua proposta política de desenvolvimento industrial acelerado. No contexto mundial de então, a ideologia desenvolvimentista, verdadeiro sinônimo de industrialização, havia se tornado a chave e a palavra de ordem para escapar do chamado subdesenvolvimento (LACERDA, et al., 2010, p. 143).

O script estaria perfeito se os trabalhadores urbanos e os camponeses estivessem satisfeitos com tamanha exploração. Aquele caldo cultural que começou a esquentar nos anos de 1930 já estava consistente o bastante para alimentar um movimento de resistência popular.

O Brasil já possuía várias obras teóricas, econômicas e sociais, que analisavam criticamente nossa realidade. Sergio Buarque, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Celso Furtado entre outros. Em termos de organização prática, tínhamos um ambiente democrático com vários partidos políticos, sindicatos, mesmo sob tutela do Estado, e os movimentos do campo que a partir de 1954¹³⁷, começaram a se organizar politicamente.

manifesto anticomunista de Rostov que, entre outras coisas, via a possibilidade da planificação russa ser usada para o desenvolvimento de nossa região.

¹³⁷A partir da década de 1950, o movimento no campo tem, na figura de advogado e político, Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (PSD), um líder e articulador. Esse movimento pela posse da terra foi duramente reprimido e foi um dos motivos do golpe de 1964.

Como não podiam possuir sindicatos legalmente, a formação das “ligas” passou a ser o instrumento de organização no campo. Para regularizar uma liga camponesa, bastava o registro em cartório; isso começou a se expandir na medida em que o progresso capitalista trazia a miséria para o campo. As ligas que começaram em Pernambuco se espalharam, ganhando força de organização e servindo de modelo para outros movimentos.

Ligas Camponesas funcionavam com duas seções, a *Organização de Massas* (O.M.), que reunia moradores da cidade (Ligas Urbanas), mulheres (Ligas Femininas), pescadores (Ligas dos Pescadores), Ligas dos Desempregados, Ligas dos Sargentos e todas as pessoas que admitiam a necessidade da reforma agrária e a *Organização Política* (O. P.), que aceitava apenas determinados membros da *Organização de Massas*, aqueles que se destacavam em seu trabalho, reunindo qualidades políticas, ideológicas e morais que justificassem sua condição de militante da organização (GASPAR, 2009, s/p).

A organização camponesa colocava em pauta a reforma agrária, e questionava o privilégio das elites agrárias e do latifúndio. Ao mesmo tempo, nas cidades o movimento sindical estava se fortalecendo. A figura de João Goulart foi fator importante desse fortalecimento. Ministro do Trabalho no governo de Vargas, Goulart era vice-presidente de JK; ele foi figura central para conduzir o diálogo junto às reivindicações dos trabalhadores urbanos.

Quando Jânio Quadros assumiu o governo do país em 1961, Goulart foi eleito seu vice. Por outro lado, o PCB, que seguia as orientações de Moscou, teve de rever sua posição diante do relatório Krushev, que denunciava o personalismo de Stalin e seus crimes.

A revisão em curso em todo Movimento Comunista Internacional e a necessidade de renovação imposta por ela, obrigava o PCB a se debruçar sobre a realidade nacional no intuito não apenas de compreender o processo histórico brasileiro, mas, sobretudo de elaborar uma política nacional fiel à essa realidade. Embasado por essas necessidades, o PCB abandonou as 30 teses do Manifesto de Agosto de uma “colonização crescente” do país pelo imperialismo norte-americano, da caracterização da Constituição de 1946 como fascista e reacionária, de uma concepção explosiva de revolução e de uma política de confronto com o Estado, e avançou para uma análise mais realista da sociedade brasileira e do processo em curso. Tanto o processo de desestalinização de todo MCI e a política de “coexistência pacífica” com os Estados Unidos, desenvolvida pela URSS no plano externo quanto o crescente processo de democratização brasileira no plano interno, favoreciam o abandono dessas teses (MOURA, 2005, p. 29).

A realidade brasileira com a qual o PCB devia se atentar era alarmante. Os altos índices de analfabetismo reacendiam os debates iniciados na década de 1930 sobre a reforma da educação. Desde o período da redemocratização, em 1945, tramitava no congresso a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que só chegou a atingir o status de Lei em 1961¹³⁸.

Desse impasse institucional, surgiu um dos maiores projetos de educação popular do Brasil: o método Paulo Freire, que se baseava em educar o povo a partir da sua própria experiência de vida. A crítica proposta por Freire se aproximava do projeto de escola unitária de Gramsci, no sentido de fazer os de baixo criticar o senso comum, por meio de um bom senso e chegar à crítica da realidade em que estavam inseridos. Esse projeto foi abortado com o golpe¹³⁹.

Se um projeto de educação pública encontrava resistências e obstáculos para se concretizar, na área econômica a Cepal se mantinha atrelada à ideia desenvolvimentista de JK. O economista Celso Furtado, integrante da Cepal, assumiu como interventor do grupo de trabalho para o desenvolvimento, e desenvolveu estudos para a agitada Região Nordeste.

Em 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (Sudene). Havia a expectativa de que a integração econômica das regiões acabaria por proporcionar um equilíbrio de oportunidades, diminuindo os atritos sociais já referidos. Mas o capital se desenvolve onde as condições são as mais satisfatórias.

A fabricação de veículos, que desde 1953, vinha sendo produzidas com peças importadas, ganhou, com JK, as condições ideais para se transferir para o solo brasileiro. Em 1959, a Volkswagen começou a produzir o primeiro fusca brasileiro em São Bernardo (SP), o primeiro polo operário da indústria moderna.

No âmbito político, as forças conservadoras se aglutinavam no partido da ordem: a União Democrática Nacional (UDN). Fundada em 1945, tinha por base a oposição a Vargas, agregando as elites agrárias, a burguesia e classes médias urbanas dissimuladas.

¹³⁸ A primeira lei de Diretrizes da Educação levou quinze anos no congresso, entrou em vigor em 1961 e foi reformada, após o golpe de 1964.

¹³⁹ Alves (2013) analisa o método de Paulo Freire como forma de resistência popular e de conhecimento da realidade.

Vargas havia fundado dois partidos, o Partido Social Democrata (PSD), sua base parlamentar, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua base popular, ligados aos sindicatos e às massas. Para o primeiro, a política tradicional de desenvolvimento econômico. Para o segundo, promessas e reformas pontuais, agrária, urbana e uma Política Externa Independente (PEI). Essas forças chegaram ao poder em 1961. Jânio Quadros, apoiado pela UDN, teve por vice, João Goulart, apoiado pelos setores progressistas.

Antes disso, porém, uma revolução socialista sacudiu o império americano e ascendeu a chama revolucionária em toda a América Latina: a revolução cubana era o símbolo do anti-imperialismo.

Se uma pequena ilha caribenha havia se libertado do jugo ianque, outros países também o poderiam. A reação americana foi a de implementar um caminho seguro de desenvolvimento capitalista, ou seja, a coerção total: um Estado de exceção em que somente as elites participariam com o status de cidadania e os movimentos democráticos seriam suprimidos com uma brutalidade atroz. Passou-se a advogar a industrialização como etapa insuperável da modernização, sendo conduzida pela elite e pelo Estado, ambos subordinados ao capital estrangeiro.

Foi nesse clima de tensão internacional que o então presidente Jânio Quadros renunciou ao mandato, numa tentativa de voltar fortalecido nos braços do povo. Sua tentativa, porém, se transformou num erro político sem volta. Em seu lugar, deveria assumir o vice, João Goulart, que estava em visita à China. Houve, por parte da elite conservadora, uma intensão de impedir que João Goulart assumisse. Após tensões e acordos, ele assumiu sob regime parlamentarista, regime este que deveria passar por plebiscito.

Com o apoio das massas e de segmentos da burguesia nacionalista, “Jango”, como ficou conhecido, representava a possibilidade real para concretização dos objetivos do partido: a constituição de um governo nacional e democrático e a realização das reformas de estrutura, ou seja, os primeiros passos para a realização da via brasileira (nacional e democrática) ao Socialismo (MOURA, 2005, p. 41).

Com a rejeição do parlamentarismo pelo povo, Goulart se fortaleceu, aproximando-se de lideranças progressistas, dos sindicatos e até do PCB e dos movimentos

sociais. Com essa aproximação, ele se colocava em defesa de uma série de medidas conhecidas como reformas de base

Sob essa ampla denominação, estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancárias, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto dos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas para o exterior (A TRAJETÓRIA... Acesso em: 20 jul. 2017).

As reformas de base eram uma declaração de guerra contra a elite conservadora, que a utilizou para associar a figura de Goulart à ameaça comunista. Além disso, a crise econômica que se pronunciava desde 1962 se agrava em 1964. “A inflação disparou e atingiu uma taxa anual de 90% em 1964, considerada extremamente alta, mesmo para os permissivos padrões brasileiros de convivência com a inflação daquela época” ¹⁴⁰. Os movimentos esquerdistas se radicalizaram, as forças armadas foram sacudidas por revoltas das patentes baixas, fortalecendo o discurso conservador que via nas movimentações das massas um perigo e uma ameaça ao seu status quo (REFORMA... Acesso em: 20 out. 2017) ¹⁴¹.

A grande força progressista que apoiava o presidente, intelectuais, movimento sindical urbano e as ligas camponesas era contraposta pela reação conservadora da mídia, da igreja, das elites urbanas e agrárias unidas e do imperialismo americano. A marcha da família com Deus pela liberdade pôs em curso os quartéis e os militares, que tomaram o poder, destituíram o presidente e impuseram a “ordem”, ou seja, o silêncio.

¹⁴⁰ Segundo os autores, foi a primeira crise endêmica do Processo de Substituição de Importações, começados após a Primeira Guerra Mundial (LACERDA, et al., 2010, p. 158-160).

¹⁴¹ As ligas camponesas, “surgiram no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, em 1º de janeiro de 1955 e foram extintas logo após o golpe de março de 1964. Em 9 anos de existência, conseguiram levar o camponês para a sala de estar da política nacional – a reivindicação de reforma agrária conseguiu assento na agenda de prioridades do Brasil e tornou-se o principal item das reformas de base idealizadas pelo governo João Goulart. Tamanha foi a repercussão das ligas que elas chegaram às páginas da imprensa mundial (incluindo o New York Times) e despertaram a atenção do recém-iniciado governo John Kennedy, dos EUA” (REFORMA... Acesso em: 19 out. 2017). Quanto à revolta dos marinheiros, foi um “levante comandado pelo controverso Cabo , que acirraría os ânimos. Discurso lido no ato foi escrito por Carlos Marighella e resultou em motim tido como quebra de hierarquia. Militares até então indecisos a respeito do golpe passaram a defender a tomada de poder, Jango seria enfraquecido” (REIS... Acesso em: 22 out. 2017).

Cena III: Aluga-se.

A solução pro nosso povo eu vou dar. Negócio bom assim ninguém nunca viu. Tá tudo pronto aqui, é só vim pegar. A solução é alugar o Brasil. Nós não vamos pagar nada, nós não vamos pagar nada, é tudo free, tá na tudo free, vamos embora dar lugar pros gringo entrar; este imóvel está pra alugar!

(Raul Seixas)

Uma vez sufocada a impostura dos inclassificáveis, os soldadinhos de chumbo de quepes e fuzis deveriam entregar à burguesia o comando do Estado já em 1965. Isso não se verificou; eles decidiram ficar até que a transição tardia do país para o Capitalismo fosse concluída sem mais alvoroço.

Esmagado, o movimento socialista se diluiu. Uns formaram guerrilhas, que sucumbiram sem resultados; outros, para as bases, começaram um trabalho de resistência na educação popular, sem contar os inúmeros exilados que, uma vez fora do país, tiveram contato com outros movimentos. O operário e o camponês caíram de joelhos na culatra do fuzil e o movimento voltou a submergir e a escavar seu caminho pacientemente¹⁴².

A teoria do desenvolvimento procurou encontrar o caminho da modernização, mas a realidade provou que na periferia do Capitalismo o desenvolvimento se dava pela via da dependência (SANTOS, 1998)¹⁴³.

Reinando absoluta nos anos 50, a teoria desenvolvimentista da Cepal foi posta em xeque quando, a princípios dos anos 60 e após um grande esforço de industrialização, os países latino-americanos mergulharam em uma grave crise econômica, que não tardou em dar lugar a perturbações políticas. Foi nesse contexto que surgiram as ditaduras militares, que se davam como objetivo de resolver os problemas econômicos à custa das liberdades políticas. E foi também quando, insistindo, sobretudo nos problemas financeiros e tecnológicos criados pela desnacionalização de nossas economias, se constituiu a teoria da dependência (MARINI, 1992, p. 1).

¹⁴²Referência ao: *18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2008, p.113).

¹⁴³A teoria da dependência aqueceu o debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil. Autores como Marini, Santos, Gunder Frank defendiam que nas economias periféricas só poderia haver desenvolvimento do subdesenvolvimento; já Fernando Henrique Cardoso, defendia a ideia de que era possível, mesmo na dependência, se desenvolver. Um balanço desses debates pode ser encontrado em Santos (1998),

A crise econômica que perdurou até 1967 era consequência dos limites do modelo do Processo de Substituição de Importação (PSI), e poderia ser assim sintetizada:

A industrialização por substituição de importações deu-se pela produção de mercadorias semelhantes às originárias dos países desenvolvidos, adequadas à combinação dos recursos produtivos e às respectivas bases técnicas destes países, incorporadas nestes produtos e nos bens de capital que também se importavam. O problema central dos países subdesenvolvidos era adotar tecnologia poupadora de mão de obra e de alta intensidade de capital, em franco antagonismo com o baixo nível da acumulação de capital e com a abundância de mão-de-obra dos países atrasados. Nestas condições, a industrialização por substituição de importações emprega poucos trabalhadores, paga baixos salários e não é capaz de criar seu próprio mercado consumidor. Esta situação é agravada pelas características monopolistas das empresas que se instalam na periferia subdesenvolvida, utilizando grandes montantes de capital, devido à tecnologia sofisticada, e operando com elevadas escalas de produção, em flagrante contraste com a precariedade dos mercados subdesenvolvidos. Daí, a tendência para a grande capacidade ociosa e a vigência de preços elevados, reforçando a concentração de renda de há muito existente no Brasil e acentuando a deficiência do mercado consumidor. Assim, o processo de industrialização brasileiro tendia à estagnação tão logo lhe faltassem impulsos dinâmicos externos, quando se completa o processo de substituição de importações (LACERDA, et al., 2010, p.160)¹⁴⁴.

Com a crise econômica e política, os militares tomaram o poder e autoritariamente conduziram o país para a industrialização (SANTOS, 2015)¹⁴⁵. De 1968, quando o golpe se aprofundou, até 1973, o Brasil viveu o chamado milagre brasileiro, com taxas de crescimento de 11% ao ano (LACERDA, et al., 2010). Isso só foi possível com investimentos vultosos de capital estrangeiro e com ele uma imensa dívida externa.

o excesso de liquidez internacional diminuiu bastante as taxas reais de juros, tornando os empréstimos muito atraentes. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro brasileiro, especialmente no setor privado, nunca se voltou para o financiamento produtivo de médio e longo prazo. Portanto, o aumento do endividamento ocorreu por causa da captação de recursos do exterior e seu repasse para empresas de dentro do país, sem uma necessidade estrita de empréstimos externos que financiassem grandes déficits em transações correntes (LACERDA, et al., 2010, p. 177).

¹⁴⁴Essa síntese foi retirada das duas obras de Celso Furtado: *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966); e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967). Também se pode conferir o assunto em Lacerda (et al., 2010, p. 159-163).

¹⁴⁵Teotônio dos Santos (2015) recorda que até mesmo pensadores liberais viam na revolução russa, um modelo para que o Estado conduzisse ao desenvolvimento. Citando Rostov, ele analisa a influência desse pensador para a implantação da ditadura em nosso país.

O Estado passava a financiar a industrialização, deixando o lucro para os capitais internacional e nacional, enquanto socializava as dívidas com o arrocho, a carestia e a desigualdade. Com isso, esperava crescer o bolo para o dividir depois.

Na verdade, “a economia brasileira foi ‘capturada’, juntamente com várias outras economias, num movimento geral do capital financeiro internacional em busca de oportunidades de valorização” (LACERDA, et al., 2010, p.??). O desenvolvimento sem medida da esfera financeira já mostrava os limites impostos pelo acordo de Breton Woods, anunciando a crise dos chamados “*anos dourados do Capitalismo*” (KELSZTAJN, 1989, p. 88-99).¹⁴⁶.

Nessa dinâmica de crescimento, a economia deslanchava-se sem distribuir renda, sem direitos sociais e sem Bem-Estar. O povo não participava da riqueza que produzia. O bolo já havia crescido, mas nunca seria dividido¹⁴⁷.

A apropriação da renda pelos 50% de assalariados mais pobres passou de 17,6% da renda total em 1960 para 15,0% em 1970. Já a renda apropriada pelos 10% mais ricos aumentou de 39,7% da renda total em 1969 para 47,8% em 1970 [...]. Entre os assalariados que recebiam rendimentos monetários, 22,8% recebiam entre um e dois salários mínimos. Assim, em 1972, 75,3% dos assalariados recebiam rendimentos de até dois salários mínimos (LACERDA et al, 2010, p. 179).

O milagre brasileiro serviu apenas para os mais ricos experimentarem o paraíso da civilização em miniatura, já que somente essa ínfima parcela poderia gozar as benesses desse “milagre”¹⁴⁸.

Na prática, essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cêtricos, o que reforça a tendência pela reprodução de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí, resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração de renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos [...] o movimento de capitais dentro desse espaço em vias de unificação alcançou volume

¹⁴⁶ Em artigo escrito em 1989, Kelsztajn fez um balanço histórico do sistema Breton Woods e das contradições que levaram à crise de 1971 e à liberação do Capitalismo financeiro. Percebe-se que ao impor o dólar como moeda internacional, os EUA colocaram suas contas em desequilíbrio com a enorme fuga de dólares para os países centrais. Por outro lado, os bancos nacionais começam a se internacionalizar, criando um mercado de moedas, principalmente na City londrina. A liquidez desse mercado alimentou as dívidas de países periféricos, fazendo o dólar oscilar em crises. A especulação que nasceu com o sistema de Breton Woods foi o responsável por sua derrocada (KELSZTAJN, 1989, p. 88-99).

¹⁴⁷ Delfin Neto foi Ministro da Fazenda durante 1969-1973. Ele afirmava que queria fazer o “bolo”, a economia, crescer para depois dividi-lo. Durante esse período, foi o salário mínimo que diminuiu e as desigualdades só aumentaram (1968 – ATO... Acesso em: 23 out. 2017).

¹⁴⁸ Os autores concluem o que foi o milagre brasileiro: um intenso crescimento da acumulação capitalista, beneficiado por altíssimas taxas de lucro, resultantes, por sua vez, da compressão dos salários dos trabalhadores de maneira tão exagerada, que chegou a ameaçar a continuidade do processo de crescimento.

considerável (principalmente dos Estados Unidos para a Europa, mas, também, em fase recente, sentido inverso), o que permitiu que grandes empresas se implantassem em todos os subsistemas nacionais e também que as estruturas oligopólicas viessem a abranger o conjunto desses subsistemas. A formação a partir da segunda metade dos anos 60 de um importante mercado internacional de capitais constituiu o coroamento desse processo, pois permitiu às grandes empresas libertar-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financiamentos nacionais (FURTADO, 1974, p. 28).

A situação da classe trabalhadora brasileira durante o período dos militares no comando da nação foi catastrófica em todos os sentidos. O agravamento da questão social foi amplificado.

no milagre, período de intenso crescimento, todos os salários deveriam ter subido, o que não ocorreu em função do cerceamento das atividades sindicais e políticas. Registrou-se, nesse período, aumento dos acidentes de trabalho, consequência das horas extras e da grande intensidade de trabalho. Cresceu o número de pessoas empregadas por família, em parte devido à diminuição do salário do chamado chefe de família. As consequências da política de exclusão social desse período foram dramáticas e podem ser sintetizadas no agravamento das condições de saúde da maioria da população, que se deteriorou a ponto de ocorrerem epidemias como a de meningite, e no fato de voltarem a crescer as taxas de mortalidade infantil em todo o país (LACERDA et al., 2010, p. 180).

Enquanto obteve crescimento econômico, o regime militar se manteve no poder sem hesitações. Porém, com a crise mundial de 1973, vieram a derrota eleitoral de 1974 e a perda de legitimidade do regime. O fracasso do primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) (1972-1974) consistia nos limites do desenvolvimento dependente.

Com a chegada de Geisel ao poder em 1974, prosseguiu a política de desenvolvimento, com o segundo PND e uma lenta e gradual abertura política, para transição segura ao poder civil. Embora ambicioso, o II PND não decolou, pois não conseguiu cumprir “um conjunto extremamente amplo de objetivos em um prazo bastante curto; revelou-se tarefa superior às possibilidades econômicas e políticas do país em uma conjuntura externa adversa” (LACERDA, et al., 2010, p. 192).¹⁴⁹

O primeiro lustro da década de 1970 não foi apenas difícil para o regime militar brasileiro; ele marcou uma mudança radical na estrutura da produção capitalista. A regulação fordista estava sendo superada pela flexibilização toyotista e pela

¹⁴⁹Para os autores, a crise econômica mundial de 1973 inviabilizava um projeto de tal envergadura, e acabou tendo reflexos no apoio interno da base do regime militar.

automação da terceira revolução industrial. Em 1971, o presidente dos EUA, Richard Nixon, rompeu unilateralmente o acordo de Breton Woods, liberando o capital especulativo das amarras que o acordo de 1944 tentou lhe impor. Em 1974, Hayek ganhou o Nobel de economia e suas teorias liberais foram aplicadas no Chile, que, em 1973, havia tentado o caminho do Socialismo por via democrática, elegendo Salvador Allende, assassinado pelo regime do general Augusto Pinochet, que abriu as portas para a experiência neoliberal¹⁵⁰.

Uma vez livre, o capital se mundializou, procurando em todo o globo modos de valorização. A China ofereceu ao capital seu exército de mão de obra barata, fazendo o preço da força de trabalho mundial cair para patamares ínfimos. Com isso, na Europa os sindicatos e a socialdemocracia perderam a base de sustentação; os trabalhadores viram seus empregos desaparecerem. A sociedade do trabalho se desintegrou e com ela as bases do *Welfare State*. Os Estados foram capturados pela lógica financeira, sustentando com seus títulos uma aristocracia financeira, bancos, investidores, fundo de pensões, entre outros, que formavam a nova classe dominante.

O capital continuava seu trajeto de autonomização, atingindo patamares cada vez mais complexos.

Assim, as formas iniciais do capital se alteram, evoluem para outras formas mais mistificadas, mais desenvolvidas do valor. Aparece o capital comercial, posteriormente o capital de comércio de mercadorias, o capital de comércio de dinheiro, o capital a juros e em seu grau mais extremo de mistificação, o capital fictício. Neste processo, o capital fictício faz com que o proprietário do capital tenha uma remuneração sem contrapartida em capital produtivo. Tal característica dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, consolidando a imagem de um capital independente, que se valoriza por si mesmo nos mercados de compra e venda especulativos (SABADINI, 2015, p. 87-88).

Tendo por base a esfera financeira, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização da produção e da força de trabalho, o Neoliberalismo apareceu como a

¹⁵⁰Em uma análise da obra *Thatcher e Reagan são os pais da crise econômica mundial*, Naomi Klein e Paulo Nogueira (2013) expõem o pensamento da autora sobre a experiência chilena. Foi lá, no Chile de Pinochet que pela primeira vez apareceria a expressão “doutrina de choque”. O autor não era um chileno: era o economista americano Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago. Um programa criado pelo governo americano dera, na década de 1960, muitas bolsas de estudo para estudantes chilenos estudarem em Chicago, sob Friedman, um arquiconservador, cujas ideias beneficiavam o que hoje se conhece como 1% e desfavorecem os demais 99% (THATCHER... em: www.diariodocentrodomundo.com.br Acesso, 20 out. 2017).

nova bíblia das elites dominantes. O sistema capitalista entrou em uma fase de crise permanente. Diferente das crises cíclicas, momentos de expansão e contração, a crise que se iniciou nos anos de 1970 era estrutural, pois,

deixou de ser um fenômeno intermitente para se converter no modo permanente de reprodução da sociedade burguesa. Todas as contradições sociais se intensificam em escala planetária. Enquanto uma crise revolucionária não mostrar as possibilidades de um novo modo de produção, a humanidade e os indivíduos vivem a história como se ela fosse um destino imposto por forças não sociais, não humanas. As alienações se elevam a um patamar antes desconhecidos (LESSA; TONET, 2012, p. 73).

Para se adequar às revoluções na estrutura de produção que fortaleciam e se consolidavam, o Neoliberalismo surgia como o projeto restaurador do sistema, resumindo-se...

... no tríplice mote da "flexibilização" (da produção, das relações de trabalho), da "desregulamentação" (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da "privatização" (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial, mas não exclusivamente nos países periféricos, a "desregulamentação" liquidou as proteções comercial alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à "flexibilização", embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista (NETTO, 2012, p. 417).

A reestruturação produtiva dos anos de 1970 trouxe um estupendo aumento da produtividade do trabalho, implicando uma...

... extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital — com os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrindo... o "desemprego estrutural"! De fato, o chamado "mercado de trabalho" vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as "inovações" levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje reconhecidamente a ordem do desemprego e da "informalidade" (NETTO, 2012, p. 417).

A crise provocada pela reestruturação da produção capitalista atingia as formas de luta da classe trabalhadora que no capital monopolista se haviam desenvolvido.

No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, está claro que a classe operária que fixou a sua identidade classista (sindical e político-partidária) enfrentando o Capitalismo monopolista experimenta mudanças significativas, afetada que é por diferenciações, divisões, cortes e recomposições — refratando as novas clivagens postas por alterações na divisão social e técnica do trabalho (NETTO, 2012, p. 418).

Essas mudanças estruturais provocaram a crise da sociedade assalariada, a crise do Estado de Bem-Estar social europeu, no que Paulo Arantes (2004) chamou de fratura brasileira do mundo, pois no Brasil a precarização, a desigualdade e a informalidade, sem contar com o desemprego, eram a regra do nosso desenvolvimento.

Enquanto a crise estrutural repercutia na Europa, no Brasil ela ainda não era sentida. Pelo contrário, na segunda metade da década de 1970 e toda a década de 1980, que completam o ciclo de nossa industrialização, são de intensa organização popular, sindical e partidária. O regime militar, sem apoio financeiro internacional e sem apoio político da burguesia nacional, se enfraqueceu e viu as forças sociais que havia violentamente reprimido, ganharem a superfície.

Durante a década de 1970, no chão cotidiano de São Paulo, berço da indústria brasileira, estava formando-se uma resistência espontânea do povo sofrido, dos trabalhadores urbanos e migrantes da seca nordestina, ou das zonas rurais que dispensavam mão de obra; esses trabalhadores se encontravam nas localidades periféricas e, por meio da vivência, estabeleceram identidades¹⁵¹.

A estratégia de despolitização imposta em 1964 desfigurou a política como coisa pública, fazendo da organização e da ocupação de espaços algo perigoso para a ordem (SADER, 1988). Nesse universo periférico da grande metrópole, grupos de esquerda derrotados politicamente em 1964 buscavam novas formas de integração com os trabalhadores. Muitos deles o fizeram por dentro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), forma de organização comunitária da igreja católica. Sendo influenciada pelo humanismo de Marx, essas organizações comunitárias se apegavam à missão de salvação dos oprimidos.

¹⁵¹Eder Sader (1988) estudou essa resistência espontânea que surgiu em São Paulo durante a década de 1970. Sua obra retrata o modo como a falta de instituições políticas clássicas, a exemplo dos sindicatos livres e partidos políticos, levou a comunidade a se contrapor ao poder público, forçando-o a reconhecer a legitimidade de suas demandas.

Desse entrecruzamento seletivo entre parte do clero e de militantes marxistas, a Teologia da Libertação se desenvolveu em toda a América Latina¹⁵². O desenvolvimento das comunidades por intermédio da ação da igreja católica tinha por objetivo a retomada de sua influência que se havia perdido na década de 1950, junto aos mais pobres, para os pentecostais. Mas favorecia a organização contra o regime militar, pois, assumia o compromisso contra as causas sociais da miséria¹⁵³.

A repressão e a clandestinidade fizeram a esquerda se repensar. O confronto armado se afastava cada vez mais do horizonte, e a direção cultural apareceu como meio de conscientização. Paulo Freire e Gramsci se afirmaram como forma de fortalecimento do senso crítico dos miseráveis¹⁵⁴. As comunidades começaram a se organizar, exigindo melhorias, em movimentos contra o custo de vida, clube de mães pedindo anistia, creches entre outras.

Mas essas organizações “se recusavam a ver seus atos como política, pois, desconfiavam dos políticos”¹⁵⁵. Com a descompressão política de 1974, aumentaram a possibilidade de organização e manifestação das forças progressista e o seu trabalho de base¹⁵⁶. A luta sindical de 1978 teve nos conselhos de fábricas sua força estratégica. “Se o sindicato existente aparecia como agência espúria do Ministério, o que cabia fazer era substituí-lo por outro democrático, com bases nas fábricas, livre da tutela governamental” (SADER, 1988, p. 261).

¹⁵²É no contexto conturbado da América Latina que a teologia da libertação teve seu fértil crescimento. “É nesta conjuntura que vai se desenvolver, na *América Latina*, uma relação de *afinidade eletiva*, em certos setores da Igreja e de sua base social, entre Cristianismo e Marxismo” (LOWY, 1989, p.55).

¹⁵³Esse compromisso foi firmado pela igreja católica, na Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) de Medellín, em 1968; e em Puebla, em 1969 (COMUNIDADES... Acesso em: 22 out. 2017) Ver: *Comunidade Eclesiais de Base*.

¹⁵⁴Esse momento histórico aparece para as esquerdas como, “o fim do ciclo da esquerda revolucionária. Do confronto armado como objetivo de tomada do Estado. MR*, luta dos estudantes de 1968, vão cedendo espaço para a conscientização pedagógica. É com esse objetivo que estudantes militantes se deslocam para a periferia, dando início a reforma sanitária” (SADER, 1988, p. 170-174).

¹⁵⁵Os movimentos espontâneos que geravam solidariedade e identidade são contrapostos com a racionalidade política. Por fim, esses movimentos são institucionalizados e instrumentalizados pelo poder político municipal, como associações de moradores e na cooptação de lideranças comunitárias para barrar processos horizontais como os das comunidades de base (SADER, 1988).

¹⁵⁶Delfim Neto, ex-Ministro da Fazenda, assumiu o Ministério da Agricultura no período de 1979 a 1984. Segundo ele, havia um projeto para fazer da agricultura tropical brasileira algo original e competitivo. Diferente da indústria, onde se copiavam as já existentes no centro, comprando máquinas e tecnologias, era possível desenvolver a agricultura com subsídios que se reverteriam ao consumidor a preços baixos. Os militares lançaram as bases para o agronegócio brasileiro (CENÁRIO... 13 out. 2017).

A força com que todos os movimentos espontâneos brotaram no seio de regime de chumbo parecia conduzir o país para um outro patamar de civilidade, pois,

havia neles a promessa de uma radical renovação da vida pública, fábricas, sindicatos, serviços públicos e administrações de bairro, que ampliavam o discurso para além do instituído [...] a nova República – ao mesmo tempo que é fruto do movimento democrático, frustra a autonomia e a esperança dos movimentos da década de 1970 (SADER, 1988, p.313-314).

A institucionalização dos movimentos sociais dentro da nova estrutura política da sociedade industrial brasileira acabou por forçar a criação do partido político como representante desses movimentos. A partir da década de 1980, o Brasil teve seu processo de industrialização completado; a classe trabalhadora integrada e a política parlamentar burguesa eram partes das estratégias das esquerdas brasileira para a conquista do Estado. Dentro desse novo quadro, as categorias teóricas de Gramsci apareciam como armas poderosas para a conquista da direção intelectual e moral da sociedade civil, bem como o poder do Estado.

Cena II Esperando Godot¹⁵⁷.

Hey anos 80. Charrete que perdeu o condutor hey anos 80. Melancolia e promessas de amor. Pobre país carregador dessa miséria dividida entre lpanema e a empregada do patrão. Varrendo lixo pra debaixo do tapete que é supostamente persa pra alegria do ladrão.

(Raul Seixas).

Esta cena mostra o povo nas ruas. Eles esperam dias melhores, com democracia e progresso. Eles querem saúde, educação, segurança, cidadania e muito mais. Eles esperam na estação cidadania, com o passaporte constitucional nas mãos, pelos direitos sociais. O cenário são os anos 1980, perdidos para a economia, extremamente movimentados para as classes sociais, que se organizam para garantir seus interesses como direitos inscritos na Carta Magna.

Os inclassificáveis se transformaram em vagabundos, jogados nos morros e favelas; os guetos dos pobres brasileiros viviam da informalidade e dos serviços domésticos da Casa-grande. De escravos a autônomos ou formalmente empregados, todos eram brutalmente explorados. Aqui, as relações de produção colonial e dependente não permitiam que a ralé¹⁵⁸ se constituísse enquanto classe, enquanto gente. Só tardiamente, depois do fim do mundo, que o operário brasileiro surgiu na ribalta.

A sociedade brasileira criou ossos, enrijeceu-se, e tudo que era espontâneo e flexível ossificava-se, solidificava-se, e os movimentos foram impelidos a se institucionalizarem se não quisessem perecer ou cair na ilegalidade da sociedade ocidental.

Às lutas sindicais, que se fortaleceram a partir de 1977-8, juntavam-se as lutas das comunidades contra as penúrias do modelo de desenvolvimento capitalista conduzido pelos militares. O fato que deu início às manifestações pela redemocratização do país foi a greve na fábrica da Scania, em 12 de maio de 1978¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Peça do dramaturgo irlandês Samuel Beckett, retrata a angústia do mundo pós-dois conflitos mundiais e a ascensão do Capitalismo americano.

¹⁵⁸ Termo usado por Jesse Souza em seu livro *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009).

¹⁵⁹ Episódio que marca a força dos conselhos de fábrica, já que as lideranças do movimento sofreram com a intervenção federal nos sindicatos, o movimento autônomo dos trabalhadores organizados garantiu a continuação da greve e fortaleceu o movimento (MEMÓRIAS... Acesso em: 23 out. 2017).

A luta que começou no plano econômico egoístico atingiu o plano político de mudança. O fortalecimento do movimento pela redemocratização do país esbarrava na resistência dos militares em conduzir uma transição sem sustos. Em 1979, o presidente João Batista Figueiredo, último militar no comando do país, assinou a lei de anistia, garantindo o retorno de cidadãos brasileiros tidos como criminosos pelo regime militar.

A volta de vários intelectuais e líderes de esquerda fortaleceu os movimentos pelas diretas já. Os soldadinhos de chumbo voltaram às casernas, mas sempre à disposição das elites para manterem a ordem, a família e a propriedade privada.

A mídia conservadora, que sempre estava pronta a servir ao regime, pediu desculpas pelo erro. A força das manifestações a obrigaram a mudar de lado. Os holofotes passaram a registrar em transmissões ao vivo o espetáculo popular das ruas¹⁶⁰. Começava-se um longo caminho que durante uma década manteve acesa a esperança de se construir um Estado democrático e de direitos sociais garantidos. Antes, porém, a luta era pelas diretas já.

A energia do movimento que trouxe a vida de novo para as ruas do país, movimento pela anistia, sindicatos e o povo sofrido que lutou junto contra carestia, resultou na fundação de um partido político de massas, o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como base os trabalhadores industriais do ABC paulista¹⁶¹.

A organização sindical se uniu e formou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No campo, a organização dos trabalhadores fez ressurgir as mobilizações que antes deram vida às ligas camponesas, agora sob a denominação de Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)¹⁶². O PT – diferentemente do PCB, que teve de conviver com a ilegalidade devido ao período de guerra fria – já nasceu na legalidade e trazendo suas debilidades.

O partido dos trabalhadores concorreu decisivamente para “civilizar” a Sociedade Civil, conquistando nela um espaço político para os trabalhadores, tornando as greves legítimas (ainda quando fossem ilegais). Este foi o caráter pedagógico do PT (SECCO, 2011, p. 34).

¹⁶⁰Em editorial do *Globo*, de agosto de 2013, a *Rede Globo* admitiu que o apoio aos militares foi um erro histórico (APOIO... Acesso em 04 jul. 2017).

¹⁶¹Polo industrial brasileiro composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, que formavam o chamado ABC paulista, ao qual, depois foi adicionado o “D”, da cidade de Diadema.

¹⁶²O MST foi criado em 1984, e tem como objetivos principais “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (SURGE O MST... Acesso em: 09 jul. 2017). A CUT foi fundada em 1983, com objetivo de unificar a luta dos trabalhadores (CUT... Acesso em 19 ago. 2017).

Sociedade civil e pedagogia política da classe operária: esses termos clássicos de Gramsci pareciam brotar naturalmente da realidade social que se colocava naquela quadra histórica, embora tardia. Já em 1979, Carlos Nelson Coutinho se insere no debate sobre o caminho a ser seguido para o Socialismo brasileiro. Criticando nossa tradição histórica das transformações pelo alto, colocava a luta de classes no âmbito da política, com base na ampliação da democracia¹⁶³.

A conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do Socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico-social quanto em sentido político), mas, também, *conservado* ao longo de todo o processo (COUTINHO, 1979, p. 43).

A democracia deveria fortalecer cada vez mais as associações da sociedade civil, deslocando o centro de decisões para baixo, quebrando os tradicionais acordos pelo alto e aprofundando a democracia para além da formalidade burguesa.

a democratização da economia requer a aplicação de um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista; um programa que interessaria a amplas parcelas da população, desde a classe operária e os camponeses até as camadas médias assalariadas e a pequena e média burguesia nacional [...]. A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares — enquanto método de sua batalha política — a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição” (COUTINHO, 1979, p. 43-44).

Em sociedades ocidentais, a luta pelo Socialismo deveria ser lenta e gradual, pela conquista da hegemonia na sociedade civil por meio de suas instâncias, sindicatos, movimentos sociais e partido político. Os movimentos frontais contra o Estado restrito¹⁶⁴ estavam descartados, na medida em que o Estado se havia ampliado e possibilitado a ocupação de espaços de dissenso.

¹⁶³Carlos Nelson, Marilda Iamamoto, Ivete Simionatto entre outros intelectuais de formação do Serviço Social se utilizaram das categorias gramscianas para entender a realidade brasileira da redemocratização.

¹⁶⁴Estado restrito era o Estado vigia noturno, da violência. Para Coutinho, na época da redemocratização brasileira, o Estado estava ampliando-se, como previu Gramsci para as sociedades ocidentais.

O Estado passou a ser considerado como arena contraditória de luta de classes. A realidade política do país no final da década de 1970 parecia qualificar Gramsci como seu teórico principal, embora sua obra tenha chegado à América Latina na década de 1950¹⁶⁵.

Enquanto vivíamos o revigoramento das forças políticas, a década de 1980, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, foi uma década perdida. Em 1979, Margaret Thatcher foi eleita a primeira-ministra da Grã-Bretanha; e em 1980, Ronald Reagan assumiu a presidência dos EUA. Os dois países mais liberais do mundo adotaram o Neoliberalismo como orientação norteadora das políticas dos seus países. Liberdade para o capital, mais mercado e menos Estado.

Sob a égide do Neoliberalismo, a política sindical e partidária se enfraqueceu nos países centrais. Em 1989, o Consenso de Washington tornou as medidas neoliberais um guia para a adequação das economias mundiais à nova Era das finanças globais.

Essas medidas ainda não se faziam sentir no Brasil. Mesmo por que estávamos vivendo um movimento contrário, de fortalecimento dos trabalhadores e das instâncias político-partidárias. O PT era o fruto dos movimentos de base, e não possuía o estigma comunista do PCB. Assim,

era patente que se tratava de uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores, até então impedidos de ter voz na sociedade civil, ou seja, integrar na atividade política legal camadas que dela estavam marginalizadas. O partido nascia fora da órbita do comunismo soviético [...] afastava-se do populismo e negava oficialmente a herança Socialdemocrata. Os petistas afirmavam o Socialismo num horizonte distante enquanto defendiam um “programa para a democracia” (SECCO, 2011, p. 35-36).

A formação do PT não aconteceu como um bloco homogêneo. Pelo contrário, houve uma diversidade de situações regionais que o transformava em um mosaico. Os movimentos que sacudiram o país muitas vezes não tinham vinculação institucional.

Em muitas localidades, o partido teve dificuldades de formar diretório devido à influência contrária da igreja católica local ou à dificuldade de influenciar sindicatos

¹⁶⁵ Em artigo de 1998, José Aricó faz um balanço do itinerário de Gramsci na América Latina.

ainda fortemente dirigidos por pelegos¹⁶⁶. Noutros casos, o partido nascia de movimentos de favelados ou de usuários de transporte público, de militantes trotskistas e remanescentes da luta armada, da reorganização estudantil. Foi nesse caldeirão social efervescente que o PT se constituiu. Seu líder de maior expressão saiu das lutas sindicais, que marcaram o final da década de 1970: Luiz Inácio da Silva (Lula).

Perdida a batalha pelas diretas, os movimentos sociais continuaram a se organizar para imprimirem na nova Constituição que seria formulada pela Assembleia Nacional Constituinte, uma base social sólida, que pudesse conduzir o país rumo ao Bem-Estar.

Neves foi eleito indiretamente pelo colégio eleitoral, mas não chegou a assumir. Em seu lugar, assumiu José Sarney¹⁶⁷. Sua equipe econômica editou dois planos econômicos que não conseguiram equilibrar o país¹⁶⁸.

Nas eleições parlamentares de 1986 que elegeram os constituintes, os vitoriosos continuaram a ser os partidos de centro, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com mais de 300 eleitos.

O PT só elegeu 16 deputados constituintes; e o PCB, apenas (três). Em cinco de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição cidadã, que previa.

instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2012, preâmbulo).

¹⁶⁶Termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Era usado como arma para cooptar dirigentes na Era Vargas.

¹⁶⁷Os planos econômicos do período Sarney serviram para mostrar o momento de intensa atividade da sociedade brasileira. A população apoiava as medidas e “milhões de cidadãos desempenharam voluntariamente o papel de “fiscais do Sarney”, zelando pelo cumprimento do congelamento de preços” (LACERDA et al., 2010, p. 250-251).

¹⁶⁸Buscava-se, “desindexar a economia por meio do uso de políticas de rendas apoiadas no congelamento de preços. Os vários choques implantados a partir de 1986 não conseguiriam controlar a inflação e, no final do governo Sarney, em 1989, o país encontrava-se no limiar da hiperinflação aberta” (LACERDA et al., 2010, p.199).

A garantia dos direitos sociais era o passaporte da cidadania para os que, na estação esperança, sonhavam com a chegada do bem-estar. Tinha o Brasil uma organização sindical poderosa, uma população ativa politicamente, um partido de massas, um líder carismático e um organizador orgânico das classes trabalhadoras. O país possuía, assim, todas as condições as quais Gramsci vislumbrou necessárias à conquista de hegemonia e do poder. Mas o caminho não foi tão fácil.

Na primeira eleição direta para a presidência da república em 1989, a campanha refletiu o momento efervescente da política brasileira; o pluripartidarismo trazia à cena, no primeiro turno, figuras ilustres como Ulisses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Lula (PT) e o desconhecido Collor de Melo (PRN).

Passaram para o segundo turno os candidatos Collor de Melo e Lula. Caía a ficha das elites amedrontadas. Utilizando sua principal arma pedagógica de propaganda, a Rede Globo de televisão¹⁶⁹, fez do desconhecido Collor um herói caçador de marajás; e do líder sindical, um perigo comunista que ameaçava a liberdade tão duramente conquistada.

A chegada do PT ao segundo turno na primeira eleição presidencial da redemocratização mostrou a força dos movimentos de base que o havia constituído. A vitória de Collor de Melo mostrou a força de manipulação dos veículos de comunicação a serviço das classes dominantes. Esse resultado previa que o PT se fortalecesse nos Municípios e Estados.

Após a primeira derrota, Lula proferiu uma sentença que ainda estava na memória de quem participou dos movimentos dos anos anteriores. “Acho que a oposição verdadeira neste país passa por fora da vida institucional, do congresso. Ela passa por dentro das fábricas, pelas favelas, pela luta dos sem-terra”¹⁷⁰. Mas o caminho da política parlamentar era sem volta.

¹⁶⁹Gramsci não presenciou a grande influência desse meio de comunicação de massas que foi chamado de *o quarto poder*, pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, de tanto influenciar a política do país.

¹⁷⁰Citado por Secco (2011, p. 102): “Uma visão lúcida do homem simples e de luta sindical foi mudando ao longo da década de 1990, até se tornar “o cara”, apelido carinhoso com que Barak Obama o presenteou”.

Fazia-se necessária a disputa pela hegemonia. Essa necessidade estava explícita no conteúdo programático do PT, e as elites sabiam do perigo que as estratégias gramscianas representavam.

Conquiste-se um Estado democrático numa sociedade desorganizada, com os trabalhadores sem ferramentas políticas de intervenção, e em poucos anos o processo de transformação enfrentará terríveis dilemas vividos por todas as experiências socialistas inauguradas até hoje: partido e administração em fusão promiscua, carência de quadros, distanciamento entre bases e direção. No caminho oposto, conquistou-se a democracia através de uma rica proliferação de organismos de poder popular permeando a sociedade, e as mudanças revolucionárias pretendidas contarão com todas as chances de êxito. Será esse o caminho trilhado pelo Brasil no governo Lula (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 20)¹⁷¹.

As elites apoiariam um desconhecido qualquer para não ter o PT na direção do país. Uma vez eleito, Collor lançou dois planos econômicos para tirar o Brasil da crise e não obteve sucesso¹⁷².

Denunciado, foi alvo de um processo de impeachment que colocou à prova a nova democracia do país. Convocado às ruas, o povo compareceu em massa, mas não estava sozinho.

Foi um processo que envolveu movimentos populares, a mídia, organização da sociedade civil, lideranças parlamentares, forças armadas etc. Debaixo do que parecia ser uma pura efervescência, houve atores políticos organizados, com uma visão de futuro [...] agentes da sociedade civil (CNBB, OAB, UNE, CUT e muito mais). Partidos políticos (PMDB, PT, PSDB) conduziram na prática o cerco popular ao presidente. Daquele momento em diante se instaurou com a aparência de estabilidade o que veio a chamar-se de “presidencialismo de coalisão”, que ora sofre seus percalços (CARDOSO, 2015... Acesso em 09 jul. 2017)¹⁷³.

Os políticos perceberam que deveriam aplacar as forças das ruas. Surgiu, assim, um novo ordenamento político, orquestrado para não haver rupturas na ordem, como havia acontecido durante o governo de Collor.

¹⁷¹ Podemos observar que, embora de base gramscianas, o PT não havia conquistado a hegemonia, que consiste na direção intelectual e moral da sociedade civil. A televisão jogou um papel decisivo no convencimento das massas.

¹⁷² Plano Collor I e II. O primeiro (1990), “combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada “reforma administrativa”, que implicou o fechamento de inúmeros órgãos públicos e demissão de grande quantidade de funcionários. O segundo (1991) se deu em situação de desespero, devido à reaceleração da inflação. Mais uma vez, lançava-se mão de congelamento de preços e salários e da unificação das datas base de reajustes salariais, além de novas medidas de contração monetária e fiscal” (LACERDA et al., 2010, p. 267-268).

¹⁷³ Comentários feitos por Fernando Henrique Cardoso (2015) sobre o livro *O impeachment de Fernando Collor* – sociologia de uma crise, de Salum Jr (Acesso em: 09 jul. 2017).

Com Collor, as primeiras investidas neoliberais foram postas em práticas, mas ainda tímidas, devido às fracas articulações entre o presidente e o congresso¹⁷⁴. Da fundação até 1989, o PT dos conselhos, do poder local, do orçamento participativo, foi dando lugar aos carreiristas, líderes de tendências, enquanto as bases iam para casa (SECCO, 2011).

Com a interrupção do mandato de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência, trazendo para o Ministério da fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), que, com sua equipe econômica, conseguiu controlar a inflação que estava fora de domínio, trazendo a estabilidade política e econômica de que o país necessitava, o que projetou o novo Ministro como futuro presidente do país.

Depois de o príncipe regente proclamar a nossa independência, chegava a hora do príncipe dos sociólogos, com as armas da nova moeda forte, o Real, acordar com o beijo gélido da dependência a pátria mãe que dormia distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações¹⁷⁵. A situação grave da economia nacional permitiu que, com o controle da inflação, se prescrevesse o receituário neoliberal para modernizar o país¹⁷⁶.

A transição neoliberal no Brasil se deu em concomitância com o Consenso de Washington e com o processo de desintegração do bloco soviético, o chamado Socialismo real. O consenso de Washington substituiu Keynes por Hayek: o Estado pelo Mercado.

¹⁷⁴A contenção de importações para gerar déficits para pagamentos da dívida contraída na década anterior. A abertura de 1989 “provocou uma profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologia, embora com impactos negativos sobre o nível de emprego. A abertura brasileira se deu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores locais. Estes, ao contrário dos concorrentes internacionais, foram prejudicados com tributação e juros elevados, carência de infraestrutura e excessiva burocracia” (LACERDA et al., 2010, p. 266).

¹⁷⁵Referência à música, *Vai passar*, de Chico Buarque de Holanda. Com relação ao plano Real, ele se distinguia “de maneira significativa dos planos econômicos que o precederam, o Real não incluiu congelamento de preços. Assim, de início, o governo livrava-se do verdadeiro pesadelo representado pela recorrente utilização de ações judiciais contra a quebra de contratos, como sucedera nas experiências anteriores de estabilização” (LACERDA et al., 2010, p. 289).

¹⁷⁶A situação de fragilidade da economia brasileira foi constantemente usada para justificar a reforma neoliberal do Estado, sua modernização. Isso significava privatizações, desemprego e enfraquecimento dos movimentos sindicais.

A implosão comunista instaurou a crise no marxismo¹⁷⁷, fazendo os conservadores acreditarem na tese do fim da história, com a vitória do Capitalismo¹⁷⁸. O discurso único do mercado, do Estado mínimo e das privatizações foi adotado pelo governo FHC, colocando em xeque os direitos duramente conquistados e consagrados pela Constituição Federal de 1988. O PT de Lula continuou como alternativa ao modelo privatista de FHC, sem sucesso.

Nas eleições de 1994, o PT permaneceu com seu discurso ideológico socialista e ampliou o seu programa, procurando expandir sua hegemonia para atingir os Estados do Nordeste que, tradicionalmente influenciados pelas elites locais, acreditavam nas pregações antissocialistas e haviam votado contra o partido.

O Nordeste aparecerá, com destaque, nas políticas nacionais. Ao invés de ações compensatórias, a prioridade ao Nordeste será introduzida na política industrial, na política de desenvolvimento científico, na política de infraestrutura, na política de reforma agrária, na política agrícola, nas políticas de saúde e educação entre outras (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 07).

Com a vitória em primeiro turno, FHC se viu fortalecido, a fim de transferir as empresas estatais para a iniciativa privada, num processo que ficou conhecido no Brasil como a “privataria tucana”¹⁷⁹, uma verdadeira entrega do patrimônio público, com indícios de corrupção. FHC enfrentou com tanques de guerra o movimento sindical¹⁸⁰. A abertura econômica “incentivou sobremaneira o aumento das importações, enquanto o crescimento das exportações se manteve em patamares baixos”¹⁸¹. Essa abertura comercial ajudou a manter os preços, que passavam a concorrer com os produtos importados. Mas,

¹⁷⁷Neste mesmo ano, foi fundada, na Alemanha, a revista *Krisis*, que propôs uma releitura de Marx, pela crítica do valor. Robert Kurz ocupou papel de destaque e, junto com sua equipe, lançaram em 1999, o *Manifesto contra o trabalho*. O filósofo Anselm Jappe, escreveu *As aventuras da mercadoria* – para uma nova crítica do valor (Lisboa: Antígona, 2006), apresentou os desenvolvimentos teóricos desses autores (MANIFESTO... www.antigona.pt acesso em: 21 out. 2017).

¹⁷⁸Frase proferida por Francis Fukuyama, Vice-diretor da equipe de planejamento do Ministério do Exterior dos EUA. Dizia ele que o Estado, enfim, havia se tornado o que, na concepção de Hegel, seria “a forma definitiva, racional da sociedade e do Estado” (KURZ, 2004).

¹⁷⁹*Privataria Tucana* é um livro de autoria do jornalista brasileiro Amaury Ribeiro Júnior, ex-repórter especial da revista *Isto É* e do cotidiano *O Globo* e ganhador de diversos prêmios Esso de jornalismo.

¹⁸⁰Em maio de 1995, diante de uma greve dos petroleiros, sem solução e sem diálogo, FHC autorizou a ocupação de quatro refinarias para garantir a produção (FHC MANDOU... Acesso em: 15 jun. 2017).

¹⁸¹Para se ter uma ideia, “As importações, que representavam US\$ 25,8 bilhões em 1993, cresceram para US\$ 33,2 bilhões em 1994, US\$ 50 bilhões em 1995, US\$ 53,3 bilhões em 1996 e US\$ 61,5 bilhões em 1997, um aumento de 143%, em apenas quatro anos. O quadro das exportações, em contrapartida, reflete situação diferente. Essas evoluíram de US\$ 38,7 bilhões em

O reflexo na balança de transações correntes é dramático. Com os crescentes déficits comerciais, sobretudo na conta de turismo e no serviço da dívida externa, o passivo aumentou substancialmente. O resultado em transações correntes evoluiu de um déficit de US\$ 592 milhões em 1993 para US\$ 1,7 bilhão em 1994, US\$ 17,9 bilhões em 1995, US\$ 24,3 bilhões em 1996 e US\$ 33,4 bilhões em 1997 (LACERDA et al., 2010, p. 298).

Com os déficits constantes nas contas públicas, o país foi ficando cada vez mais refém de investimentos externos. Para agravar, a partir de 1997 a crise asiática e russa piorou a situação de obtenção de créditos internacionais.

A consequência foi a perda das reservas cambiais e a necessidade de recorrer ao FMI, que ofereceu um aporte de recursos de US\$ 41,5 bilhões, em um pacote *stand by*, em que os recursos são disponibilizados mediante necessidade. Em janeiro de 1999, não resistindo às pressões do mercado, o real foi desvalorizado. O agravamento do déficit nas contas públicas, pelo efeito da desvalorização e do aumento dos juros, agravou a perspectiva de uma recessão no ano e de uma deterioração dos indicadores socioeconômicos e escalada do desemprego (LACERDA et al., 2010, p.298-299).

Esse aporte milionário ajudou FHC em seus planos de continuar na presidência. Negociou por intermédio de propina a reeleição presidencial para continuar no poder¹⁸², e foi bem-sucedido. Nas eleições de 1998, o PT começou a deslocar o discurso, acenando para os capitais estrangeiros.

Assumo o compromisso de fazer do Brasil uma economia industrial forte, preservando as grandes empresas nacionais capazes de competir nos mercados globalizados e estimulando a micro e pequena e a média empresa, que são as maiores geradoras de empregos. Não vamos permitir que a globalização nos relegue o papel de gerir uma economia subordinada, sem dó nem piedade, multiplica o desemprego e a exclusão social. No meu governo, vamos garantir os capitais produtivos que investirem para gerar novas riquezas no país, proporcionando os empregos de que tanto necessitamos. Todo capital estrangeiro que quiser participar nessa empreitada será bem-vindo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 03).

1993 para US\$ 43,6 bilhões em 1994, US\$ 46,5 bilhões em 1995, US\$ 47,7 bilhões em 1996 e US\$ 53,0 bilhões em 1997, ou seja, cresceram apenas 37% no período. Em consequência, o superávit comercial, que era de US\$ 13,3 bilhões em 1993, reduziu para US\$ 8,4 bilhões em 1997 (LACERDA et al., 2010, p. 298).

¹⁸² Não havia reeleição para presidente da República no Brasil. Em 1997, houve um pedido de emenda constitucional que alterou as regras e permitiu a reeleição de FHC, episódio cheio de controvérsias, pois teriam sido comprados votos para a aprovação da Emenda.

Com a popularidade, o plano real FHC conseguiu a reeleição. Para alguns autores, principalmente do Serviço Social, o período de FHC consistiu numa contrarreforma do Estado¹⁸³, pois atentava contra o que fora conquistado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Para os socialdemocratas se tratava apenas de uma modernização do Estado para a nova fase do sistema capitalista¹⁸⁴. Os organismos internacionais incentivavam a modernização, para que os países periféricos pudessem ingressar na nova ordem econômica mundial¹⁸⁵.

Os anos conturbados e “perdidos” economicamente da década de 1980 pavimentaram o caminho para o ajuste neoliberal, levado a cabo durante os oito anos de governo FHC. O discurso único neoliberal tratou a Constituição de 1988 como ultrapassada, no momento do seu nascimento. A economia suplantou o direito.

Ao longo dos anos 1990, propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno das reformas. A Era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de *outsider* (ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pode observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo projeto de modernidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2005, p. 148)¹⁸⁶.

Com o retrocesso imposto, houve resistência dos movimentos sociais que ainda estavam energizados e atuantes. Durante o governo FHC, as greves se

¹⁸³Dentre os vários autores podemos citar Behring e Boschett (2009), Iamamoto (2011), Coutinho (2008) entre outros.

¹⁸⁴Coube ao ministro Bresser Pereira a formulação da reforma do Estado. Para ele, a Carta Magna de 1988 merece o rótulo de “retrocesso burocrático”, pois representou uma atitude defensiva da alta burocracia que afirmou seus privilégios corporativistas e patrimonialistas, fruto do ressentimento com que fora tratada nos governos militares, restabelecendo a força centralizadora e a “pureza” do sistema burocrático através do fortalecimento e expansão da administração direta e da defesa dos interesses corporativistas do funcionalismo público (LEITE, 2012).

¹⁸⁵A Reforma do Estado foi estimulada pela ação do Banco Mundial e do FMI – Fundo Monetário Internacional. Segundo organismos internacionais, para o crescimento econômico e inserção na ordem mundial é preciso que os Estados estejam com orçamentos equilibrados e estabilidade interna da moeda. A reforma do Estado é parte de um conjunto de medidas que criou uma “nova ordem mundial”, firmada a partir de mudanças significativas nas relações internacionais, com reflexos na organização interna dos diferentes países (COSTA, 2000, p. 49-79).

¹⁸⁶Uma análise mais atenta sobre o documento que orientou as reformas do período FHC, (PDRE/MARE, 1995), foi feita e criticada por Behring (2003).

intensificaram e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ampliou sua atuação¹⁸⁷. Com a terceira derrota consecutiva, crescia a desconfiança em que o partido estava perdendo para si mesmo. Começava o descolamento do candidato Lula, das agitações partidárias.

Estava surgindo o mito. As lutas internas das tendências pelo poder conquistado, ora por grupos à esquerda, ora por moderados, foram sendo controladas por José Dirceu, que controlou o partido com punhos fortes (SECCO, 2011), tornando o partido mais homogêneo e coeso.

O descolamento da base podia ser sentido nas assembleias, onde a “liberdade de fala era substituída por líderes “educados”, representantes de tendências, ou de alguma figura ilustre”. Os grandes congressos começaram a ser produzidos fora do cotidiano vivido. Daí o motivo por que os militantes preferissem o bar ao discurso (SECCO, 2011). Como nas missas coloniais, os políticos profissionais falavam latim¹⁸⁸.

Uma sociedade civil incivilizada precisava ser educada. Influenciado pelo pensamento de Gramsci, o PT era intransigente na defesa da educação geral¹⁸⁹. A profissionalização do partido fez a militância bater em retirada; em seu lugar, surgiram as equipes pagas, bocas de urna e todo o aparato financeiro da disputa eleitoral do mercado de votos.

Os movimentos comunitários surgiram antes do PT, nas comunidades de base. Diferentes dos conselhos de fábricas gramscianos, eles não estavam ligados diretamente a nenhuma base produtiva. Eles foram cooptados pelas administrações municipais, transformando-se em associações de moradores, com líderes comunitários geralmente ligados a algum partido político.

¹⁸⁷Com o avanço do agronegócio, as relações no campo se intensificaram e o MST ocupou várias fazendas improdutivas, na tentativa de impor ao governo federal um programa de reforma agrária. Em 1996, o MST do Pará partiu em marcha para um protesto na capital contra o não cumprimento das promessas de reforma agrária daquele Estado. A marcha se deteve em El dourado de Carajás, onde foram cercados por forças policiais e reprimidos violentamente. Esse episódio ficou conhecido como massacre do Carajás (17 ABRIL... Acesso em: 23 abr.. 2017).

¹⁸⁸Na análise de Secco (2011), perto de onde aconteciam as assembleias inaugurou-se uma padaria com o nome de assembleia dois, onde os militantes preferiam o bate-papo e as cervejas, aos discursos. Secco compara esse comportamento dos militantes ao comportamento das pessoas que conversavam durante a missa no Brasil colônia e que causou estranhamento a Auguste Saint-Hillaire.

¹⁸⁹Cesar Albeniz Cruz (2010) investigou a importância da formação política dos movimentos das classes subalternas e concluiu que, embora algumas experiências fossem bem-sucedidas, as principais organizações dos trabalhadores falharam nessa preparação. Secco (2011) também chegou a essa mesma conclusão.

As reivindicações coletivas para a solução de problemas da comunidade tornaram-se trampolins para candidaturas municipais. Assim, o PT se limitou à cooptação das lideranças e nem sequer percebeu a beleza da “flor que nasceu na rua, que furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”¹⁹⁰. Preferiu a disputa pelo poder político parlamentar, aceitou o financiamento privado das campanhas, legais a partir de 1994, e competiu em igualdades de condições financeiras com os demais (SECCO, 2011).

O projeto casulo daquele movimento de base, dos de baixo, da espontaneidade das ações que refletiam as experiências e dissabores, se transformou na borboleta linda e inofensiva, quase decorativa na parede do colecionador¹⁹¹. O PT nacionalizou-se; Lula já não assustava ninguém; ele era o Lula do bem. O PT queria o poder e chegava a hora de se declarar, de mostrar que era um excelente gestor da barbárie e que merecia o controle da nau dos mortos. A carta ao povo de 2002 é a carta testamento do PT¹⁹².

Dos movimentos que marcaram a vida política do Brasil no final da década de 1970 até a conquista do poder pelo partido político que os representava, muita coisa havia mudado. O PT abandonou a pedagogia das massas.

Nada mais emblemático para isso do que sua aliança para a vitória com o Partido Liberal (PL). Mesmo assim, havia o respaldo da militância orgânica do partido, e a esperança de que, uma vez no governo, o PT fizesse a diferença. Passava-se da força repressiva de 1964 à euforia dos anos de 1980 e ao desânimo dos anos de 1990.

Quando eleito em 2002, Lula afirmou que “enfim, a esperança venceu o medo”. Parece que as classes dominantes não temiam mais o PT, e o povo podia perder as esperanças.

¹⁹⁰Trecho do poema a flor e a náusea, de Carlos Drummond de Andrade.

¹⁹¹Referência ao projeto para educação infantil lançado na década de 1970, que contava com apoio de órgãos internacionais. O número 13 do partido é o número da borboleta do jogo de bicho, contravenção oficial que possui telefones e sorteios via internet. A dissimulação era geral.

¹⁹²Entre outras coisas, o PT se comprometeu na política de superávits primários e de incentivo ao investimento estrangeiro. Isso se lê na *Carta ao povo brasileiro*, de Silva (2002).

Cena I: Piquenique no front¹⁹³.

O caráter alienado do sistema do capital vai intensificando-se na medida em que a sua reprodução se torna cada vez mais antagônica às necessidades humanas, por vezes às necessidades mais básicas de sobrevivência biológica. Mészáros demonstra como o sistema do capital em crise estrutural requer uma produção que seja ao mesmo tempo a destruição do produzido. A planejada capacidade de os produtos quebrarem ou perderem seu prazo de validade tecnológica cada vez mais rapidamente, o consumo supérfluo que intensifica a perdulariedade já imensa de todo sistema, tecnologias que aumentam a produção com um emprego decrescente de força de trabalho etc., fazem com que a produção se torne cada vez mais destrutiva não apenas dos produtos, não apenas das riquezas, não apenas do planeta, mas, também, dos seres humanos (LESSA; TONET, 2012, p. 70).

Todos os tipos de violência parecem confluir para o estágio atual do Capitalismo. Setembro de 2001 mostrou que até o maior império do planeta tem fragilidades, jogando o mundo em uma escalada mundial de violência¹⁹⁴. No Brasil, o PT chegou ao poder em 2003 e soube aproveitar o enorme crescimento chinês para se fortalecer economicamente. O Brasil foi “puxado pelos cabelos”¹⁹⁵ e tudo parecia estar bem. Mantidas as metas de inflação e os superávits primários,

a transição do governo FHC para o governo Lula foi acompanhada pela ascensão de novos intelectuais orgânicos constituídos por parlamentares, dirigentes e quadros do PT, assim como de numerosos dirigentes sindicais quase todos filiados ou militantes do partido, num processo chamado de transformismo por Gramsci (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 20).

O processo de transformação do partido de massas em partido de quadros foi dando-se ao longo da década de 1990. Embora as lideranças dos principais movimentos fossem cooptadas para dentro da burocracia estatal do partido, vários segmentos minoritários continuaram ligados de maneira orgânica aos movimentos de base. Na economia, o governo Lula manteve a formação de superávits primários e fez reformas de base neoliberal como a da previdência. No entanto, a nova conjuntura internacional favoreceu o primeiro mandato do governo do PT.

¹⁹³Obra do dramaturgo espanhol Fernando Arrabal, que retrata o olhar de filhos e pais com relação à guerra e é o retrato do Brasil, que banalizou a violência, convive, bebe, come, ama, se diverte em meio a uma guerra desumana.

¹⁹⁴No dia 11 de setembro de 2001, terroristas usaram aviões comerciais para atacar alvos civis americanos. As torres gêmeas, símbolos de status e consumo, foram destruídas, ceifando a vida de milhares de inocentes. Essa ação foi o principal motivo da invasão do Iraque pelos EUA, em 2003.

¹⁹⁵Expressão utilizada por Luiz Gonzaga Belluzzo, sobre o impulso econômico do Brasil após 2003.

Lula encerrou o primeiro mandato com uma taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%, ou de 2% do PIB por habitante. Com o controle da inflação, o governo diminuiu progressivamente as taxas de juros, estacionando-as em 13,5% no final de 2006. Embora advertido sobre os efeitos deletérios sobre a economia, Lula ignorou tais argumentos e ainda propôs ao Fundo Monetário Internacional (FMI), um aumento do superávit primário de 3,75% do PIB para 4,25%. Assim, mesmo mantendo-se fiel à cartilha neoliberal, o governo Lula conseguiu reduzir consideravelmente o grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira – importante trava de seu crescimento desde os anos oitenta –, reforçando, aparentemente, a tese do pensamento econômico dominante e da equipe do seu governo de que os caminhos do crescimento sustentado passavam, de fato, pelas mãos da ortodoxia (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Em 2003, o governo federal lançou o programa Bolsa Família¹⁹⁶, que substituiu os subsídios fragmentados dos governos anteriores, com depósitos em dinheiro para famílias carentes, geralmente, famílias lideradas por mulheres. Além de importante política de distribuição de renda, esse Programa atingia objetivos políticos eleitorais, pois, focalizava o combate à miséria, aproveitando a imensa desigualdade do país, onde

1% da população é detentora do dinheiro, que inclui os donos dos grandes monopólios de comunicação e das grandes empresas. 20% eram a classe média, proprietária do conhecimento e os agentes políticos, médicos, advogados, juízes e intelectuais. 9% trabalhadores industriais e 70% era a ralé, excluídos de qualquer mecanismo de participação político-social (SOUZA, 2015, s/p).

Com a conjuntura econômica internacional favorável, o governo Lula pôde desfrutar da popularidade que advinha das exportações de *Commodities*, cujo rendimento podia alimentar o Crédito e inserir grande parte dos brasileiros no Consumo (CCC)¹⁹⁷. No parlamento, o partido usava o caixa favorável para comprar apoio político e fortalecer a base do apoio ao governo. Em 2005, os escândalos dos correios e do mensalão causaram “a queda de importantes personagens do governo, tenham-se em vista os casos de José Dirceu, Chefe da Casa Civil, e de Antônio Palocci Filho, Ministro da Fazenda”. Já em 2003, várias lideranças que não concordavam com a conduta que o partido estava adotando foram expulsas e

¹⁹⁶O programa Bolsa Família “está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 – e é regulamentado pelo decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e outras normas. O programa possui três eixos centrais: complemento de renda, acesso a direitos e articulações com outras ações. A partir de 2011, o Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo” (BRASIL, 2004).

¹⁹⁷Termo cunhado por Paulo Arantes para entendimento das bases do governo Lula.

fundaram o Partido Socialismo Liberdade (PSOL)¹⁹⁸. Lula não foi atingido por esses episódios, sendo reeleito em primeiro turno em 2006, com 60,8% dos votos (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 24-25).

No segundo mandato, a meta foi o desenvolvimento econômico acelerado. O governo lançou o Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)¹⁹⁹. O PT lançava as bases de um processo neodesenvolvimentista de crescimento, depois da estagnação dos anos 1990²⁰⁰. Mantendo-se fiel à orientação neoliberal, o governo do PT conseguiu ser canonizado pelo mercado.

No final de abril de 2008, recebeu o selo de grau de investimento (*investment grade*) da agência Standart & Poor's. E no final de maio esse mesmo status lhe seria atribuído pela agência Fitch, reforçando sua condição de país confiável para o investidor estrangeiro (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p.30).

Enfim, as portas do paraíso haviam finalmente sido abertas para o país, algo para ser comemorado e que fortalecia a direção política do PT à frente da nação.

Mas, esse processo foi interrompido pelo avanço da crise financeira internacional que, apesar de desencadeada no centro do Capitalismo mundial em 2007, começaria a se espalhar pelo resto do mundo no primeiro semestre de 2008, exatamente quando o Brasil se preparava para colher os “frutos” por seu bom comportamento (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 30).

A crise dos anos 1970 fortaleceu o Neoliberalismo e a sua crença em que o mercado era perfeito e justo, autorregulado e que, portanto, não deveria sofrer intervenções. O resultado foi que, deixado ao seu livre movimento, o mercado lançou a economia mundial em uma crise sem precedentes.

¹⁹⁸ Entre eles: Heloisa Helena, Babá, Joao Fontes e Luciana Genro. O PSOL foi fundado em junho de 2004 (PSOL... Acesso em: 23 jan. 2017).

¹⁹⁹ Em 2007, sentindo-se seguro para planos de longo prazo, o governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa visava a transformar a infraestrutura, romper com as barreiras e superar os limites ao crescimento econômico, de forma a sustentar uma taxa de crescimento de 5% ao ano. Logo em seguida, lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que previa concessão de desonerações fiscais às empresas do programa no valor de R\$ 21,4 bilhões (média de 5 bilhões/ano) e financiamentos do BNDES. Propôs também a criação de Fundo Soberano do País (FSB), que seriam alimentados por receitas do governo correspondentes a 0,5% do PIB, elevando o superávit. Tudo isso foi enfraquecido com a crise que começou nos países centrais do Capitalismo e se alastrou para o resto do mundo (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p..27)

²⁰⁰ Sobre o programa neodesenvolvimentista, Boito Jr. (2010) fez uma análise das bases econômicas e políticas que possibilitaram aos governos petistas formarem um bloco político que permitiu esse projeto.

a crise imobiliária de 2008 foi resultado de anos de acumulação de capital fictício [...] a crise estourou quando uma massa crítica de devedores começou a enfrentar sérias dificuldades para pagar seus empréstimos, em razão do aumento das taxas de juros determinados pelo Federal Reserve para financiar os enormes gastos ligados às guerras no Iraque e no Afeganistão (DIERCKXSENS et al, 2010, p.36).

Uma vez entregues as finanças, a economia aparece, guardando as devidas proporções e diferenças, o que Marx já havia observado em sua época.

a mesma prostituição, a mesma fraude despudorada, a mesma ânsia de enriquecer não pela produção, mas pela escamoteação da riqueza alheia já existente, prorrompeu especialmente entre as lideranças da sociedade burguesa a validação irrefreável de cobiças doentias e dissolutas, que a cada instante colidiam com as próprias leis burguesas [...] dinheiro, sujeira e sangue confluem (MARX, 2012, p. 40).

No caos dos mercados, o Estado, o alvo principal das críticas neoliberais, é chamado para resgatar o sistema. O Estado deveria ser mínimo para o social e máximo para o capital.

Apesar de todos os fundos de resgate injetados, as economias do chamado grupo dos sete (G7) não se recuperaram. [...] Na América Latina e no Caribe, os países mais anexados à economia estadunidense sofreram uma forte recessão. Em países emergentes como o Brasil (em que o capital especulativo e o produtivo se combinam), não houve recessão, embora tampouco tenha havido crescimento (DIERCKXSENS et al., 2010, p. 37).

Mesmo com a crise que impôs a falência a países como a Grécia, o discurso único de austeridade fiscal continuou a ser imposto como única saída para a crise. Embora para o presidente Lula a crise não passasse de uma marola, estudiosos já previam que ela poderia se transformar em um tsunami.

Do “momento mágico vivido pela economia brasileira”, na visão mirífica que empregou para saudar o bom momento por que essa passava no início de 2008, não será nenhuma surpresa se o País caminhar dentro de algum tempo, para um novo momento trágico (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 31).

Quando a crise econômica chegou, trouxe a crise política e social e sinalizou o final de um ciclo político, o esgotamento de um modelo de transformação que tinha nos sindicatos e partidos políticos as suas bases. Mas não foi apenas o Brasil e outros países da América Latina que sentiram os efeitos da crise. Ela atingiu todo o globo.

Em 2009, uma onda de protestos e manifestações se espalhou pelo Oriente Médio, movimento que ficou conhecido como primavera árabe, e que no Irã só foi possível a organização por meio de Twitter. As redes sociais tornaram-se indispensáveis para furar o bloqueio de informações que os países sem tradição democrática impunham às suas populações.

Na Europa, movimentos como o *Podemos* ocupou as praças. Na Itália, o Movimento Cinco Estrelas (Cinque Stelle) propôs um partido político totalmente controlado pela internet. E a Islândia, que sacrificou os bancos, saiu da crise sem a austeridade que sacralizava do Neoliberalismo. O ponto comum desses movimentos foi a organização em ambiente virtual.

Movimentos sociais conectados em rede espalharam-se primeiro no mundo árabe e foram confrontados com violência assassina pelas ditaduras locais. Vivenciaram destinos, incluindo vitórias, concessões, massacres repetidos e guerras civis. Outros movimentos ergueram-se contra o gerenciamento equivocado da crise econômica na Europa e nos EUA, por governos que se colocaram ao lado das elites financeiras responsáveis pela crise à custa dos seus cidadãos (CASTELLS, 2013, p. 8-9).

Embora importantes e marcantes, esses movimentos não possuíam características de uma revolução, de uma mudança transformadora da sociedade. Desde a década de 1980, o enfraquecimento ou o fim do agente revolucionário observado por Marx vinha sendo anunciado²⁰¹.

Com a derrocada do chamado Socialismo real, a crise teórica marxista se acentuou. A contestação e a globalização foram organizadas em forma de ataques diretos a símbolos do Capitalismo e não ao capital.

Na América Latina, experiências como a dos piqueteiros na Argentina e o Zapatista no México procuraram se organizar de forma horizontal, sem hierarquias e sem participação na política tradicional²⁰².

Em termos teóricos, o grupo Krisis tentou produzir uma teoria embasada na análise do valor, arguindo a sociedade capitalista por meio da crítica da forma mercadoria

²⁰¹ Trata-se da obra *Adeus ao proletariado*, que André Gorz publicou em 1980, e que foi analisada e criticada em “Adeus ao trabalho?”, de Ricardo Antunes, publicado em 1995.

²⁰² Segundo Jappe (2006, p. 7), vários movimentos que se insurgiram contra o capital globalizado não tinham a ideia de uma sociedade radicalmente diferente. “E também não se trata de reivindicações de uma classe social definida. Tirando a vaga oposição universal ao Neoliberalismo, cada movimento permanece limitado ao seu setor específico e propõe remédios fragmentários sem se dar o trabalho de procurar compreender as razões profundas dos fenômenos que combate”.

de produção social. Em 1991, em pleno processo de abertura política e econômica da URSS, Robert Kurz produziu *O colapso da modernização*, dando uma explicação coerente do processo de desintegração do bloco soviético. Para o autor,

o tipo soviético dessa acumulação primitiva, no início do século XX, não estava mais em condições de adotar o passo relativamente lento com que se desenvolvera o sistema produtor de mercadorias na Europa ocidental. A União Soviética tinha de exagerar o elemento estatista, isto é, transformar toda a sociedade numa máquina de trabalho abstrato, comandada de forma quase militar, para impor a lógica do capital (KURZ, 2004, p. 192).

Embora os revolucionários russos pensassem fazer a revolução suprimindo o inimigo burguês e acabando com a concorrência, eles deixaram intacta a produção de mercadorias, do trabalho assalariado e do valor.

Os estalinistas, no plano interno da URSS, acreditando na teoria da possibilidade do “Socialismo em um só país” e certos de que estavam construindo o Socialismo, queriam convencer os operários de que eles não eram explorados pela burocracia que dominava dos locais de trabalho ao Estado, passando pelo partido e pelos sindicatos [...]. Todos os assalariados (e, na URSS, todos eram assalariados) pertenciam à mesma e única classe social: os trabalhadores (LESSA; TONET, 2012, p. 75).

Em vez de eliminar o trabalho assalariado, o processo modernizador do bloco soviético o intensificou ao extremo. Ao não destruir a produção mercantil, os soviéticos não eliminaram as relações de troca e a exploração. O mesmo processo se verificou com a condução democrática da socialdemocracia no lado ocidental.

A valorização do Estado como mediação fundamental para o Socialismo significou que tanto a socialdemocracia quanto o estalinismo conceberam a transição como um processo essencialmente político, como se o Estado (política) fosse fundador da sociedade e não mais o trabalho. A luta pelo comunismo, tanto para a socialdemocracia quanto para o estalinismo, seria um processo prioritariamente político e, portanto, o fundamental seria o Estado (LESSA; TONET, 2012, p. 75).

Em 2006, Anselm Jappe escreveu: *As aventuras da mercadoria*: para uma nova crítica do valor, onde lançou as bases para uma nova leitura revolucionária de Marx.

Trata-se de encarar a necessidade de uma crítica das categorias de base da modernização capitalista, e não apenas de uma crítica da respectiva distribuição ou da aplicação. Porém, durante mais de um século o pensamento de Marx serviu sobretudo como teoria da modernização, no intuito de fazer avançar essa mesma modernização. Guiando-se por essa teoria, os partidos e os sindicatos apenas contribuíram para a integração da classe operária na sociedade capitalista, liberando assim a própria sociedade capitalista de muitos dos seus anacronismos e deficiências estruturais (JAPPE, 2006, p. 6).

O marxismo tradicional centrou a crítica da sociedade na luta de classes, mas as práticas revolucionárias não conseguiram superar as relações de trocas mercantis.

A crise global do Capitalismo [...] constitui também a crise do marxismo tradicional, que foi afinal sua parte integrante, tal como a derrocada dos países do “Socialismo real” foi uma etapa da decomposição do Capitalismo global [...] a partir daqui a crítica marxista da mercadoria, do trabalho abstrato e do dinheiro deixa de ser uma espécie de “premissa filosófica” alcançando plena atualidade (JAPPE, 2006, p. 10).

O Capitalismo globalizado impõe uma revolução para além do confronto com o seu agente, a burguesia, mas, também, para além do capital e sua forma mercadoria, com todas as relações sociais que advêm desse sistema. O desenvolvimento das categorias basilares do sistema de troca, uma vez alcançado o ápice, coloca em risco toda a humanidade. O planeta geme. A produção desenfreada o leva ao limite. O metabolismo esquizofrênico imposto pelo valor destrói o homem e o seu meio natural. Nas crises cíclicas vividas pelo sistema, os trabalhadores se organizavam se fortaleciam e se integravam a lógica mercantil, em vez de superá-la.

Por essa via, o trabalhador interioriza as necessidades e os imperativos do capital, como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição dos valores de uso capitalistamente viáveis como se emanassem de suas próprias necessidades (MÉSZÁROS, 2011, p. 325).

O fetiche da mercadoria que Marx analisou em primeiro lugar em *O capital* era ainda embrionário, passando despercebido pela maioria dos seus epígonos. O mistério da mercadoria, embora brilhantemente revelado por Marx, continuou oculto. Enquanto a luta de classes estava no centro do debate e das práticas revolucionárias, os fundamentos fetichistas permaneciam intocados e se desenvolvendo. O parlamento, o sufrágio universal, os partidos políticos, sindicatos, a participação política, apenas conseguiram, em algumas partes isoladas, um Capitalismo de rosto humano, mas nunca vislumbraram uma sociedade transformada. Esse foi o caminho social democrata do Welfare. Mas nas periferias do sistema, a realidade é a da exploração absoluta.

Com todas as consequências que a crise estrutural do Capitalismo engendrou no desenvolvimento de formas de resistência na América Latina, as pesquisas tentaram captar essas mudanças, contribuindo para uma melhor compreensão desses

movimentos. Cruz (2010) discutiu o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe; analisando as formas como se processou essa formação na classe trabalhadora brasileira, avaliou as influências anarquistas e a dos comunistas a partir da década de 1920, a CUT e o 13 de maio NEP dos anos 1980 até 2010. Para o autor, “a formação política pode contribuir para que os trabalhadores não se percam, e não se deixem levar pelas ilusões do reformismo e da colaboração de classes” (CRUZ, 2010, p.183). Marro (2009), já vislumbrava a crise estrutural do Capitalismo como desagregadora da classe operária e analisava a rebelião dos que “sobram”, como organização das massas subalternas desempregadas. Para a autora, a partir dos anos de 1990,

pode-se observar o surgimento de um novo sujeito que alcança rápido protagonismo na estruturação dos protestos da época: são os trabalhadores desempregados que desnudam uma expressão da “questão social” de difícil resolução, para a qual inexistem mecanismos estruturados de intervenção pública. Formas mais “precárias” de contenção do conflito de classes seriam acionadas como consequência do acelerado desmonte dos canais clássicos de institucionalização e negociação social (MARRO, 2009, p. 155)²⁰³.

Com a crise do mundo do trabalho assalariado, começaram a se esgotar e a se enfraquecer todas as estruturas políticas que o mantinham por meio da exploração assalariada, filiado à sociedade burguesa. Uma vez dispensadas da produção, as organizações representantes do trabalho perderam espaço de negociação nas arenas de disputa que se localizavam dentro do Estado.

A partir daí, esses espaços passavam a ser ocupado e o Estado direcionado para a nova ordem financeira. A reforma do Estado se tornou inevitável, e o contingente da força de trabalho dispensada pelo capital sonha com o retorno da exploração ou começam a experimentar outras possibilidades de socialização.

Alves (2013) analisou o fazer-se da classe trabalhadora e sua resistência à modernização industrial ainda fundada nas tradições e costumes pré-capitalistas; verificou também sua integração no sistema e o desfazer-se da classe, com a crise estrutural do sistema, e as possibilidades dessas massas que não conseguem mais se reproduzir por dentro das relações de produção capitalista, nem conseguem

²⁰³ Cabe ressaltar que essa pesquisa analisou os movimentos de desempregados da Argentina. No Brasil, esse contingente foi cooptado pelo Bolsa Família e seu movimento enfraquecido. Ver Boito Jr (2012).

ascender a novas formas de relações humanas contrárias, portanto, às formas reificadas da sociedade mercantil.

Não obstante, quando o trabalho deixa de ser para uma ampla massa de seres humanos o lugar da produção das condições necessárias à vida, “a sociedade fetichista da abstração real é impelida à dissolução” e, então, a lei do valor em crise revela a sua historicidade. Podemos desenvolver a substância histórica de tais acontecimentos no campo da experiência social e isto permite resgatar a margem da ação humana em que reside o princípio prático orientador vital de estratégias que possam apontar para uma reestruturação radical da vida (ALVES, 2013, p. 152).

Apesar de todos os indicadores, das pesquisas e dos movimentos contestatórios que se faziam presentes na cena histórica, o Brasil e o governo petista, que estava em seu terceiro mandato consecutivo, desconsideravam a gravidade da crise e apostavam na solidez do seu bloco político conservador que lhe dava respaldo e legitimidade; em 2013, preparava-se para mostrar ao mundo a grandiosidade do desenvolvimento econômico do país, com a Copa das Confederações, torneio de futebol preparatório para a Copa do Mundo de Futebol de 2014²⁰⁴, que se realizaria de 15 a 30 de junho de 2013.

A crise anunciada poderia vir de várias formas, mas, no caso de 2013, foi influenciada pela autoconfiança da presidente Dilma Rousseff.

A confiança na passividade imposta aos movimentos sociais era tão grande que a presidente Dilma negociou para que o aumento das passagens não fosse lançado em janeiro, mas em junho, para tentar disfarçar a inflação que saía do controle. Olhando agora, parece estranho trazer para a Copa das Confederações o aumento e sua consequente reação, mas os poderosos fielmente acreditaram que a população estaria ocupada torcendo pela seleção brasileira e não repararia naquele pequeno grupo de jovens protestando contra mais um aumento (IASI et al., 2013, 45).

Para os rebeldes que paralisavam a cidade por um simples aumento de 0,20 centavos das passagens, repressão policial. A mídia tratou o movimento como

²⁰⁴Em 2007, o Brasil é anunciado como sede da copa do mundo de futebol de 2014, e em 2009, como sede dos jogos olímpicos de 2016. Como Jacó, o país trabalhará sete anos mais sete para receber, por fim, sua gloriosa medalha de ouro de organização. Mas, a insatisfação da classe política e dos empresários e dos mercados financeiros e a megalomania do projeto, deixaram expostas as bases do bloco conservador feito por Lula e continuado por Dilma. Ao invés de reformar as arenas existentes ou construir seis ou oito arenas, o Brasil construiu doze arenas de padrão Federação Internacional de Futebol (Fifa). Algumas delas, construídas em lugares sem nenhuma utilidade futura, a não ser a de virarem elefantes brancos.

baderna²⁰⁵. A reação popular em adesão aos jovens manifestantes surpreendeu a todos. A maior cidade do país expunha as suas contradições e seus conflitos, que antes, latente, aflorava de forma violenta. Com a globalização da economia, surgiram também as cidades globais.

Divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados [...]. As cidades sempre foram lugares de desenvolvimento geográficos desiguais [...], mas as diferenças agora proliferam e se intensificam de maneiras negativas, até mesmo patológicas, que inevitavelmente semeiam tensão civil [...]. tais desenvolvimentos urbanos desiguais traçam o cenário para o conflito social (HARVEY et al., 2013, p. 28).

Muitos dos jovens da classe trabalhadora que conseguiram um emprego formal durante a década de governos petistas acabam ingressando nas faculdades particulares e são vítimas da rotatividade e da precariedade do mercado de trabalho.

A satisfação trazida pela conquista do emprego formal e pelo incremento escolarização choca-se com um mercado de trabalho em que 94% dos novos postos pagam até 1,5 salário-mínimo. Sem mencionar as precárias condições de vida nas periferias das cidades e da violência policial que persegue as famílias trabalhadoras, no intervalo de uns poucos anos pudemos constatar que a vitória individual transformou-se em um alarmante estado de frustração social (BRAGA et al., 2013, 81).

Criou-se uma identidade entre o pequeno grupo de manifestantes contra o aumento da passagem e a imensa maioria de jovens precarizados que, além de conviver com os péssimos serviços públicos básicos, como saúde, educação, segurança, sofriam a mesma violência policial de forma cotidiana.

A questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira. Desde os anos 1950, o proletariado precarizado mobiliza-se pela ampliação dos direitos de cidadania. O PT e a CUT descendem diretamente da habilidade do proletariado precarizado brasileiro de transitar muito rápido da aparente acomodação política à intensa reivindicação por direitos (BRAGA et al., 2013, p. 81-82).

²⁰⁵Na quinta-feira, 13 de junho de 2013, os jovens do Movimento Passe Livre (MPL), continuavam nas ruas. O programa televisivo *Brasil urgente*, da Rede Bandeirantes de televisão, denunciava a baderna de jovens na cidade de São Paulo, e seu apresentador, José Luiz Datena, lançou uma enquete para saber o que a população achava da baderna daqueles jovens, que atrapalhavam a rotina pacífica da cidade. O apoio foi massivo. Ele, então reformulou a pergunta, e mais uma vez a população apoiou as manifestações, para a incredulidade do apresentador (VIANA et al., 2013, p. 53).

Mas as manifestações de junho de 2013 dispensaram suas organizações tradicionais, tendo na internet o instrumento organizativo das massas.

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuites a tuites, post, imagens a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (CASTELLS, 2013, p. 178).

Se os movimentos dos anos 1970 traziam a marca da identidade comunitária, do chão de fábrica e dos sindicatos contra os abusos do regime militar, da carestia e da repressão, constituindo um partido político como representante de todas as reivindicações daqueles movimentos, as manifestações de 2013 caminharam em sentido contrário, expulsando sindicatos e partidos. No entanto, não se pode dizer que a internet foi uma ferramenta democrática de organização, pois,

Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usarem a internet para combinar protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é também um espaço de interação entre indivíduos, mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela “inteligência” dos governos (SECCO, 2013, p.72).

O início das manifestações foi guiado por um coletivo organizado de forma horizontal: o Movimento Passe Livre (MPL),

criado em 2005 e existente em várias cidades, fruto do acúmulo de revoltas contra o aumento das tarifas de transporte público que ocorreram em 2003 em Salvador e, logo depois, em Florianópolis [...], no entanto, a mídia se apropriou e impôs as pautas, grupos de direita começaram a se infiltrar nas manifestações. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de participantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário (SECCO et al., 2013, 74).

Uma vez que as manifestações baniram os partidos e sindicatos, apontar os erros e as falhas das instituições tradicionais começou a aparecer em quase todos os escritos. Para Mauro Iasi,

O caminho escolhido pelo ciclo do PT e sua estratégia desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada da classe jamais foi convocada. O resultado do governo de coalizão de classes promovido pelos governos petistas não foi o esperado, isto é, um acúmulo

de forças que diante da impossibilidade de uma alternativa socialista, deveria gerar uma democratização que prepararia terreno para futuros avanços. O acordo com a burguesia na cúpula produziu na base social uma reversão na consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum (IASI et al., 2013, p. 46).

Nogueira (2013, p. 21-22) analisou o lado positivo e negativo da chegada do PT ao poder, pois,

ajudou a mudar a face social do país. Mostrou que a elite política pode incluir grupos sociais e pessoas provenientes de baixo, do chão social, dos rincões esquecidos, dando, assim, mais voz aos excluídos. Mas ele fez política e para fazê-la se comprometeu, sujou as mãos, mergulhou fundo no sistema, reciclou-se e perdeu o frescor da juventude, tornou-se parte da crise.

O autor faz menção às raízes gramscianas da base petista, afirmando que, embora monopolizassem o campo reformista da esquerda,

isso foi feito com baixa capacidade de ação hegemônica: o partido e suas organizações não se dedicaram a qualificar sua ascensão política e sua própria condição histórica de voz contestadora. Não formularam uma nova ideia de política, de democracia, de economia. Não disseminaram cultura, não promoveram uma nova “direção intelectual e moral” (Gramsci) para a sociedade. Sequer conseguiram se contrapor ao Neoliberalismo, que cresceu na sociedade. Em vez de projeto de hegemonia, organizaram um projeto de poder (NOGUEIRA, 2013, p. 22).

Para se perpetuar no poder, o PT constituiu uma frente neodesenvolvimentista que contava com...

... a grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. No campo das classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista. Essas forças foram, na verdade, as forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido. Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista e entretêm com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da Região Nordeste. Outra parte da chamada “massa marginal” é social e politicamente desorganizada. Ela foi incluída na frente neodesenvolvimentista graças às políticas de

transferência de renda dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. O programa Bolsa Família, destinado às famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, e o chamado Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos e a pessoas com deficiência, são os principais instrumentos dessa política. Essa massa pauperizada não intervém de forma organizada na frente política neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma optaram por lhes destinar renda sem se preocupar – nem esses governos, nem o seu partido, o PT – em organizá-los (BOITO JR. 2012, p. 8-10).

Com a crise de 2008, essa frente começava a se fragmentar; e com as manifestações de 2013, entraram em crise. As manifestações de junho foram entendidas por alguns como uma ação revolucionária.

A sociedade brasileira mudou em profundidade nas últimas décadas. Tornou-se mais dinâmica, com mais mobilidade social, novas culturas e novas expectativas. Passou a funcionar cada vez mais em rede. Os centros de poder entraram em crise, perderam transparência e força [...]. Há uma revolução em marcha, mas ela não é nem a dos trabalhadores e nem a das classes médias. É uma revolução sem revolução, a sociedade ultrapassando o sistema político e pondo em xeque o que está instituído. O conflito social foi reconfigurado pela digitalização da vida e por modificações importantes no mundo do trabalho (NOGUEIRA, 2013, p. 23).

O terremoto de junho sacudiu o centro do poder político do país. Aí, o reajuste das tarifas dos transportes públicos retrocedeu. A proposta de limitação do poder de investigação do Ministério Público (MP) foi arquivada²⁰⁶. Tentativas conservadoras, como a cura Gay²⁰⁷, saíram da pauta; a Lei da ficha limpa entrou na pauta do dia e a sociedade civil ganhou espaço junto ao governo na discussão.

A reforma política ameaçou os donos do poder no parlamento, que dificultavam sua discussão. A presidente Dilma, em resposta às manifestações, propôs cinco pactos: “pacto pela responsabilidade fiscal, pacto pela reforma política, pacto pela saúde, pacto pela mobilidade urbana e pacto pela educação”²⁰⁸. Ao mesmo tempo, procurou aproximação dos movimentos sociais. Nesse meio tempo, as forças conservadoras aproveitaram para minar a credibilidade do governo.

Aquela aproximação da presidente com os movimentos sociais resultou na Política Nacional de Participação Social (PNPS), que foi decretada em maio de 2014 e

²⁰⁶Tal proposta de Emenda à Constituição ficou conhecida como a PEC 37 e foi arquivada por pressão popular.

²⁰⁷Proposta pela bancada evangélica, teve, na pessoa do deputado federal Marcos Feliciano, sua mais forte defesa. O projeto foi arquivado depois das manifestações.

²⁰⁸Mesmo assumindo compromissos com os manifestantes, Dilma sabia que a briga com a sociedade política seria muito difícil. Ver artigo de Calgaro (Acesso em 10 abr. 2017).

propunha uma aproximação com a sociedade civil e seus movimentos, institucionalizados ou não. Em março, a operação lava-jato trazia à tona o mar de corrupção que se apoderou do país desde a sua redemocratização, mas o alvo era, mais uma vez, o PT e a presidente.

Começava a queda de braço para ver quem se fortalecia após 2013. A PNPS foi logo atacada. A lei nº 8243 de maio de 2014 (BRASIL, 2014) seria “um decreto bolivariano de construção da ditadura do proletariado (MORGENSTERN, 2015, p. 32)”²⁰⁹.

As questões que se colocaram no início desse trabalho, estavam sendo esclarecidas. As manifestações de junho de 2013 não foram uma orquestração das classes conservadoras para abalar o governo. As classes conservadoras se aproveitaram daquele movimento para continuarem nas ruas, e direcionaram as mudanças de acordo com os seus interesses.

Não foi apenas o presidencialismo de coalizão que entrou em crise, e, sim, as formas tradicionais de fazer política: sindicatos e partidos. A política partidária se enfraqueceu quando o Estado perdeu seu espaço para o mercado. A reforma política, posta na ordem do dia, virou um “puxadinho” pela própria impossibilidade de reformar o que estava em vias de superação²¹⁰.

A crise econômica e política fortaleceu as forças conservadoras do país, que, com um discurso moralista, culpabilizou o PT por toda a corrupção do país, conseguindo eleger a maioria no congresso nacional.

Com o domínio absoluto do financiamento de campanhas, a bancada ruralista, a dos setores ligados a segurança e a dos evangélicos, conhecidas como bancada do boi, da bala e da bíblia (BBB), mais a bancada dos empresários, cresceram em detrimento da bancada dos direitos humanos, sindicais e a bancada ligada aos movimentos sociais.

²⁰⁹Em 2015, Flávio Morgenstern escreveu um calhamaço em que fez do governo do PT e de 2013 uma orquestração das esquerdas para implantar o comunismo no Brasil. A ideologia empoeirada das elites conservadoras retornava à cena. Sem a URSS, os modelos são caseiros; Venezuela e Cuba são usados para denunciar a tentativa da ditadura proletária no país.

²¹⁰Em agosto de 2017, o Jornal *A Gazeta*, publicou quatro artigos com o título “É reforma ou puxadinho?” Nesses quatro textos, Danilo Araújo Carneiro, Fernando Pignaton, Adriano Sant’Ana Pedra e Cesar Albenes analisaram as tímidas medidas que os parlamentares ensaiaram depois de junho de 2013. Até hoje, o debate se estende sem sair do lugar (A GAZETA, 2017, p. 20).

Sem força política, a presidente capitulou.

Durante os governos do PT, o de Dilma principalmente, houve um ajuste catastrófico. Depois de reagirmos tão bem em 2009 à crise internacional, ela não perdeu o timing de impedir que aquela perda de dinamismo cíclico fosse corrigida de uma maneira mais suave. Fez as desonerações, não definiu direito os projetos de infraestrutura que eram os únicos que podiam manter a economia a um nível razoável, e cedeu às pressões do mercado. Em 2014, ela ganhou a eleição falando uma coisa, e quando assumiu, fez outra. Fez o reajuste, nunca vi uma coisa tão burra na minha vida (BELLUZZO, 2017).

A imposição do mercado financeiro fez Dilma nomear para o Ministério da Fazenda o economista Joaquim Levy, indicado pelo mercado, e Kátia Abreu, indicada pelo agronegócio, para o Ministério da agricultura. Começou a colocar em prática as reformas e medidas de austeridade. Assim, ela mostrava as debilidades do pacto conservador. Rompia o prometido aos movimentos sociais, ao partido e também ao mercado, pois não encontrava forças políticas para impor todas as medidas amargas a serem ministradas. O prosseguimento da lava-jato e as chamadas pedaladas fiscais levaram ao seu afastamento e impedimento.

Em maio de 2016, Michel Temer assumiu o governo para fazer as reformas de que o mercado necessitava. Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista encabeçam as medidas pelas quais se promete o crescimento do país. Mas a classe média desapareceu; as ruas se esvaziaram.

Todas as acusações pela crise e o desemprego são colocados na conta do PT. Como afirmou Belluzzo, “a imprensa irá começar a dizer que o nível do emprego melhorou” e que as medidas amargas são necessárias para o país voltar a crescer.

De lá para cá, as tarifas aumentaram, os transportes públicos continuam circulando como latas de sardinha e os serviços públicos só pioraram, mas a paz parece total.

A violência explodiu e não parece retroceder com nenhum plano de segurança. O país vive o absurdo real do piquenique no front. A banalização da violência é a marca de um sistema em que o dinheiro possui todas as virtudes humanas e os homens todos os vícios bárbaros e incivilizados.

Os sacerdotes do discurso único continuam pregando a sacralização do trabalho assalariado que não existe para todos, e anunciando o deus mercado como único

caminho para os pobres e desvalidos adquirirem o vil metal. Para os poderosos, a propina, as malas de dinheiro, a corrupção e a certeza de impunidade.

O ano de 2017 marcou o centenário da revolução russa e dos oitenta anos da morte de Gramsci, mas não parece promissor. Os operários não revolucionaram a sociedade; seus objetivos mais nobres foram absorvidos pela lógica do Capitalismo e desaguaram no mesmo rio fétido e poluído da crise do valor.

A atualidade do pensamento político de Gramsci encontra seus limites na crise estrutural do Capitalismo, que enfraqueceu o sujeito revolucionário, o proletariado e, com isso, esgotou as estratégias de organização, por meio das instituições político-partidárias típicas de uma fase histórica em vias de superação.

A operação lava-jato, que desde maio de 2013 colocou todos os partidos no lamaçal da corrupção, deixou possíveis candidatos à eleição presidencial de 2018 constrangidos como a possibilidade de se filiarem a qualquer partido político, incutindo neles o receio de serem taxados de corruptos.

As tendências de eleger pessoas não ligadas a partidos políticos seguem fortalecendo-se e colocando em xeque as instituições tradicionais. As eleições de João Doria, em São Paulo; de Donald Trump, nos EUA; e de Emmanuel Macron, na França, dão a dimensão do desgaste que o mundo político partidário enfrenta em seu ocaso.

No campo imediato de disputa entre o capital e o trabalho, o fim da obrigatoriedade do imposto sindical foi um duro golpe contra várias organizações sindicais que correm o risco de fecharem as portas.

Talvez, esse ocaso das formas de organização tradicionais abra caminho para novas formas de resistência, novas formas de organizações humanas, que não sejam assimiladas pelas instituições burguesas, servindo de alternativa a esta.

Prólogo.

Sonhar o sonho impossível, sofrer a angustia implacável, pisar onde os bravos não ousam, reparar o mal irreparável, amar o amor casto à distância, enfrentar o inimigo invencível, tentar quando as forças se esvaem, alcançar a estrela inatingível, essa é a minha busca. (Dom Quixote).

Tudo a que assistimos no processo de modernização desde sua inauguração corroborou a afirmação de Marx e Engels de que a história se move através de antagonismos dialéticos, que necessitam de solução, de uma superação. Ao investigarmos as causas intrínsecas que fizeram com que um movimento de massas dispensasse todas as instituições organizativas, produzidas por outro movimento de massas que o antecedeu, chegamos ao ponto central e que Marx já havia assinalado faz quase duzentos anos: “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”.

As formas de troca, o desenvolvimento das forças produtivas, mudanças nas relações de produção, tudo isso determinou formas de defesa e conservação de um sistema de produção como formas de resistência e superação desse sistema. Numa palavra, luta de classes.

Partindo da nossa hipótese, fizemos uma abordagem histórica do Capitalismo e das formas de organização da classe trabalhadora. No “Primeiro Ato”, mostramos o grande avanço material que o desenvolvimento das forças produtivas proporcionou com o Capitalismo e, ao mesmo tempo, a miséria que ele causou à maioria da população expulsa dos campos e obrigada a se assalariar. O Capitalismo concorrencial tinha no Liberalismo econômico clássico sua base teórica, e no Socialismo utópico seu contraponto.

Os conflitos diretos dos trabalhadores contra as máquinas e contra os capitalistas invariavelmente eram reprimidos pelo Estado burguês, visto como um instrumento restrito da violência para proteção da propriedade burguesa. A exploração absoluta dos trabalhadores nas fábricas, a complexa e alienante divisão do trabalho e as crises cíclicas que acompanharam o sistema eram sinais de que apenas uma revolução comunista transformaria essa situação. Assim, abriria o caminho para uma nova forma de produção social, sem a exploração do homem pelo homem, tornando

o Estado, instrumento de força e de classe, inútil: uma sociedade de homens livres e iguais.

Marx e Engels imaginaram que esse processo revolucionário estava maduro e que, portanto, o proletariado deveria se colocar como alternativa independente e guiar o processo revolucionário. A história caminhou de modo diverso. Na maioria das lutas travadas entre o capital e o trabalho, as ruas foram lavadas com o sangue dos trabalhadores. Na Comuna de Paris, onde os trabalhadores guiaram o governo, o ressentimento burguês foi ainda mais hediondo e dela quase não se deixaram sinais, a não ser a memória de uma forma democrática horizontal que deveria ser massacrada. Desde a metade do século XIX, principalmente na Inglaterra, os trabalhadores se organizaram com objetivos de melhoria de vida nas Trade-Union, embrião dos sindicatos modernos.

Com o capital monopolista, os sindicatos e os partidos políticos começaram a substituir as barricadas pelos parlamentos; os trabalhadores trocaram os movimentos diretos pelo sufrágio. Assim como foram obrigados a alienar-se no processo de trabalho, a classe trabalhadora alienou-se do processo revolucionário, em troca de melhorias econômicas e reformas jurídicas.

Com a concentração e centralização do Capitalismo, o Estado se transformou em mediador nas lutas entre o capital e o trabalho. De instrumento coercivo da classe dominante para uma entidade acima das classes, e que, portanto, deveria ser preservado. O nacionalismo burguês, que ganhou força com os monopólios, nacionalizou o movimento proletário, que marchou como soldado do capital para as trincheiras da guerra imperialista.

Dos escombros do conflito, nasceu a revolução comunista na Rússia; e o mundo ocidental fez algumas tentativas frustradas de levantes, que acabaram sufocados. O fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha foram respostas conservadoras ao movimento titubeante das esquerdas socialdemocratas. Foi uma época de grandes personalidades políticas, guiando suas nações e seu capital.

Foi da frustração da derrota que Gramsci, encarcerado nos porões fascistas, elaborou uma teoria revolucionária para a revolução no ocidente. Gramsci percebeu que um ataque frontal ao Estado só funcionava onde a sociedade civil era débil, o que se confirmava na Rússia. Já no Ocidente, havia um equilíbrio entre esta e o

Estado. E é esta que, com sua superestrutura de consenso, dirige a sociedade intelectual e moralmente, formando trincheiras de defesa de sua fortaleza, o Estado.

A burguesia havia conquistado a hegemonia na sociedade civil e a dominação na sociedade política: hegemonia encouraçada de coerção. Nessa situação, uma tentativa de ataque direto ao Estado era derrota anunciada. Era necessária uma longa guerra de posição dentro das trincheiras de consenso na sociedade civil: escolas, sindicatos, imprensa, igrejas e partidos políticos. Para garantir o fortalecimento de uma contra-hegemonia proletária, era imprescindível a democracia. Para Gramsci, o condutor dessa contra-hegemonia era o partido político, o príncipe moderno.

Gramsci rompeu com a socialdemocracia e via os sindicatos como instrumentos para reivindicações imediatas, econômicas e egoísticas. Seria somente no partido político comunista que os momentos egoísticos são elevados a outro patamar. Para Gramsci, o partido comunista era a possibilidade de criação de um bloco histórico, em que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora organizariam de forma crítica as demandas surgidas na prática social, transformando a crítica da sociedade burguesa em senso comum de toda a sociedade: a união entre teoria e prática, a filosofia da Práxis.

Mais do que isso, o partido político seria o instrumento de definhamento do Estado na sociedade civil, eliminando a instância da força e fortalecendo o consenso. Isso por que o partido político participa de todas as instâncias sociais e as dirige; lidera os sindicatos e os conselhos na estrutura produtiva, comanda instituições na sociedade civil e forma os quadros dirigentes do Estado; assim, caberia ao partido político comunista dirigir a sociedade civil e eliminar o Estado burguês.

Com a morte de Gramsci em 1937, seus escritos percorreram um longo caminho, sendo publicado por temas, sem uma versão crítica, que só foi realizada na década de 1970. Nesse momento, o Brasil concluía tardiamente seu processo industrial, tornando-se uma sociedade ocidental. Talvez, por isso os escritos de Gramsci logo se difundiram pelo país. Nosso desenvolvimento retardatário fez de Gramsci um contemporâneo.

Mas o Capitalismo estava revolucionando suas bases estruturais e, com elas, todas as relações de produção que proporcionaram os trinta anos gloriosos. Com a

introdução da robótica e os processos de automação, o Fordismo enfraqueceu. Livre das amarras que Breton Woods tentou impor, o capital se mundializou, buscando acumulação.

A Ásia ofereceu força de trabalho barata e a produção se deslocou para a China e a Índia; a socialdemocracia e os sindicatos europeus se enfraqueceram. Sem recursos para manter os programas sociais, o Estado é capturado pela esfera financeira e obrigado a se adequar às novas diretrizes, ou seja, austeridade e corte nos gastos sociais.

Assim, mal havia chegado à modernidade, o Brasil já se tornara ultrapassado. Ao conceber os direitos sociais, a constituição trouxe o poder judiciário para dentro da economia, politizou a justiça e judicializou o Estado²¹¹. A partir dos anos 1990, mal proclamada a nova Constituição, era preciso modernizá-la, para o desespero de muitos que sonharam com um Estado Providência. Sob a hegemonia neoliberal, o movimento da classe trabalhadora passou a ser defensivo.

Com a chegada do PT ao poder, suas lideranças foram cooptadas para dentro da burocracia estatal, enquanto os miseráveis foram absorvidos pelo Bolsa Família. A grande frente neodesenvolvimentista do PT lhe deu legitimidade enquanto os ventos favoráveis da economia mundial estavam soprando forte. Quando a crise chegou, a frente se fraturou, o partido não tinha mais base de sustentação social e as organizações político-partidárias que o haviam formado foram expulsas do prosclênio histórico.

O que podemos constatar é que a cada mudança na estrutura produtiva da sociedade, muda-se ou adapta-se a teoria à nova realidade. A teoria keynesiana, base teórica da regulação fordista, foi substituída pelo Neoliberalismo; e com o desmoronamento do bloco soviético, o Marxismo mais uma vez procura se reformular. Diante do enfraquecimento do Capitalismo industrial e, por conseguinte, do mundo do trabalho assalariado, ou seja, entre a burguesia industrial e o proletariado, a crítica do valor ganha nova perspectiva como teoria crítica da sociedade mercantil. Autores como Kurz e Jappe centraram sua crítica na forma mercadoria da produção capitalista. Nessa perspectiva, a revolução retorna para a

²¹¹ Segundo Delfin Neto, o fortalecimento da judicialização acaba pondo em risco a própria democracia, pois, o judiciário não passa pelo voto, não é escolhido por eleições, tornando-se uma casta burocrática.

estrutura produtiva. A liberdade humana está na destruição da forma mercantil, base da produção capitalista.

A luta pela democracia parlamentar foi a “forma mais adequada na qual os indivíduos interiorizam completamente a necessidade de trabalhar e ganhar dinheiro” (JAPPE, 2006, p. 152). Ao entrar em crise, o modelo industrial agregador, que teve no Fordismo o último estágio bem-sucedido, todas essas formas de organizações políticas se desvaneceram. As jornadas de junho de 2013 confirmam essa realidade. Não se trata de dispensar toda a luta desencadeada desde o século XIX até os nossos dias; trata-se, pelo contrário, de, a partir delas, entender o seu desenvolvimento e o seu devir.

Embora Gramsci tenha ampliado a teoria revolucionária de Marx no que se refere às táticas e estratégias políticas dentro de um Capitalismo em uma sociedade ocidental, sua fé em um organismo capaz de unir os vários projetos societários, absorver a sociedade política pela sociedade civil e superar a coerção pelo consenso malogrou em todos os países ocidentais e nos países de capitalismo retardatário, especialmente no Brasil. O partido, príncipe moderno, que Gramsci vislumbrou no Partido Comunista Russo, nunca existiu em realidade, sendo idealisticamente formulado como um modelo que uniria teoria e prática, sujeito e objeto. No entanto, a catarse, momento pelo qual os homens, em suas atividades cotidianas, conseguem criticar a realidade, superando o senso comum e acessando o senso crítico, parece bastante atual.

A ideia de uma contra-hegemonia por dentro da sociedade civil parece enfraquecida, uma vez que os principais instrumentos para a divulgação de uma cultura do trabalho, sindicatos e partidos políticos, foram capturados pelos recursos financeiros e pela lógica financeira. A hegemonia do valor parece ter penetrado em todos os poros da sociedade, e o seu representante monetário, o dinheiro, surge como o objetivo final de todos. A corrupção é endêmica, a violência explode, a cidade vira um inferno, em uma guerra civil não declarada entre “insurgentes e entrincheirados”. Mas se as formas tradicionais se enfraqueceram, o que nos resta? Sabemos que o sistema capitalista...

... não destrói a si próprio. O desenvolvimento do Capitalismo pode até extinguir a humanidade ou produzir uma crise de proporções tão elevadas, que assistamos a um recuo das capacidades produtivas da humanidade a patamares muito inferiores ao atual, sem que o capital venha a ser

superado. Não importa a crise, não importa o nível de alienação e desumanidade, não importa quão destrutivo tenha se tornado o sistema do capital, ele não enterrará a si próprio [...]. O desenvolvimento das relações de produção capitalistas não conduz “automaticamente” ao Comunismo (LESSA; TONET, 2012, p. 59).

Depois da crise e queda do bloco soviético e do enfraquecimento da socialdemocracia, o que de novo, em termos de movimento prático, se esconde embaixo dos caracóis dos deuses maias, no México²¹². O movimento zapatista, com todas as contradições inerentes de um modelo que se põe como alternativo à sociedade atual, é o que até o momento resiste como um movimento horizontal e bem organizado, rejeitando a lógica do valor nas suas práticas de vida.

Os “piqueteros” na Argentina, “não esperam pelas respostas do Estado para levarem adiante suas atividades comunitárias e produtivas; trabalham para a construção de projetos e programas alternativos²¹³”. Quanto ao MST no Brasil, embora enfraquecido pelos governos petistas, sua proposta de reforma agrária radical se contrapõe à concentração do agronegócio.

As cortinas do palco mundo estão momentaneamente cerradas e lacradas com o chumbo do roteiro único do mercado. Nas coxias e nos bastidores, porém, há uma movimentação intensa. Os homens estão sendo impelidos a buscarem respostas que o Capitalismo não pode mais garantir.

Eles podem romper os lacres, abrir as cortinas, iluminar a penumbra, escancarar a bilheteria, destruir as catracas, convidar todos os homens a se transformarem em autores e atores do roteiro da vida, do primeiro ato verdadeiramente humano da História. O primeiro ato da história humana deverá ser um ato de amor²¹⁴.

²¹²Os caracóis foram idealizados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional como centros de comunicação autônoma e de cultura social. O nome vem da metáfora das conchas de caracóis, usadas como instrumentos de comunicação, como o anúncio de eventos, por povos indígenas. Diz-se também que os primeiros deuses maias, “os sustentadores do mundo”, traziam consigo caracóis em seus corações, o que só vem a enriquecer esse símbolo. (O QUE É... Acesso em: 21 out. 2017).

²¹³Em um artigo de 2003, intitulado “Piqueteros: dilemas e potencialidades de um movimento que emergiu apesar do estado e à margem do mercado”, Graciela Hopstein (Acesso em 17 set. 2017).

²¹⁴Segundo Fusaro (2016), o amor e a amizade se situam fora da lógica da racionalidade do tempo para ganhar dinheiro. Amor e amizade, na lógica do valor, são considerados perda de tempo. Em tempos de virtualidade absoluta, reunir-se para um bate-papo desinteressado, para o teatro, para as artes, para o amor e a amizade, em relações desinteressadas para a lógica do valor, é um ato catártico e revolucionário.

REFERÊNCIAS

- ABREU, H. **Para além dos direitos**: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- AGANBEM, G. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALMEIDA, Â. M. de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ANOS DE INCERTEZA (1930-1937): CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 18 set. 2017.
- ALVES, A. A. F. Ensaio das formas de resistência na História: Crítica do capital e práxis emancipatória. 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. A fratura brasileira do mundo. In: **Zero à esquerda**. São Paulo, Conrad, 2004.
- APOIO EDITORIAL AO GOLPE DE 1964 FOI UM ERRO. Disponível em: oglobo.globo.com. Acesso em 04 jul. 2017).
- ARICO, J. La cola del diablo. Itinerário de Gramsci em América Latina. Tradução de: Oscar Diaz, Montevideo, Pontosur, Buenos Aires, Ar, 1988.
- ARRUDA, R. Ação que expulsou partidos da marcha foi organizada. **O Estadão**. São Paulo, p. 22. 21 jun. 2013, seção política.
- ASSUNÇÃO, V. N. F de. Marx no tempo da Gazeta Renana. **Revista da APG-PUC – SP**, São Paulo, ano XI, n 29, p. 193-217, set. 2003.
- A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOÃO GOULART: AS REFORMAS DE BASE. Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BABEUF, G. **Manifesto dos Iguais** [1796]. 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm>. Acesso em: 06 set. 2017).
- BARROS, J. A. Aos falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. **Mediações**. Revista de ciências sociais, PR, 2011.
- BELLUZZO, L. G. O Brasil e a China. Revista **Carta capital**, economia, 14 jun. 2017. Disponível em: www.cartacapital.com.br. Acesso em: 05 jul. 2017.
- _____. Não dá para cair mais. Entrevista concedida à Daniele Frabasile Disponível em: www.epocanegocios.globo.com. Acesso em: 20/07/2017

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca básica de Serviço Social).

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. 4. ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida, com referências e anotações de Dr. C. I. Scofield. [s/l]: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Tradução de Antônio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAGA, R. **A sombra do precarizado**. In: MARICATO, E. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta maior 2013. p. 79-83.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Lei 12.663 de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013, à Copa do Mundo Fifa 2014 e aos eventos relacionados, realizados no Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12663.htm. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Decreto no. 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providência. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/_decreto/d5209.htm. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. Decreto n. 8.243 de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 01 out. 2017.

BRAZ, M.. **Partido proletário e revolução: sua problemática no século XX**. 2006. 350f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CABRAL, J. F. P. "Hobbes e o estado de natureza". **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/hobbes-estado-natureza.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

CALGARO, Fernanda. Dilma diz que pactos após as manifestações não são fáceis de implantar. Disponível em: noticias.uol.com.br. Acesso em: 10 abr. 2017.

CAMPOS, P. H. Pagamentos de propinas por empreiteiras se consolidaram durante a ditadura. Entrevista concedida à Mariana Schreiber em 2016, disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 29 set. 2017.

CARDOSO, F. H. O impeachment de Collor – sociologia de uma crise. In: SALUM JR., B. **O impeachment de Fernando Collor. Sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015. Disponível em: www.acesa.com. Acesso em: 09 jul. 2017.

CARONE, E. os congressos da Segunda Internacional (1893-1896). 1991. Disponível em: www.marxisists.org. Acesso em: 21 set. 2017.

CARVALHO, L. "Dom Pedro". **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/dom-pedro.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENÁRIO ECONÔMICO. Programa exibido pela TV Cultura em 13 out. 2017. Entrevista do economista Delfim Neto ao apresentador Adalberto Piotto.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. Disponível em: comunidade-cebs.blogspot.com.br. Acesso em: 22 out. 2017.

COSTA, L. C. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 11, número 1 (17), 49-79, 2000.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, E. et al. **Encontros com a civilização brasileira**. Sindicato Nacional dos Editores: Rio de Janeiro, 1979, v. 9.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 29. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Coutinho, C. N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. **Reforma sanitária** – em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.

CRUZ, C. A. de M. O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no Capitalismo: um estudo sobre o papel da formação teórico-político na construção da consciência de classe. Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CUT 30 ANOS. Disponível em: <https://cut.org.br/acao/cut-30-anos-c088/>. Acesso em: 19 ago. 2017).

DIAS, O. L. da S. **Interiorização da metrópole**. São Paulo: Alameda casa editorial. 2005.

DICIONÁRIO POLÍTICO. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 20 set. 2017.

DIERCKXSENS, W. et al. **Século XXI**: crise de uma civilização. Fim da história ou começo de uma nova história? Tradução de Campanário, Cepec, 2010.

É REFORMA OU PUXADINHO? Jornal **A Gazeta**. 12 ago. 2017, caderno de política, p. 20.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Anália C. Torres. Porto: Afrontamentos, 1975.

_____. Prefácio. In: **As lutas de classes na França**. 1. ed. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Prefácio. In: **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. Tradução de: Leandro Konder. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Princípios básicos do comunismo**. Tradução de Tradução: José Barata-Moura. Lisboa-Moscovo: Edições Avante, 1982. Disponível em: http://www.simerj.org.br/arqs/materia/86_a.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1964. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/>. Acesso em: 08 set. 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. (Col. História da Civilização Brasileira), t. 3, v. 4.

FERNANDES, F. **Capitalismo depende e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FHC MANDOU EXÉRCITO OCUPAR 4 REFINARIAS. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/28/brasil/8.html>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FRANK, A. G. **acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FUCS, J. **Os efeitos da crise de 1929 sobre o Brasil**. disponível em: historiacsd.blogspot.com.br. Acesso em: 21 jul. 2017.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 17. Ed. São Paulo, Nacional, 1980.

FUSARO, D. Comunismo come comunitarismo. 2017. Disponível em: www.youtube.it. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Dell'amicizia e dell'amore. 2016. Disponível em: www.interessenazionale.it. Acesso em: 18 jan. 2017.

GABRIEL, M. **Amor e capital: a saga de Karl Marx e o nascimento de uma revolução**. 1. ed. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GASPAR, L. **Ligas camponesas**. Recife: Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco. PE, 2009.

GONZÁLEZ, H. **A Comuna de Paris, os assaltantes do céu**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Tradução de Manoel Simões. Lisboa: Serra nova, 1976, t. 1.

_____. **Escritos políticos**. Tradução de Manoel Simões. Lisboa: Serra nova, 1977, t. 2.

_____. **Escritos políticos**. Tradução de Manoel Simões. Lisboa: Serra nova, 1977, t. 3.

_____. **Escritos políticos**. Tradução de Manoel Simões. Lisboa: Serra nova, 1978, t. 4.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017, v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, v. 4.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, v. 5.

HARVEY, D. A liberdade da cidade, 2013. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo, Boitempo, 2013, p. 27-34.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBES, T. **O LEVIATÃ**, ou matéria, forma e poder de uma sociedade eclesiástica e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, E. J. **A revolução francesa**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Panchell. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Edição de bolso).

_____. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. **Os trabalhadores: estudos sobre a História do operariado**. 5. ed. Tradução de Leão e Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOPSTEIN, Graciela. Piqueteros: dilemas e potencialidades de um movimento que emergiu apesar do Estado e à margem do mercado. Disponível em: www.multitudes.net. Acesso em: 27 set. 2017.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 18. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IAMAMOTO, M. V.. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, M. L. **A rebelião, a cidade e a consciência**. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta maior, 2013, p. 41-47.

JACOBINISMO E AÇÃO POLÍTICA. Disponível em: www.brasilecola.uol.com.br. Acesso em: 15 ago. 2017.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**: por uma nova crítica do valor. Antígona, Lisboa, 2006. Tradução de José Miranda Justo. Versão eletrônica, disponível em: www.marxismo21.org. Acesso em: 19 jan. 2016.

KAUTSKY, K. **A ditadura do proletariado**. 2005. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 19 mar. 2016.

KILSZTAJN, S. O acordo de Breton Woods e a evidência histórica: o sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de economia política**, v. 9, n. 4, out.-dez., São Paulo, 1989, p. 88-99. Disponível em: www.rep.org.br. Acesso em 19 jan. 2017.

KURZ, R. **Colapso da modernização**: da derrocada do Socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Os últimos combates**. Vozes, RJ, 1997.

LACERDA, A. C. de. et al. Economia brasileira. In: REGO, J. M.; MARQUEZ, R. M. et al. (Orgs.). **Economia brasileira**. 4. ed. Saraiva: São Paulo, 2010.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. **Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LEITE, L. Q. A trajetória da reforma do Estado no Brasil: a caminho de uma administração pública gerencial? **I seminário de pós-graduação em ciência política**. Universidade de São Carlos, São Paulo, 2012.

LÊNIN, V. I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 1. ed. Tradução de Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Imperialismo, estágio superior do Capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular Editores, 2012.

_____. Nosso programa. 1961. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. O Estado e a revolução. 1917. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 14 jul. 2017.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOCATELLI, P. Zapatismo, vinte anos depois. **Revista Carta capital**, São Paulo, 2014. Disponível em: www.catacapital.com.br. Acesso em: 16 jul. 2017.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOUREIRO, i. **A revolução alemã**. São Paulo: Unesp, 2005.

LOWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua nova**: revista de cultura e política, nº 19, nov. 1989. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. (Org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução de Claudia Schilling e Luiz Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. (Org.). **Lutas de classes na Rússia**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. (Org.). **Revoluções**. São Paulo, Boitempo, 2009.

LUKÁCS, G. **Consciência de Classe**. 2007. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 15 jun. 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Estagnação e progresso do marxismo**. 1903. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Reforma ou revolução**. 2002. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Oportunismo e a arte do possível. 2009. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 13 maio 2016.

MANIFESTO CONTRA O TRABALHO. Grupo Krisis. Disponível em: <http://loja.antigona.pt/artist/grupo-krisis>. Acesso em: 21 out. 2017.

MAPA MENTAL: FORDISMO E O SURGIMENTO DO KEYNESIANISMO. Disponível em: descomplica.com.br. Acesso em: 20 out. 2017.

MARINI, R. M. Desenvolvimento e dependência. Arquivo de Ruy Mauro Marini. Anotação do artigo do **Correio Brasiliense** de 1992.

_____. A crise mundial. II Painel baiano de direito crítico, Universidade Estadual Sudoeste da Bahia (2005), Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 05 jun. 2017.

MARRO, K, I. **A rebelião dos que sobram**: reflexão sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, J. de S. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. [1848] São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Mensagem da direção central à liga dos comunistas**. 1982. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **As lutas de classes na França**. 1. ed. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. Carta a Vera Ivanovna Zasulitch. In: LOWI, M. (Org.). **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: www.marxismo21.org. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** [1843]. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A guerra civil em França**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, livro 1.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. 1982. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 03 maio. 2010.

_____. **Miséria da filosofia**. 1. ed. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

_____. Glosas marginais ao programa do partido operário alemão. 2009a. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 06 jul. 2017.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. 1999. Disponível em: www.jahar.org. Acesso em: 20 set. 2017.

MEMÓRIAS DOS METALÚRGICOS DO ABC. Disponível em: www.abcdeluta.org.br. Acesso em: 23 out. 2017.

MENEGAT, M. Universidade e movimentos sociais. III JIPA, UFRJ, 2012. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em 12 abr. 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2001.

MOREIRA, A. **Blanqui Louis Auguste** 2012a. Disponível em: www.mundodosocialismo.blogspot.com.br. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Liga dos proscritos e a liga dos justos. 2012b Disponível em: www.mundodosocialismo.blogspot.com.br. Acesso em: 04 jul. 2016.

MORGEENSTERN, F. **Por trás da máscara**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MOURA, M. F. **A questão democrática no contexto da crise orgânica do PCB: 1979-1987**. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade do Estado de São Paulo, Marília (SP), 2005.

MUSTO, M. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos**: antologia política da I Internacional. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NAKATANI, P.; OLIVEIRA, F. A política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, R. M; FERREIRA, M. R. J. **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETTO, J. P. Cinco notas à propósito da “questão social”. In: Revista **Temporalis** n. 03, Brasília, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo, Expressão popular, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, F. A. **Política econômica, estagnação e crise mundial**: Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012. (Pensamento Brasileiro).

OLIVEIRA, S. R. **Quixotinadas**: cruzaventuras sertanholas. Terra Maurícia, PE, 1987.

O QUE É UM CARACOL ZAPATISTA? Disponível em: revocultura.blogspot.com.br acesso em: 21/10/2017. Acesso em: 21 out. 2017.

PACIEVITCH, T, Iluminismo. Disponível em: www.infoescola.com. 2013. Acesso em: 15 jun. 2016.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Disponível em: www.pcb.org.br, Acesso em: 07 set. 2017.

PEREIRA, M. de F. R. Programa de Gotha. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br. Acesso em: 20 set. 2017

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE 1994. **O Nordeste e a integração nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/onordesteeaintegraçãonacional.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE 1998. **Carta de compromisso**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartadecompromisso.pdf> Acesso em: 20 nov. 2015.

PSOL 50: SOCIALISMO E LIBERDADE. Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/historia/>. Acesso em: 23 jan. 2017.

REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA: LIGAS CAMPONESAS COMPLETAM 60 ANOS. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 19 out. 2017.

REIS, M. A. A revolta dos marinheiros. Disponível em: odia.ig.com.br. Acesso em: 22 out. 2017.

RIBEIRO JUNIOR, A. **A privatária tucana**. Geração, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, L. de O. "Contratualismo". **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/contratualismo.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta maior, 2013, p. 07-12.

RUBIN, I. I. **A teoria do valor**. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.

SABADINI, M. S. Sobre o conceito de capital fictício. **Temporalis**, Brasília (DF), ano XV, n, 30, jul./dez. 2015.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, E. **Estado e política em Marx**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTIAGO, E. Greve geral de 1917. Disponível em: www.infoescola.com. Acesso em: 20 set. 2017.

SANTOS, E. F. **A monarquia no Brasil**: o pensamento político da independência. Vitória: Edufes, 1999.

SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanços e perspectiva. Florianópolis, 1998. 2015. Disponível em: marxismo21.org. Acesso em 13 set. 2017.

SASSOON, D. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SCHUWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

SECCO, L. **História do PT (1978-2010)**. São Paulo: Ateliê, 2011.

_____. As jornadas de junho. In: MARICATO, E. et al: **Cidades rebeldes**. São Paulo, Boitempo, 2013.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

SIMÕES, T. **Anarquismo**: pequena introdução às ideias libertárias. 1999. Disponível em: <http://www.Ebooksbrasil.org/eLibris/anarquismo.html>. Acesso em: 7 set. 2017.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOBOUL, A. **A revolução francesa**. Tradução de Rolando Roque da Silva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

SOUSA, R. G. A Confederação do Equador. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-confederacao-equador.htm>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Tenentismo. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/tenentismo.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. Entrevista concedida ao economista Luis Nassif, São Paulo, 2015.

STEFAN, Z. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro, edição digital. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 20 jun. 2017.

SURGE O MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 09 jul. 2017)

THATCHER E REAGAN SÃO OS PAIS DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL. Disponível em: www.diariodocentrodomundo.com.br. Acesso em: 20 out. 2017.

TEIXEIRA, A. L. A. **A genealogia da mais-valia**: filosofia, economia e crítica da economia política. 2014, 233 f. Tese (Doutorado em economia) – Programa de Pós-Graduação em economia, do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

TERCEIRO CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. Disponível em: www.proletariosarxistas.com. Acesso em 14 out. 2017.

TROTSKY, L. Sobre a frente única (1922). Disponível em: www.esquerdadiario.com.br. Acesso em: 12 out. 2017.

VIANA et al. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, E. et al., **Cidades rebeldes, São Paulo**, Boitempo, 2013.

1968 – ATO INSTITUCIONAL N. 5, OS PERSONAGENS: ANTÔNIO DELFIN NETO. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 23 out. 2017.

17 DE ABRIL DE 1996: NOSSA HOMENAGEM AOS MÁRTIRES DE CARAJÁS. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/04/17/17-de-abril-de-1996>. Acesso em: 23 abr. 2017.